**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**

AMAURI TADEU BARBOSA NOGUEIRA

**ASSENTAMENTOS RURAIS DO MST: PRÁTICAS ESPACIAIS,
REPRESENTAÇÕES E CONFLITOS**

**SÃO PAULO
2012**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**

AMAUARI TADEU BARBOSA NOGUEIRA

**ASSENTAMENTOS RURAIS DO MST: PRÁTICAS ESPACIAIS,
REPRESENTAÇÕES E CONFLITOS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciências (Geografia Humana)

Orientador: Prof. Dr. Júlio César Suzuki

**SÃO PAULO
2012**

*Dedicação especial à minha mãe Derminda
Barbosa Nogueira e a meu pai Mario
Nogueira, meus Orixás, pela vida;
A minha esposa Claudete de Sousa
Nogueira, que transformou a minha vida
em poesia;
Aos meus filhos(as) Karen Cristina
Ferreira Nogueira, Mariane Cristina de
Sousa Nogueira e Pedro Lucas de Sousa
que me fizeram eterno;
A Maria Benedita de Almeida Sousa e
Roque de Sousa, com muito carinho, onde
quer que estejam...
Aos meus irmãos Célia, Daluci, Maria
Lucia e Ernani, meus Ébanos.*

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível graças a colaboração direta e indireta de muitas pessoas. Manifestamos nossa gratidão a todas elas e de forma particular:

Ao orientador Professor Dr. Júlio César Suzuki, pela competência e seriedade nos encontros de orientação e ensinamentos que levo para toda vida; quem abriu as portas e me permitiu partilhar do seu mundo, aquele do afeto, do abrigo e do aconchego, e me possibilitou sonhar, realizar, e sonhar... que no caminhar solitário da pesquisa, na escuridão, nas brumas, neste labirinto que é a Ciência, foi ele quem generosamente iluminou meus caminhos.

Às Professoras Roseli A. Santos e Valéria de Marcos que constituíram a banca de qualificação, contribuindo teórico-metodologicamente no desenvolvimento da pesquisa:

Ao companheiro Selito (Laboratório de Agrária-FFLCH/USP), que faz do samba em alguns momentos profissão, mas, sempre sua vida e sua religião.

Aos representantes do MST nacional e regional, pela presteza em atender o pesquisador sempre quando acionados;

Aos assentados(as) pelas contribuições presentes em suas vidas e em suas lutas.

A Thaís Morgato Martin pela revisão final;

Aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação da FFLCH;

A CAPES pelo financiamento da pesquisa.

**“Se não houver o amanhã,
brindaremos o ontem,
e saberemos então,
onde está o horizonte.
Por mais que se queira,
transformar em nada,
saibam que a história é como a
madrugada,
quem acorda cedo faz o amanhecer”.**

BOGO, 1998

RESUMO

Esta análise tem como objetivo compreender os conflitos no interior das práticas sociais e estratégias de luta por meio das representações sociais que cada sujeito e/ou segmento social faz de si mesmo e dos outros, e seus rebatimentos em assentamentos rurais no período de 2000 até 2012. Definimos como área de pesquisa os Assentamentos Roseli Nunes no município de Piraí localizado no estado do Rio de Janeiro e Mário Lago localizado no município de Ribeirão Preto no estado de São Paulo. Como estratégia, realizamos entrevistas semiestruturadas junto a assentados, líderes assentados e agentes mediadores, uma vez que levamos em conta não só a desigualdade social entre os sujeitos, como também a existência de uma distinção dos seus projetos e aspirações. A partir dos resultados obtidos concluímos que, as representações que mediam o processo sofreram territorializações, desterritorializações e reterritorializações, tanto na ordem organizativa, produtiva, quanto na luta pelo reconhecimento dos assentados e segmentos envolvidos, demonstrando que os sujeitos dos assentamentos podem viver e experienciar diferentes territorialidades contraditórias e desiguais sem deixar de ser eles mesmos. Ou seja, os acampados e assentados de forma dinâmica, inventiva, criativa para estabelecer um espaço, ligado, marcado e alcançado em que os mesmos em seu locus de ação, subvertem por assim dizer seu próprio “destino” e impõem seu próprio sentido de ordem à realidade vivida, percebida e concebida.

Palavras Chaves: Conflito- Espaço - Intencionalidade - Movimentos sociais – Representação

ABSTRACT

This analysis aims to understand the conflicts within social practices and control strategies through social representation that each subject and or social group's self and others, and their repercussions in rural settlements from 2000 to 2012. Defined as the search settlements Roseli Nunes in Pirai located in the state of Rio de Janeiro and Mario Lago in the municipality of Ribeirão Preto in São Paulo. As a strategy, we conducted semistructured interviews with the settlers, settlers and leaders mediating agents, once we take into account not only social inequality among individuals, but also the existence of a distinction of their projects and aspirations. From the results we see that the representations that mediate the process suffered territorializations, and deterritorializations, reterritorializations, both in organizational, productive, and in the struggle for recognition of the settlers and the segments involved, demonstrating that subjects of settlements can live and experience different territorialities contradictory and uneven while being themselves. That is, the squatters and settlers in a dynamic, inventive, to establish a creative space, connected, marked, and in which they achieved in their locus of action, as it subverts its own destiny and impose their own sense of order to the reality experienced, perceived and conceived.

Keywords: Conflict-Space - Intentionality – Social Movements - Representation

SUMÁRIO

Introdução.

A representação como mediação das relações socioespaciais: o Anjo Torto.....	01
Uma Leitura dos Conflitos.....	13
Capítulo I - Por que uma geografia da intencionalidade?.....	41
1.1 - Para uma geografia da intencionalidade.....	45
1.2 - Para apreender o conceito.....	54
Capítulo II - Espacialização e Territorialização: a força da representação.....	73
Capítulo III -Território Simbólico-cultural: lugar de reprodução, abrigo e aconchego.....	144
Algumas considerações.....	187
Referências.....	198

INTRODUÇÃO

A representação como mediação das relações espaciais: o anjo Torto e a Arte de Viver

Sou um homem invisível. Não, não sou um fantasma como os que assombravam Edgar Allan Poe, nem um destes ectoplasmas de filme de Hollywood. Sou um homem de substância, de carne e osso, fibras e líquidos – talvez se possa até dizer que possuo uma mente. Sou invisível, compreendam, simplesmente porque as pessoas se recusam a me ver. Tal como essas cabeças sem corpo que às vezes são exibidas nos mafuás de circo, estou, por assim dizer, cercado de espelhos de vidro duro e deformante. Quem se aproxima de mim vê apenas o que me cerca, a si mesmo, ou os inventos de sua própria imaginação – na verdade, tudo e qualquer coisa, menos eu.

Minha invisibilidade também não é, digamos, o resultado de algum acidente bioquímico da minha epiderme. A invisibilidade à qual me refiro ocorre em função da disposição peculiar dos olhos das pessoas com quem entro em contato. Ela tem a ver com a disposição de seus olhos internos, aqueles olhos com que enxergam a realidade através dos seus olhos físicos. Não estou reclamando nem protestando. Às vezes é até vantajoso não ser visto, embora quase sempre seja desgastante para o sistema nervoso. Acontece também que essas pessoas de visão deficiente vivem esbarrando em você. Ou você passa a duvidar, cada vez mais, da própria existência. Começa a se perguntar se não passará mesmo de um fantasma na cabeça dos outros. Uma criatura em um pesadelo, que aquele que dorme tenta, por todos os meios, destruir. Sentindo-se assim, você passa, por puro ressentimento, a devolver os empurrões que recebe. E – permitam-me confessar – é quase sempre assim que você se sente. Você se aflige com a necessidade de se convencer de que existe mesmo, num mundo real, de que faz parte todo esse ruído, essa angústia, e acaba revidando aos muros, aos palavrões, jurando que fará com que eles reconheçam você.

Mas isso quase nunca dá certo, infelizmente. (Ellison, 1990:07)

Para refletir sobre os motivos que me levaram à escolha da temática da pesquisa faz-se necessária uma inflexão espaço-temporal para a minha biografia individual, ou seja, para a minha rede espacial das trajetórias de vida (existencial) e de trabalho (laborativa), trajetórias que me levaram a jogar com minhas chaves espaciais, por meio das minhas práticas e estratégias, e me permitiram ser mais um sobrevivente.

É preciso buscar na memória as relações espaciais que conformaram as redes da memória topográfica que foram (re)definindo minha trajetória, meu lugar no mundo. Nesse sentido, o fato de ser um pesquisador negro, antes de tudo, faz com que as interpretações dessa trajetória tenham significados, significantes, conteúdos, percepções, intencionalidades, sentidos e apropriações específicas. Rememorar esses caminhos, transcurso, percursos, atalhos, becos, recorrendo à reminiscência de uma memória laborativa e existencial é também buscar respostas ao tema de nossa pesquisa: *o jogo do conflito*.

Assim, o interesse em compreender as representações, os discursos, as práticas e estratégias do MST, da Igreja, do Estado e dos Assentados, a partir de um olhar cultural e político, por meio de um processo de des-reterritorialização, surge das experiências, dos saberes apropriados do cotidiano, de forma contraditória e desigual, na produção de espaços simbólico-concretos, na busca da reprodução, do reconhecimento, do abrigo e do aconchego.

Sendo assim, a primeira desterritorialização que me marcou de forma mais densa se deu na rua. Foi à antiga rua Três, hoje Padre Aníbal de França, nº 183, no Bairro de Pirituba na Vila Mangalot, zona oeste do Estado de São Paulo. Ali, como o único negro da rua, senti o peso da discriminação.

Um fato marcante nesse período foi quando o pai de um “amiguinho” comprou uma televisão a cores, e convidou todos os amigos da rua - menos eu - para ver o modelo novo. Quando fui perguntar o porquê de não poder ir, ele me respondeu: minha mãe disse que você é sujo, sem educação, não vai saber sentar no nosso sofá.

Tive que conviver com aquilo e não revelar a ninguém, pois no dia seguinte iríamos brincar e ir à escola juntos... Mas, no jogo de futebol na rua dei-lhe alguns bons sopapos e resolvi minha diferença; saí vingado e satisfeito.

Com o tempo, ampliei meu território. Logo me enturmei com as famílias negras de outras ruas, que passavam pelos mesmos dramas, tinham as mesmas queixas, apreciavam as mesmas comidas, ouviam as mesmas músicas.

Quando cheguei aos 9 anos de idade, chegou com força o Movimento Black Power em São Paulo, carregado politicamente, mas com um visual próprio: o cabelo Black, que logo comecei a usar; o Soul, que embalava os bailes das casas; as melodias, que faziam dançar os adolescentes e também os mais velhos, aos quais gostava de observar; o samba rock, que aprendi a dançar cedo; as rodas de samba na beira do campo Maria Eugenia; e também a Escola de Samba Prova de Fogo em Pirituba. A aproximação com meus primos mais velhos e também com os de mesma idade me proporcionou uma

visão melhor de mim mesmo nesse processo, em que tudo era mais bonito e feliz.

Na mesma época, na escola Estadual do 1º grau Jairo Ramos em São Paulo, no meu primeiro ano escolar, tive uma professora chamada **Dona Vani**, que me ajudou muito na construção da negritude. Do jeito dela, dizia: “Amauri, você precisa estudar, passar à frente de sua irmã nos estudos e se tornar alguém... Mas cadê o samba? Você não sabe bater na palma da mão”.

Lembro-me da turma dos Baloeiros do Mangalot, que confeccionava balões enormes, coloridos, lindos, que enfeitavam o céu. Lembro-me também dos carrinhos de rolimã, das corridas de bicicleta, do futebol na rua e no campo, das bolinhas de gude, das pipas com as linhas cortantes, das figurinhas, dos piões, enfim, foram circunstâncias espaço-temporais que marcaram a minha vida profundamente.

Com a chegada do Black Power, mais com a estética do que com a política, o que, no entanto, já se mostrava um avanço (o negro brasileiro não sabia/sabe falar ou ler o Inglês), nós, os negros, nos sentíamos mais bonitos. Tínhamos nossa própria música dançante, nosso próprio cabeleireiro, enfim tínhamos nossas próprias escolhas.

Os bailes na casa do Zelão nos sábados à noite reunia toda a negrada do bairro. Ainda me lembro das risadas altas, das brincadeiras de lutinha, dos adolescentes gozando um com o outro e muito namoro.

De repente meu mundo desabou, meu pai resolveu ir para o município de Sumaré, região de Campinas, no interior do Estado de São Paulo. Nessa época, Campinas era o fim do mundo, lá só havia mato e, pela primeira vez

na vida, vi uma criança da minha idade, 13 anos, com uma enxada na mão, carpindo uma chácara de limão. Foi o fim. Vi meu mundo pelo avesso.

Chegando em Sumaré, fui frequentar a Escola Guido Rosolém, no Jardim Rosolém em Sumaré. Ao entrar na escola pela primeira vez com um cabelo estilo Black Power enorme, calça boca de sino, e sandália de couro, várias pessoas começaram a rir. Mantive-me firme, passei por um grupo de alunos não negros e eles disseram: “vamos pegar esse Black aí”.

Quando foi na saída esperei os garotos e perguntei: “quem vai pegar o Black?” Dei alguns sopapos e virei o rei da Escola. Descobri que ser negro carrega o seu duplo, ou seja, ao mesmo tempo em que me discriminavam, me temiam, pois para todos naquele lugar (e no Brasil como um todo) ser negro e usar cabelo Black, era ser um ladrão.

Mas, com as minhas chaves espaciais construídas no universo negro em São Paulo tive condições de me reterritorializar no mundo negro de Campinas. Nessa época, comecei a jogar Capoeira na Academia Coquinho Baiano, com o mestre Moacir (apelidado de coveiro) em Campinas e depois em Sumaré.

E foi frequentando esse universo da capoeira que aprendi mais sobre minha ancestralidade espiritual; feliz (re)encontro. Nesse mesmo período, passei a frequentar os Bailes Blacks (com as equipes de som Zimbábue, Transa Negra, Chic Show e tantas outras), aprendi a tocar cavaquinho. Sonhava então em ser engenheiro elétrico e poeta, adorava ler e escrever poesia. Comecei a participar do grupo de jovens em uma igreja do bairro Santa Izabel, e logo montei a 'Pastoral do Negro' o que durou pouco, pois os padres queriam controlar nossos debates.

Nessa época, chegou em Campinas o Movimento Negro Unificado e nós, da Capoeira, passamos a militar com o discurso de que era o único movimento organizado que tinha estatuto, espalhando-se por várias regiões do Brasil. Isso arrebatou muitos negros da nossa região.

De repente, meu pai começou a frequentar as reuniões na Comunidade Nossa Senhora de Fátima para pegar um “pedacinho de terra”, até então nada que abalasse meus territórios. Mas, um dia surgiram na frente da minha casa, onde moravam os seminaristas e os padres que organizavam as reuniões para as ocupações, várias bandeiras vermelhas do MST; era chegada a hora.

Eu, como filho mais velho, tive que acompanhar meu pai em ocupações, acampamentos no Trevo da Boch (meu pai vinha em casa às vezes porque era perto) até conquistarmos a terra. Nesse período, eu namorava uma garota negra, com quem tive uma filha, e a partir daí vi meu mundo desabar: assentamento, filha... acabamos nos separando.

Após a conquista fomos para Porto Feliz. Como se territorializar num lugar desses? Tive que (re)trabalhar minhas chaves espaciais, perdi aulas, deixei a escola, voltei só aos 24 anos para fazer História, na Universidade de Sorocaba/SP, (UNISO).

Na faculdade, envolvi-me no Diretório Acadêmico e montei a Diretoria Afrocultural, a primeira e a única, e que só durou enquanto estive no Diretório. Nesse período, passei a ler Hegel, Feuerbach, Engels, Marx, Lênin, Eric Fromm, Eric Hobsbawm, Wilhelm Reich, Octavio Ianni, Franz Fanom, Adorno, Horhkheimer, Gramsci, Maltus, Moore, Paulo Freire, Milton

Santos, e outros tantos, perdendo a conta de quantos livros de história da filosofia tive acesso.

E foi em uma dessas leituras que meu horizonte se abriu e tive a resposta que vinha buscando há anos para entender o racismo na Igreja, nas empresas, nas escolas e em outros lugares e porque o/a militante que estava do meu lado seguia caminho no Partido, no Movimento, no Trabalho e eu ficava sempre “para trás”.

Foi lendo um dos textos de Wilhelm Reich, em que havia uma frase que dizia “*Revolucionários na rua e reacionários em casa*”, que percebi que o discurso estava distante da prática, e que os militantes de esquerda se apresentavam nos espaços públicos (sob a luz da ribalta) de um jeito e no privado de outro (na sombra), ou seja, na casa para seus filhos, esposa, parentes e amigos de um jeito e no Sindicato, no comitê do Partido, na chefia no trabalho, nas Universidades de outro. A partir daí me distanciei da noção de classe social, do discurso de alienação e da idéia de Revolucionário.

Desde então, passei a buscar a prática (o comportamento social). A pessoa se revela na prática, é aí que ela se define; por isso, quando ouço alguém dizer: “sou de tal partido, sou marxista, sou de esquerda, minha teoria é de esquerda, etc”, isso não me convence, não me comove. Quero ver a sua prática, pois é no miudinho da vida, nas entranhas do cotidiano, nas sombras da vida, em seus interstícios, que o sujeito se revela discriminador.

Ao terminar minha faculdade, tentei entrar na Unicamp, no IFCH. Não consegui. Tentei novamente e nada. Certa ocasião, eu e minha esposa (Claudete de Sousa Nogueira) participamos de um seminário em São Paulo. Um dos palestrantes era o professor Dr. Octavio Ianni. Confesso que estava

com receio de falar com ele. Conhecia-o de leitura, mas nunca tinha visto pessoalmente um autor na minha vida. Minha esposa foi comigo, motivou-me. Tomei coragem, apresentei-me e ficamos conversando sobre o MST, e sua trajetória pessoal (Ianni), que eu já conhecia de ponta a ponta pelos livros. Durante a conversa, fiz-lhe um questionamento, e ele me pediu para repeti-lo em público, pois gostaria de responder para todos. Naquele momento, levantei a mão e fiz duas perguntas: a primeira ele respondeu, a segunda disse que era muito complexa e me convidou para estudar na Unicamp, no IFHC.

Na primeira vez em que fui à sua sala na Unicamp e apresentei meu projeto, Ianni o leu no mesmo instante e imediatamente montou todos os capítulos que eu deveria redigir em minha dissertação e fez a seguinte afirmação: “se Galileu questionou a Igreja por que você não pode questionar o Movimento”. A partir daí, começamos um relacionamento muito intenso; eu ligava do orelhão para a casa dele, e ele dizia: ***“filho, vai à Unicamp tal dia que eu tenho uma palestra com fulano”***. Mas por falta de dinheiro não pude continuar nossos encontros, o que dificultou minha entrada no Mestrado.

Em 2000, resolvi voltar à Unicamp e iniciar minha saga pelo mestrado novamente, então como aluno especial na Sociologia Rural com o Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço, que me ajudou a refazer meu projeto de mestrado. Fiquei fazendo, tentando, mudando e mudando meu projeto. Cansei de receber elogios dos professores do IFCH, esses elogios não estavam me colocando no mestrado.

Durante esse período, resolvi me territorializar na USP; inscrevi-me no processo seletivo com o Prof. Dr. Júlio César Suzuki e comecei meu mestrado.

Nessa minha trajetória, seja no trabalho e nos partidos políticos, seja na Igreja, percebi que não conseguia ascender, pois mesmo sendo “pau para toda obra”, no momento de ganhar uma promoção na empresa, de ascender no partido ou exercer uma liderança na Igreja eu não servia. Percebia isso até mesmo no Assentamento onde nunca quis ser líder, sempre respeitando as lideranças presentes, ainda que desse minhas opiniões. Também pude ver diferenças bem acentuadas entre negros e não negros.

Agora procuro realizar meu sonho de ser doutor.

Quando estava tentando entrar no Mestrado, conheci minha esposa, Claudete de Sousa Nogueira, negra, militante do Movimento Negro, Social e Feminista, mestra em escravidão e doutora em Educação pela Unicamp, hoje faz Pós-Doutorado em São Carlos (UFSCAR) com o tema: formação de professores e as políticas públicas étnico-culturais. Casei, quando pensava que nunca mais iria casar, quanto mais ser pai.

Minha esposa transformou minha vida em poesia, e se tornou a minha mais linda melodia. Mostrou que eu podia militar no movimento social, ser esposo, casar, que a vida a dois não muda a estrada, nem muda o caminho, mas encurta a largura da mesma e amplia os horizontes. Tivemos dois filhos Mariane Cristina de Sousa Nogueira e Pedro Lucas de Sousa Nogueira.

Nessa época recebi um e-mail com os seguintes dizeres: ***olá professor se lembra de mim sou Karen Cristina Ferreira Nogueira;*** era a minha filha de volta, uma negra lindíssima. Minha família estava completa, virei eterno.

Nesta perspectiva tomamos o romance de Ellison que nos possibilita dialeticizar entre presença e ausência, vivido e concebido, ordem próxima e ordem distante, identidade e diferença, simbólico e concreto, sob as representações cotidianas nas produções espaciais.

Quando o autor afirma: tudo isso tem a ver com a disposição de seus olhos internos, aqueles olhos com que elas enxergam a realidade por meio dos seus olhos físicos, ou seja, não ser os olhos que não veem, pois estes estão a sua frente, isto é, não é a vontade de não ver, mas as práticas e estratégias cotidianas que excluem das ações mais singelas e elementares a possibilidade de inserção do(a) negro(a) na sociedade.

Pois é no miudinho que se põe a presença e a ausência, é no cotidiano, é o jogo do conflito penetrando no cotidiano, ou seja, novos conflitos surgem e outros desaparecem; outros convivem simultaneamente; outros são parcialmente resolvidos ressurgindo com outras bases.

Dessa maneira, a minha experiência como homem negro é vivida no interior das representações; “é somente pelo modo no qual representamos e imaginamos a nós mesmos que chegamos a saber como nos constituímos e como somos” (HALL, 1999:327).

Essas representações me localizam, me situam e me posicionam no jogo do conflito. Nesse sentido, reconhecer-me negro é reconhecer-me dentro das representações que faço de mim e do outro não negro.

Como me identifico e como sou identificado; não foi só a minha capacidade de buscar as práticas da negritude que me construiu, mas também a pressão social sobre minha etnia, ou seja, sou como me identifico e também como sou identificado. “O homem deixa de ser homem se não é vertebrado,

mamífero; mas é acidental que um homem seja louro, ou moreno, que tenha um nariz chato ou aquilino” (LEFEBVRE, 1991:40). Ser negro é acidental, mas as representações que o ser humano passou a fazer deste acidental criaram e criam vários constrangimentos e medeiam as relações étnico-raciais discriminadoras, portadoras de uma violência simbólico-concreta, que possibilita que um grupo de pessoas segregue espacialmente, ascenda socialmente, e outro não.

Ao propormos a epígrafe do *Homem Invisível* como contraponto no interior da sociedade capitalista, estabelecemos uma provocação para pensar o *conceito do jogo do conflito* a partir do meu (re)encontro com a teoria dialética (Totalidade Concreta), as práticas, estratégias e meu lugar no mundo.

Assim, tomar o Anjo Torto como *sujeito geográfico* proporciona uma (re)leitura da Geografia pela nossa proposta neste estudo de Doutorado. A *Geografia da Intencionalidade* foi formada a partir da minha biografia individual e das minhas redes de significados e do conflito entre a teoria e a prática cotidiana das ações microespaciais, ou seja, é no miudinho das questões que se revelam e se ocultam as cabeças de mafuás.

Ser negro é apenas uma das minhas facetas vividas em minha biografia individual, mas existem outras tão essenciais quanto à de ser negro, tantas outras quanto for possível exprimir minhas necessidades, meus afetos, desejos e outras, ou melhor, a possibilidade de criar e recriar e acessar outros mundos.

Isso visto em seu conjunto, são cartografias da minha *intencionalidade*, conectadas ao planeta inteiro, em interações espaciais,

cuja *potencialidades* me transcendem para além dos limites propostos (situações/circunstâncias), determinados pelo grupo discriminador.

Mas, como relata Kabenguele: “*enquanto os guerreiros voltarem da caçada contando histórias o leão não terá vencido*”.

Construir espaços de vivências para negros(as) como eu, num país como o nosso, é ser um *Anjo Torto*, lutando para fazer da vida poesia, e transformá-la em arte de viver.

UMA LEITURA DOS CONFLITOS

O conflito não é ruim, porque o conflito é como se fosse um atrito, o atrito gera a centelha, a centelha traz pra gente a luz que vai iluminar nossos caminhos. Aí eu fiquei com aquele negócio na cabeça. Então o conflito não é uma coisa ruim, porque dá a impressão que o conflito era coisa do satanás aquele negócio todo. Então, não! O conflito é uma coisa boa, é do conflito que nascem as soluções dos problemas. O pessoal toma essa tese, é que o conflito traz a solução dos problemas é dos conflitos, que está ligado à tese marxista, não é isso, do socialismo científico. (Entrevista com Nelson, em 16/9/2011, realizada por Amauri Tadeu Barbosa Nogueira)

Os conflitos no interior das práticas sociais e estratégias de luta por meio das representações sociais que cada sujeito e/ou segmento social faz de si mesmo e dos outros determinando seus rebatimentos em assentamentos rurais no período de 2000 até 2012, é o tema da presente análise. Tema que fez parte da dissertação de Mestrado *“Uma leitura dos conflitos na produção do assentamento rural da Fazenda Jupira, no município de Porto Feliz/SP”*, em que procuramos compreender os conflitos no interior das práticas sociais e estratégias de luta, que envolvem os assentados, os líderes assentados vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e representantes (padres e/ou pastores, técnicos agrônomos do Instituto de Terras de São Paulo).

A partir da metodologia desenvolvida na pesquisa documental em arquivos do ITESP/SP, ITESP/Sorocaba, em jornais e revistas e por meio de entrevistas semiestruturadas, percebemos a importância das trajetórias de vida e de trabalho na construção das relações espaciais na produção do assentamento.

Nesse sentido, a pesquisa levou-nos a concluir que as práticas sociais e as estratégias de luta utilizadas pelos segmentos e sujeitos envolvidos no processo de assentamento, como também suas posturas políticas diante dos conflitos, devem-se à maneira como cada um interpretou e significou as experiências vividas na construção de suas trajetórias individuais e coletivas.

Assim, no decorrer da pesquisa, percebemos que, nos acampamentos, os conflitos giravam na dimensão da postura organizativa e, no assentamento, na dimensão da postura produtiva. Isso nos permitiu refletir sobre as relações contraditórias de identidade/diferença, do velho/novo entre os sujeitos/segmentos envolvidos e sobre como essas práticas e estratégias se concretizaram na práxis cotidiana do assentamento sob o processo contraditório (de produção, de consumo e de cultura), que vem recoberto por utopias individuais e coletivas pautadas por projetos distintos.

Diante desses resultados, constatamos a necessidade de aprofundar a pesquisa em nível de Doutorado, mantendo como tema *o conflito* no interior das práticas sociais e estratégias de luta em assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, compreendido como fruto das relações sociais multifacetadas, decorrentes das mais variadas trajetórias de vida e de trabalho que se expressam nos valores, nos símbolos, nos desejos e nos projetos que permeiam o imaginário e as atitudes dos sujeitos sociais aí envolvidos.

Esse conflito que emerge, enquanto dimensão da realidade social, como uma perspectiva analítica das práticas sociais e estratégias de luta, fruto das relações do espaço social que passa a ser construído pelos assentados com o advento do assentamento, expressão da complexidade política, social, econômica, cultural, organizativa e produtiva.

O conflito é apreendido no movimento que surge da tensão fecundada no fluxo da representação entre o presente e o ausente, que engendra o percebido, o vivido e o concebido no confronto das multiterritorialidades, dando sentido e significado às atitudes dos sujeitos na produção da realidade. (NOGUEIRA, 2007: 29-30)

Nessa perspectiva, o assentamento torna-se também um espaço de contradições culturais, de projetos distintos (econômicos e políticos), em que o conflito coexiste entre assentados, lideranças e representantes.

Os conflitos no interior das práticas sociais e estratégias de luta analisados durante o Mestrado motivam, agora, uma nova investigação, a partir das relações cotidianas carregadas de simbologia e de tensões (vividas, percebidas ou concebidas), as quais influem na construção do espaço social.

Propomos, assim, uma pesquisa em interface com a Geografia Cultural, Sociologia Cultural, História Cultural e com a Antropologia Cultural, tendo como *locus* os conflitos no interior das práticas sociais e estratégias de luta por meio de análises em dois assentamentos (formados e organizados pelo MST), localizados nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, o de Roseli Nunes e o de Mário Lago respectivamente.

ÁREAS DE PESQUISA

Estado	Município	Assenta- mento	Nº de Famílias	Área (ha)	Órgão Responsável	Ano de criação
São Paulo	Ribeirão Preto	Mário Lago	420	1.800	INCRA	2007
Rio de Janeiro	Piraí	Roseli Nunes	39	1.790,80	INCRA	2007

A análise do conflito nos dois assentamentos, em conjunto com as lideranças do MST (coordenadorias locais), nos permitirá um olhar sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (enquanto movimento articulador de discursos e de práticas) e outro sobre os assentamentos (enquanto *locus* de assimilação e/ou resistência dos discursos e práticas).

A finalidade é fazer uma análise dos conflitos sobre os dois assentamentos, valendo-nos dos mesmos pressupostos teórico-metodológicos, sobre os processos distintos das construções espaciais e apropriações territoriais, levando-se em consideração o contexto histórico e a diversidade regional da sociedade brasileira.

Leite et al. (1998), afirma que a pesquisa nessas áreas de assentamentos, que, a partir da sua criação, inauguram uma nova dinâmica de demanda em saúde, educação, transporte, apoio à produção etc., e da sua implementação (constituição, implantação e consolidação) em regiões e municípios determinados, permitem analisar as redes espaciais formadas antes, durante e depois do processo de assentamento. Isso implica (re)arranjos de forças políticas locais e regionais, as quais envolvem diversas agências públicas, estatais ou não, voltadas para a viabilização do processo de assentamento.

Segundo Leite et al. (1998), em seu estudo sobre impactos regionais dos assentamentos agrários, há, às vezes, uma disputa de necessidades, como as de saneamento básico e de transporte, com as outras comunidades locais, potencialmente não beneficiadas por nenhuma atenção pública especial. Em outros casos, é, ainda, a presença do assentamento que inaugura novos processos reivindicativos.

Através dos assentamentos, em muitos locais se constitui uma dinâmica mais participativa do que a tradicionalmente existente nos municípios brasileiros: o simples fato de criação de uma associação inaugura uma prática política por vezes desconhecida regionalmente, o que nos permite indagar sobre a possibilidade de estarem ocorrendo alterações moleculares na cultura política local. (LEITE et al., 1998:46)

Essas dinâmicas regionais (produção, crédito, educação, consumo e outras) que implicam os conflitos, os discursos, as estratégias, as práticas e as articulações das redes espaciais, mediadas e concretizadas sob a ótica dos assentados e dos representantes (MST, Igreja e Estado), no tocante à constituição, à implantação e à consolidação, nos permite privilegiar as relações sociopolíticas que engendram os conflitos simbólico-culturais.

Portanto, nossa contribuição para o estudo de tema tão pertinente à atual realidade espaço-social brasileira concentra-se em torno da problemática já evidenciada na proposta do presente trabalho: Os conflitos no interior das práticas sociais e estratégias de luta por meio das representações sociais que cada sujeito e/ou segmento social faz de si mesmo e dos outros e quais os rebatimentos em assentamentos rurais de 2000 até 2012.

Dessa forma, do ponto de vista estritamente geográfico, tal tarefa a que nos propomos implica (re)visitar os significados de Região, Território e Espaço para aplicá-los ao contexto que estamos analisando, levando em conta os “novos” instrumentos de análises que se encerram na crise do pensamento moderno.

Os fatores norteadores para a seleção dos assentamentos foram:

- assentamentos formados e organizados pelo MST;
- assentamentos formados e organizados a partir da década de 2000;
- assentamentos com práticas associativas (coletivas ou semicoletivas);
- assentamentos que ficam nas regiões que tenham coordenadorias Estaduais ou Municipais do MST.

O assentamento é pensado como momento e como resultado da concretude histórica, como produto e síntese das relações sociais, fruto de uma construção histórica.

É, porém, o espaço que expressa relações de conflitos e tensões que podem ser revelados nas práticas sociais e nas estratégias de luta e que são impregnados de simbologias.

O assentamento é o lugar dos (re)encontros de culturas, espaço de representação e de legitimação dos sujeitos sociais envolvidos no processo de formação e de organização do espaço social e que se constitui num momento de contradição espacial, trazendo no seu bojo as construções produtivas e históricas, e também a construção do território que se configura nas relações sociais produtivas, políticas e culturais da dialética da realidade social. (NOGUEIRA, 2007:29)

Os conflitos que emergem do processo de constituição, de implantação e de consolidação no processo de assentamento, envolvendo líderes assentados, assentados e representantes governamentais, religiosos e participantes do MST, produzem múltiplos contornos no “novo” território.

Diante do que foi exposto, ganha relevo a questão agrária envolvendo os conflitos em assentamentos rurais, tema discutido nas Ciências Sociais, cujos estudos dos conflitos, incluindo o MST, a Igreja, o Estado e os assentados, na ótica de alguns autores¹, focam-se mais nos assentamentos para pensar sobre os conflitos (sejam internos ou externos), ao passo que outros pesquisadores² se detêm nos representantes

¹ PALMEIRA, Moacir. e LEITE, Sérgio P. Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas. In: COSTA, L.F., SANTOS, R. (orgs.) **Política e reforma agrária**, Rio de Janeiro: Muad, 1998, ROMEIRO, Ademar, GUAZIROLI, C., LEITE, Sérgio. (orgs.) **Reforma agrária: produção, emprego e renda**. 2º ed. Petrópolis: Vozes, 1995, GUANZIROLI, Carlos. **Agrarian reform in the context of modernized agriculture: the case of Brazil** Londres: Univ. College, tese de Doutorado, 1990, GRAZIANO, José da Silva. **Por uma reforma agrária não agrícola**. Agroanalysis. Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 8-11, mar. 1996, ALENTEJOLO, Paulo R. R. Reforma agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro CPDA/UFRRJ, 1997.

² CASTRO, Marcio H., CARVALHO, Mônica E., OTAVIO, Luciano. Reforma Agrária: um estudo preliminar. Reforma Agrária Campinas, 18, 1, abr/jul. 1998, ZIMEMMAN, Neusa. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. In: MEDEIROS, Leonilde et. al. (orgs.) **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo, Edunesp, 1994; BERGAMASCO, Sonia. Assentamentos rurais: reorganização do espaço produtivo e processos de socialização. In: MEDEIROS, Leonilde et. al. (orgs.) **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo, Edunesp, 1994; FRANCO, Maraiana P. Seringueiros e cooperativismo: o fetichismo das mercadorias nos seringais do Alto Juruá. In:

(MST, Igreja e Estado) enquanto instituições organizadoras. Nos dois casos, contudo, as análises são de ordem socioeconômicas, socioculturais e sociopolíticas.

Tais estudos enfocam a organização social e produtiva dos assentamentos, destacando aspectos socioeconômicos, como produção, ganhos materiais, geração de renda, fixação da mão-de-obra, mudanças tecnológicas, comercialização de produtos agrícolas, trabalhos não-agrícolas e outros, sendo os assentamentos área de suas pesquisas.

Um outro autor que faz críticas ao MST quanto à sua forma de organização é Martins (2000) que, em seu trabalho *Impossível Diálogo*, destaca que os mediadores do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra e a Comissão Pastoral da Terra e Partidos Políticos simpatizantes ao MST estão praticando uma atitude de contestação, pois escolheram a via indireta de reforma agrária ao se negarem ao diálogo político com o Estado.

O autor afirma que, nas reivindicações, não se reconhecem as vítimas do processo histórico, existindo uma ação de utopia pré-política de caráter ludista, criando um desencontro dos projetos de emancipação dos trabalhadores rurais, do Estado e dos órgãos mediadores, em que os protagonistas têm uma concepção fundamentalista e se justificam teoricamente no marxismo vulgar. Nesse sentido, Martins aponta a existência de uma proposta de negação política no MST.

Essas instituições, MST e Igrejas, anulam sua própria conquista ao exigirem o seu reconhecimento como protagonistas políticos legítimos e, ao mesmo tempo, ao se recusarem a reconhecer a legitimidade institucional e das ações do governo e do Estado. O qual é a única fonte legal do reconhecimento de que, por sua vez, são objeto. Não há vitória alguma quando se consegue levar o interlocutor à mesa de negociação e o suposto vitorioso, ao mesmo tempo, se recusa à interlocução e a reconhecê-lo como interlocutor legítimo, sobretudo porque é o interlocutor do poder. Aceitar o interlocutor significa negociar propostas, admitir limites e possibilidades. Significa fazer

política. Quem quer ganhar tudo, tudo perde, como está acontecendo. O MST e as Igrejas e não só a CPT, vão ficando fora do amplo processo da reforma agrária conduzida pelo Estado. Estão deixando de ser protagonistas políticos daquilo que poderia ser sua maior e única vitória. Aquilo que, de fato, justificaria suas existência. (MARTINS, 2000:26)

Em entrevista dada a Norder na Revista Crítica Marxista de 1997, Stédile ao ser indagado sobre a recusa do MST em participar dos conselhos, comissões e fóruns governamentais, dá a seguinte resposta:

O MST, nunca se recusou a participar de negociações com o governo. Ao contrário, é da natureza de um movimento popular impulsionar lutas, pressionar, mobilizar como medida de pressão para então negociar com o Estado numa posição de maior poder político e conquistar, com maior rapidez, suas reivindicações. E é isso que temos feito durante os, quinze anos do MST. No Brasil existe uma cultura do serviço público de forma tal que quando não se quer resolver um problema político, cria-se uma comissão que leva a um “reunismo” ineficaz, que apenas enrola os trabalhadores e não resolve efetivamente os seus problemas. Por isso nós nos recusamos a participar deste tipo de conselhos e de comissões governamentais que, a rigor, não levam a absolutamente nada. Se fosse apenas para debater idéias existem outras formas mais efetivas como atividades nas universidades, entrevistas para revistas como a Crítica Marxista ou qualquer outro espaço público. Não precisamos provar que somos democratas nem precisamos defender nossas idéias em fóruns governamentais. Governo existe para executar, para tomar medidas concretas, e não ficar debatendo o sexo dos anjos. (STÉDILE, 2007:85)

Martins (2003) aponta uma situação análoga nas práticas em assentamentos no Brasil. Em seu estudo de cinco assentamentos, a renda, nos moldes do modelo capitalista, é destacada como uma contradição entre os assentados. Assim, os assentados são proprietários e titulares de renda fundiária e se apresentam, no processo, como trabalhadores da chamada agricultura familiar.

O beneficiário da reforma agrária, quando aluga a terceiros terra recebida ou indevidamente vende, regenera a renda fundiária como meio de sobrevivência, nega a relevância do trabalho e do produtivo e afirma a centralidade do tributo parasitário como meio de vida. Na verdade, no aparentemente minúsculo ato comercial, ele recria a lógica do latifúndio dentro de si mesmo e nega aquilo que é próprio e essencial da competência e das virtudes históricas do trabalho e da classe trabalhadora, nega e destrói a própria reforma agrária e seu amplo sentido socialmente reformado. (MARTINS, 2003:15)

O sociólogo José de Souza Martins tem sido um crítico contumaz do MST, mas é necessário levar em consideração a sociedade em que estamos vivendo, salve engano, a renda é própria do sistema capitalista. Neste sentido, precisamos fazer uma singela correção; a lógica capitalista até o momento não foi recriada pelos assentados, sendo que para que isso ocorra teria que aparecer um aspecto novo no processo, no entanto não nos parece que em algum assentamento brasileiro haja um ingrediente novo. Desta maneira, a única coisa possível e nos parece a mais plausível é a reprodução da lógica capitalista devido à fragilidade em que os assentados estão mergulhados. “De certa forma eles reproduzem o que acontece na agricultura em geral. Porque, apesar de os lavradores receberem terra do governo, imediatamente se transformam em pequenos produtores rurais e passam a enfrentar todas as contradições que têm os outros pequenos produtores.”(STÉDILEb, 1997:74)

Navarro (2001) e Carvalho (2001)³, em um debate sobre as formas de organização social e produtiva dos assentamentos rurais, protagonizam um momento importante que nos dá uma dimensão sobre conflitos em assentamentos rurais no tocante às seguintes indagações: como geri-los e organizá-los? Como o MST consegue se financiar? Nesse sentido, os autores analisam o contexto histórico que envolve o MST, o governo, o assentado e as lideranças na luta pela posse da terra, em relação aos conflitos ideológicos.

Navarro (2001), ao refletir sobre a organização do Movimento nos assentamentos e sua capacidade de gerenciá-los, reconhece estratégias estranhas à proposta inicial democrática. O MST, segundo o autor, na tentativa de romper com vícios clientelistas e paternalistas, ou seja, com vícios culturais que impedem o aflorar

³ Esse debate encontra-se em: SANTOS, Boaventura. “Os Caminhos da Produção não Capitalista”. In: **Produzir para viver**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, p. 189-281.

de relações que possam democratizar o espaço social pretendido ou em que atuam, vai construindo sua trajetória histórica sem conseguir se desvencilhar dessas questões culturais, enraizadas na sociedade brasileira, o que reflete nos assentamentos e em toda a sua organização. O mesmo autor responsabiliza o MST pela radicalização frente ao Estado e a outros movimentos que lutam pela terra no campo.

Outro aspecto destacado por Navarro (2001) é o controle social no interior do Movimento, que passa pela dificuldade das mulheres em ascender no interior dos assentamentos como lideranças e até mesmo na desqualificação de seu trabalho, resultado da sua sujeição ao machismo instalado na organização. Esse processo cria obstáculos para relações mais igualitárias de gênero e para a possibilidade de participações mais democráticas no interior dos assentamentos.

Na história social e política do Movimento tem sido melancólica a trajetória de muitas mulheres portadoras de notáveis talentos pessoais para ocupar posições de liderança, mas não o fazem porque sujeitas ao machismo dominante no interior do MST. Ou, o que é mais perverso, quando assumem o discurso dominante no interior da organização, de certa forma masculinizando seu discurso, como única forma de manter as posições e poder ascender na estrutura da organização. Resultante deste controle devido a gênero, que associa patriarcalismo e a quimera ideológica das 'lutas principais e secundárias', a trajetória das mulheres no interior do Movimento tem sido objeto de uma contradição óbvia, que é a distância entre o discurso igualitário para efeito externo e as práticas internas, chegando inclusive ao ocultamento do seu trabalho, desqualificando-o. (NAVARRO, 2001:221).

Destaca também o autor que, nesses assentamentos, a existência da manipulação de verbas, a centralização do poder político interno sob a organização do MST e a tentativa de monopolizar as lutas no campo criam um conflito particular. O rompimento com vários setores que davam sustentação ao movimento e a desqualificação do poder do Estado tornam o MST uma organização fragilizada dentro do seu próprio território.

O autor subtrai elementos particulares, gerados na organização do movimento, na busca de compreender a complexidade existente no cotidiano dos assentamentos, apontando questões específicas das estratégias organizativas dos assentados. O desrespeito à trajetória social dos assentados e a intimidação como forma de controle social revelam uma das faces não-democráticas, motivo de resistência por parte dos assentados.

Primeiramente, como referido, o controle social sobre as famílias rurais assentadas, cujas evidências empíricas começam lentamente a surgir como resultado da pesquisa social por parte dos acadêmicos mais preocupados com o rigor de seu trabalho de investigação, e, menos, com suas preferências militantes. Desta forma, são cada vez mais conhecidos os diversos mecanismos utilizados pelos dirigentes da organização que têm a responsabilidade, em uma determinada região, sobre os assentamentos ali existentes. Mecanismos que não apenas submetem os assentados à sujeição através do controle dos fundos públicos mas, muitas vezes, recorrem à mais aberta intimidação, inclusive física. A formação de cooperativas inteiramente coletivizadas, que fazem tábula rasa da história social dos agricultores, antes pequenos proprietários, por exemplo, encontra uma forte resistência das famílias rurais, o que tem gerado inúmeros conflitos nos assentamentos formados. (NAVARRRO, 2001: 220)

O estudo de Navarro (2001) também destaca a tentativa do Movimento de deslegitimar o Estado, furtando-se a discutir problemas políticos ou a participar das discussões propostas pelo Estado sobre questões de reforma agrária, recusando-se a reconhecer os esforços do governo para acelerar o projeto de reforma agrária e, por meio de motivos políticos e ideológicos, criando obstáculos para negar, perante a opinião pública, a legitimidade do Estado como interlocutor legal do processo democrático.

Outro aspecto a ressaltar, neste mesmo item, diz respeito à persistente postura política, algo surpreendente, do Movimento, de categoricamente deslegitimar o Estado, o que parece ser incompreensível, antes de mais nada, por ser o MST, como antes ressaltado, o mais integrado dos movimentos populares brasileiros, daí extraindo a sua própria sustentação financeira principal. Esta deslegitimação faz parte da arquitetura discursiva da organização dos sem-terra, operada, provavelmente, por duas razões principais e

a outra sendo a antes citada “razão instrumental”, qual seja, manter um discurso unitário que solidifique a coesão interna de seus militantes e também atraia o apoio de setores urbanos radicalizados. Tal postura, contudo, mantém-se em diversas situações, especialmente aquelas que não têm o acesso aos fundos públicos, cuja interrupção poderia comprometer a sustentação financeira da organização dos sem-terra. (NAVARRO, 2001:222)

Soma-se a esses fatos, a intransigência das lideranças em estabelecer ligações políticas com outros setores organizados no campo, devido ao aprofundamento das diferenças políticas e ideológicas por parte do MST. Isso, segundo Navarro (2001), faria o Movimento perder a possibilidade histórica que se abre “talvez a única”, que colocaria os resultados procurados durante décadas pelos trabalhadores rurais na pauta de negociações do governo.

Cada vez mais, o conjunto de organizações (excetuando-se o MST) associa-se em um ideário propositivo que procura reconstruir as possibilidades de formas de desenvolvimento rural dinamizadoras da economia local ou regional que instituem novas alternativas na geração de renda e no aumento das oportunidades de trabalho, de integração aos mercados e, igualmente, influam nas esferas políticas do município ou da região. Pretendem, desta forma, assegurar a melhoria das condições de vida das famílias rurais que representam, algumas dessas iniciativas hoje caracterizando determinadas sub-regiões do mundo rural brasileiro que começam a sair do encurralamento recente e iniciaram novas formas de dinamização social, econômica e política. Em todos os casos conhecidos, a decisão do Movimento tem sido ignorar tais iniciativas ou, ainda mais problemático, combatê-las, às vezes agressivamente, não concordando em estabelecer alianças políticas, em nenhum caso conhecido, com as organizações que procuram empreender tais mudanças. (NAVARRO, 2001:225).

É importante salientar que Navarro critica tanto o MST nacional como os representantes e as lideranças assentadas. Acreditamos que o autor inverte o problema, ao colocar no MST, nos representantes e nos assentados a responsabilidade de fazer uma reforma agrária ou melhorar as condições de vida e as relações no interior dos assentamentos, como se isso dependesse exclusivamente do desejo dos assentados, não

levando em consideração o embate das facções sociais que se interpenetram, se excluem e, às vezes, somam forças no interior do processo.

Embora reconheçamos as críticas para o segmento em questão, julgamos que seja necessário considerar as propostas do governo e a reforma agrária em curso e compreender que elas não estão acabadas. Portanto, não podemos nos abster de observar a sutileza das análises feitas por Navarro em referência ao Estado e aos latifundiários, tratamento que, a nosso ver, oculta conflitos seculares em nosso país.

Carvalho, ao responder a Navarro (2001), propõe uma discussão mais ampla da realidade na qual emergiu e se desenvolve o MST, indo em direção a uma proposta de reconversão dos direitos de acesso à terra, numa releitura das análises que sugerem uma ausência de democracia nos assentamentos e na própria instituição.

Segundo Carvalho (2001), a luta pela posse da terra está inserida na luta contra o capital, lembrando que os donos de terras não são mais exclusivamente os coronéis, mas os donos do capital financeiro e comercial dos grandes centros urbanos. O autor sugere que o foco da discussão sobre a organização nos assentamentos não seja mudado, mas ampliado e processado dentro de uma práxis, colocando os trabalhadores rurais como sujeitos históricos, formados no cotidiano dos conflitos travados no interior dos assentamentos ou fora deles.

Desejo sugerir que a emancipação social é um processo continuado. Pode ter começo, e a percepção do seu início poderá até ser datada, mas necessariamente não tem fim. (...) Da ocupação de terras realizada por milhares de famílias, quando a tensão e o alerta despertam os instintos de defesa e de sobrevivência até a flor que viceja nas praças dos assentamentos há muitos planos sociais vivenciados pelas pessoas sem terra que lhes proporcionam emancipações pessoais e sociais continuadas numa humanização plena de significados e de idéias. (CARVALHO, 2001:239-253)

Navarro (2001) desenvolve sua tréplica, reafirmando suas críticas anteriores ao MST e à sua forma de organização dos assentamentos.

Em vista dos argumentos antes apresentados, cabe apenas repetir que esta presença marcante nos assentamentos tem sido utilizada, em especial, para recrutar jovens assentados para as atividades de formação e, posteriormente, para as ações externas realizadas. Permanece assim apenas a pergunta mais geral: quando a organização permitirá em seus assentamentos que os próprios assentados decidam suas formas de cooperação e quando deixará de utilizar fundos públicos para exercer diferentes formas de controle social sobre as famílias instaladas nestas novas áreas? Ou seria inaceitável, como alguns julgam, submeter tal pergunta ao Movimento, quando este atua no espaço público da política e, adicionalmente, sustentam-se majoritariamente públicos? (NAVARRO, 2001:277)

Medeiros e Leite (1997) destacam que os conflitos se dão por discriminações dos assentados, que não querem ser cooperados e preferem se tornar individuais, mesmo que passem por dificuldades para obter acesso a créditos e outros benefícios, e que fiquem sujeitos ao controle imposto pelos líderes e mediadores.

É possível, pois, concluir que a análise tem privilegiado as dimensões internas ao assentamento e, nesse sentido, os resultados apresentados têm sido cruciais para romper com uma tendência, marcada por um certo romantismo e fortemente influenciada pela imagem que os grupos procuram passar deles mesmos, que é a de um certo comunitarismo no plano interno, negando-se tensões inerentes aos processos sociais. (MEDEIROS e LEITE, 1997:35).

Estudos como os de Medeiros e Esterci (1994) sobre as instituições mediadoras têm chamado a atenção para as formas de controle e disputas internas nos assentamentos.

Há necessidade de se alertar para o seu modo de operar em relação aos segmentos representados. Ele implica em formas mais ou menos sutis de controle sobre os trabalhadores, que em situações de assentamento, aparecem através de imposições de diferentes tipos. (MEDEIROS e ESTERCI, 1994:20)

A literatura também tem mostrado que, no interior dos assentamentos, ocorrem ações de criatividade e de inventividade explorando alternativas na sua organização e na sua produção. Eid (2001), em seu estudo sobre as Cooperativas de Produção

Agropecuárias (CPAs) do MST que envolvem relações associativas, em diversas regiões do país, afirma que algumas, com maior intensidade, vêm desenvolvendo, principalmente nos últimos quinze anos, experiências de geração de trabalho e renda de forma solidária e associativa. Essas cooperativas estão gestando uma nova alternativa de vida e de trabalho para os assentamentos. Nessa perspectiva, sem desconhecer o capitalismo como único sistema econômico mundial na atualidade, tal economia alternativa parte de valores distintos: autonomia, democracia, fraternidade, igualdade, solidariedade, entre outros.

Procurou-se mostrar que, no Brasil, a dinâmica interna de organização social e produtiva e os desafios e alternativas desenvolvidas pelas cooperativas de produção agropecuária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nos levam a concluir que fazem parte da Economia Solidária, em processo de gestação em diversas regiões do país. No estágio atual de desenvolvimento de nossa pesquisa, observamos que, no interior do MST, na prática, há uma preocupação crescente entre diversos dirigentes de CPA's localizadas em diversos estados, principalmente nos da Região Sul do Brasil, em buscar o equilíbrio crítico entre, por um lado, a ampliação dos ganhos sociais e políticos – resgate da dignidade, construção da cidadania e apoio às lutas dos trabalhadores – e, por outro, melhorar a eficiência na gestão das cooperativas buscando a sobrevivência e o crescimento, a fim de se evitar que um descompasso possa levar à ruptura da coesão social. (EID, 2001:94)

Uma outra visão que discute a necessidade de repensar, com um olhar mais cuidadoso, as propostas associativas nos assentamentos em suas formas de organização e de produção, é a de Esterici (1992), que devido às ações realizadas nos acampamentos chama a atenção para as experiências de coletividades associativas ali desenvolvidas e para suas especificidades.

Além disso, a observação, no seu nascedouro, de experiências de organização coletivas e associativas, faz pensar que o conceito usual de pequeno produtor não se aplica em tais casos, pois, aí estar-se-iam criando novas formas de pequena produção baseadas em ideais utópicos gerados nas lutas de conquista. (ESTERCI, 1992:08)

O sociólogo José de Souza Martins alerta para o impacto dessas análises teóricas em estudos sobre o campesinato brasileiro.

O estranho não é, entre nós, apenas o agente imediato do capital, como o empresário, o gerente, o capataz, mas é também o jagunço, o policial, militar. E ainda, o funcionário governamental, o agrônomo, o missionário, o cientista social. Embora cada um trabalhe para um projeto distinto, raros são os que trabalham pela vítima dos processos de que são agentes. São, portanto, protagonistas da tragédia que aniquila os frágeis e que, por isso, nos fragiliza a todos, nos empobrece e nos mutila, porque preenche com a figura da vítima o lugar do cidadão. E nos priva, sobretudo, das possibilidades históricas de renovação e transformação da vida, criadas justamente pela exclusão e pelos padecimentos desnecessários da imensa maioria. (MARTINS, 1993:13)

É nos encontros e desencontros, nos caminhos e descaminhos, nos antagonismos e nas dicotomias que se revelam e se formam as mais variadas faces dos conflitos em assentamentos rurais que, em alguns momentos, se fragilizam e, em outros, se enriquecem.

O conflito é abordado, nos estudos sobre Assentamentos Rurais e Movimentos Sociais, no caso específico do MST, sem uma conceptualização sobre o seu significado, definindo-se, assim, como o conflito pelo conflito, de âmbito binário (dominantes e dominados), aquele do senso comum.

Nesse sentido, os conflitos que emergem destes estudos *a priori* estão subtendidos, ou seja, aparecem como um dado e não como uma construção, no interior das práticas sociais e estratégias de luta, entre os opositores, num jogo de forças que compõe o movimento do real e em processo. Aparecem como se o conflito não fosse carregado de intencionalidades, valores de uso e de troca, de significados, de significantes, de códigos, de símbolos, de uma linguagem simbólica - que compreende gestualidades, reprovações morais não explicitadas e conteúdos não ditos -, de linguagem concreta, chegando até o momento mais agudo do conflito aberto e declarado, que pode incluir desde violência física até a expulsão do sujeito do grupo.

Assim, a relevância do tema reside na abordagem dos conflitos no interior das práticas e estratégias de luta das representações sociais de vários segmentos (Igreja Católica, MST, Estado, líderes assentados e assentados) envolvidos no processo de assentamento. Portanto, a compreensão da presença (do vivido) e da ausência (do concebido) na produção do espaço incorpora os sentidos, os significados e os significantes inseridos nas práticas e estratégias dos sujeitos e/ou segmentos, sendo realizada, concretizada e mediada pelas representações que influem na apropriação e na dominação do território.

A representação, pensada dessa forma, se insere entre o concebido e o vivido, fruto da construção social, nasce da prática da vida social, circula no cotidiano das ações e não volta à mesma sem gerar conflitos. Assim, temos como sentido a análise dos conflitos à luz da Lógica Dialética da Totalidade Concreta, “aquela das contradições no seio da atividade humana, produtora e criadora da (práxis) fundamental, geradora do viver a ser constitutiva e destruidora das estruturas.” (LEFEBVRE, 1991:218).

Lefebvre (1983) afirma que nem Marx nem os marxistas entenderam o conceito de representação, confundindo-o com a ideologia miúda. Ele parte do significado filosófico da representação⁴:

A mais ampla, sem dúvida a mais importante já que é a chave para as demais. Invade o pensamento filosófico desde Kant, sem defini-lo claramente. Para a filosofia moderna, a representação não é nem verdadeira, nem falsa, nem a presença, nem a ausência, nem a observação nem a produção, senão algo intermediário. Os filósofos se propuseram a ultrapassar a representação pelo conhecimento, ou melhor, pelo contrário, mostra que o conhecimento não pode realizar esta operação; a qual limita o conhecimento as representações e sua crítica. (LEFEBVRE, 1983:15)

⁴ Lefebvre (1983) aponta a semântica da representação, ou melhor, seus significados: 1) científico: uma curva representa um fenômeno físico de vários parâmetros etc.; 2) político: um deputado representa um território e seus habitantes, ou o sindicatos os trabalhadores etc.; 3) mundana: fazer-se representar em uma cerimônia, estar em representação, ou seja, ser o espetáculo etc.; 4) comercial: possui representantes do comércio que representam tal casa, que colocam os produtos de tal companhia etc.; 5) estética: plural, uma quadro representa uma cena histórica ou uma paisagem etc.

Segundo Lefebvre (1991:238), o método dialético busca captar a ligação, a unidade, o movimento que engendram contradições, que os opõem, que faz com que se choquem, que os quebram ou os superam. Acreditamos que esses elementos nos permitirão desvendar a trama das relações estabelecidas no universo dos assentamentos, em que as práticas e estratégias entre os segmentos e/ou sujeitos se fazem presentes e, com isso, produzem um conhecimento crítico e reflexivo das relações entre discurso, prática e estratégias. “O conceito e crítica vão juntos inseparavelmente.” (LEFEBVRE, 1983:101)

Assim, as questões que se colocam na orientação da análise presente nesta tese são:

- Porque os discursos, práticas e estratégias entre sujeitos e/ou segmentos sociais envolvidos nos processos de assentamentos rurais conformam-se e/ou sofrem rejeições no cotidiano do espaço social dos assentamentos?

- Quais são os elementos presentes (o vivido) e ausentes (o concebido) nas experiências individuais/coletivas que proporcionam momentos de inclusão/exclusão nas ações propostas na construção do espaço social pelos sujeitos envolvidos nos processos de assentamentos?

- Como as possíveis contradições entre discurso, estratégia e prática social influem na produção do espaço e na dominação e apropriação do território?

Dessa forma, nossa pesquisa tem como objetivo geral compreender os conflitos no interior das práticas sociais e estratégias de luta por meio das representações sociais que cada sujeito e/ou segmento social faz de si mesmo e dos outros, determinando seus rebatimentos nos assentamentos rurais de Roseli Nunes e Mário Lago, no período de 2000 até 2012.

Temos como objetivos específicos:

- a) Discutir o processo da dialeticidade entre o concebido, o vivido e o percebido, que engendra critérios de inteligibilidade na construção do espaço de vivência dos assentados;
- b) Analisar as formas pelas quais os sujeitos (re)interpretam e experienciam as práticas e estratégias individuais e coletivas nos assentamentos;
- c) Identificar a intencionalidade, o que dá sentido e significado às representações sociais enquanto mediadoras das relações espaciais que plasman o espaço social dos assentamentos.

Partindo do pressuposto de que há uma desigualdade social entre os sujeitos sociais e uma distinção de projetos e aspirações, considera-se a hipótese de que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra tem reconhecido a inadequação de suas práticas, nas atuais necessidades da relação espacial, da produção e da sociedade, marcada por profundas transformações já observadas (produção, consumo e cultura), conduzindo para que o MST, as lideranças assentadas, os assentados e os agentes mediadores têm procurado encontrar novas estratégias de produção e organização, com o objetivo de inserir o assentado às novas exigências cujas estratégias e práticas entram em conflito com os discursos do Movimento, no bojo da crise da modernidade, que encerra um território em rede, com as multiterritorialidades, e a construção do espaço com sua dimensão tripartite (percebido, vivido e concebido) o que cria uma crise de representação do MST, cujo paradigma de classe social usado no discurso do movimento está em conflito com as novas identidades⁵ - móveis e plurais em

⁵ *Em um país como o nosso, construído por diversas matrizes, cada um busca se entender a partir de sua origem; fora do Brasil, isso se dá pela dupla nacionalidade. Além disso, há os regionalismos (sulistas, nordestinos e outros) em que também pesa, nesta análise, a tentativa dos negros(as) brasileiros que ainda não definiram de onde vieram (país/nação). Isso constitui uma lacuna que está sendo preenchida reconhecendo-se o continente africano como Terra mãe, o que encerra uma identidade descentrada.*

construção - que vão se formando no interior dos assentamentos, ainda que o movimento tenha por objetivo a melhoria de vida dos assentados.

Nesse sentido, nossa pesquisa insere-se na abordagem culturalista dos estudos referentes aos movimentos sociais rurais. De acordo com Claval, “Para uma minoria e eu faço parte dela, todos os fatos geográficos são de natureza cultural. Esses geógrafos preferem falar de abordagem cultural na geografia e não de geografia cultural.” (CLAVAL, 2003: 147); o que nos permite afirmar junto com Kosik (1976), “*A dialética não é o método da redução: é o método da reprodução espiritual e intelectual da realidade é o método do desenvolvimento e da explicação dos fenômenos culturais partindo da atividade prática objetiva do homem histórico*” (KOSIK, 1976:12).

Segundo Scherer-Warren (1998, 223-224), nos estudos culturalistas, a referência é de grupos empíricos específicos (índios, seringueiros, mulheres agricultoras etc.), levando em consideração a práxis no interior de cada movimento. Nos estudos culturalistas, a construção da identidade coletiva, de políticas contestatórias e de novas manifestações político-culturais têm raízes nos microfundamentos das relações sociais cotidianas, ou seja, em torno de identificações socioculturais específicas. Neles, os sujeitos coletivos são “contingentes, dependendo da práxis que se desenvolve no interior de cada movimento”. Assim, a dimensão espaço-tempo se desloca para a preocupação em analisar “ações específicas e localizadas, centra-se também em processos históricos de curta duração, relativos a conquistas cidadãs e à democratização” e sua utopia culturalista se manifesta nas transformações graduais, cumulativas, por meio da resistência democrática no cotidiano (SCHERER-WARREN, 1998:225).

Nesse processo, cabe ressaltar que as representações ocupam os intervalos, os interstícios entre o sujeito e o objeto clássicos, entre a presença e a ausência, entre o vivido e o concebido (LEFEBVRE, 1983:96-97).

As representações têm um suporte social e um conteúdo prático irreduzível, ou seja, as formas assumidas pelas interpretações dos segmentos e/ou sujeitos envolvidos no processo de assentamento por meio dos conflitos no interior das práticas e estratégias em assembleias, passeatas, reuniões e outras atividades cotidianas são instrumentos da pesquisa e, por isso, procuraremos compreendê-las em seus significados, com base num aporte teórico-metodológico específico, que toma como ponto de partida a **Antropologia Dialética**. Este estudo procura definir o homem social como criador e criatura, produtor e produto, do mundo humano. A Antropologia Dialética é solidária a um humanismo dialético (ou coincidente com ele) (LEFEBVRE, 1961:99). O homem cria a natureza humana e se apropria dela, produz bens, instrumentos de produção, mas produz também a história e as situações. “Ele cria a natureza: a natureza nele e para ele, a natureza apropriada pelo homem através de múltiplos conflitos.” (LEFEBVRE, 1961:100).

A antropologia dialética não exclui a cultura, mas critica o culturalismo, faz uma crítica à economia política rejeitando o economicismo com seu determinismo, e nega também o sociologismo. A Antropologia Dialética faz parte da história, mas exclui o historicismo. “Estuda a relação conflitual natureza-cultura, e particularmente no nível onde ele se manifesta: na cotidianidade.” (LEFEBVRE, 1961:100/01). Para a Antropologia Dialética, “o homem seria multi-dimensional e cada dimensão corresponderia a um grau de liberdade.” (LEFEBVRE, 1961:159).

Nessa perspectiva, os assentamentos serão compreendidos como obra, constituídos por meio das redes espaciais que se articulam na prática cotidiana: é na

vida cotidiana e a partir dela que se realizam as verdadeiras *criações*; criações essas que produzem o humano e que produzem os homens no decorrer de sua humanização: as obras (LEFEBVRE, 1961: 50).

Segundo Lefebvre (1983), a obra reúne o que por outra parte se dispersa, desde a mais humilde obra artesanal até o espaço planetário, e, como exemplo do cotidiano, a poesia, toda obra tem essa qualidade. Assim se apresenta o que está em jogo no processo criador (Lefebvre, 1983:230). A força do mundo provém da obra dar conta do poder das representações, ou seja, é no ato *criador* que passa pelo do mundo das representações, das aparências, e as supera. (LEFEBVRE, 1983:238)

De acordo com Lefebvre, existe uma distinção considerável entre obra (criação) e produto (repetição), em que a criação implica/explica a produção e o trabalho produtivo. O produto se reproduz por repetição, equivalência, identificação. A reprodução é sua condição (LEFEBVRE, 1983:243). Já a obra corresponde a uma totalidade presente, atual com a totalidade presente ou ausente.

Permite captar melhor, situando as representações e seu poder tão surpreendente como decepcionante. Situam melhor a produção e as relações de produção nas práticas sociais. Esses conceitos e realidades não esgotam, nem mais nem menos. Permite captar melhor, sem reduzi-las ao saber aplicado, a gênese e a genealogia das obras fundamentais, as que condensam uma época, uma sociedade e proporcionam uma imagem estimulante que se dirige para o possível. (LEFEBVRE, 1983:244).

Sendo assim, a obra esclarece as representações porque as atravessa, as utiliza, e as supera. As representações esclarecem as obras porque são necessárias e não suficientes, superficiais, isto é, definidas sobre e por uma superfície, sem destruí-las senão integrando-as, negando-as dialeticamente num processo constante que remete à prática, à produção e à criação. Apesar de a repetição e a criação se distinguirem consideravelmente, a criação implica/explica a repetição e o trabalho produtivo (LEFEBVRE, 1983:243), ou seja, para Lefebvre (1983), representações é o terceiro

termo que se forma a partir da dupla representação-representado; o terceiro termo aqui é o outro, que implica relação tanto com o outro presente (o vivido) quanto com o outro ausente (o concebido) (LEFEBVRE, 1983:255). No entanto, afirma Lefebvre (1983), não há obra sem coesão, o que não quer dizer sem contradição, mas é preciso que a contradição esteja dominada, inerente à totalidade.

Do ponto de vista do autor, o concebido e o vivido se relacionam em movimento constante e dialético e, entre ambos, as representações fazem as vezes de mediadoras; umas se consolidam modificando por vezes o concebido e o vivido; outras circulam ou desaparecem sem deixar vestígio (LEFEBVRE, 1983:223). Lefebvre, (1983) “ao vivido que distinguimos, do concebido, o poria por cima deste último. O vivido era o trato do outro, a afabilidade, a suavidade das aproximações e a violência das iras, o rompimento das separações. A mediação do amor impõe relações com o mundo um calor que durava, de um amor a outro” (LEFEBVRE, 1983:09).

Nesse sentido, Lefebvre (1983) afirma que, *para estudar as representações, é necessário estudar o discurso e a prática social correspondente.*

Para compreendermos o processo de resistência que envolve os sujeitos sociais no processo de ocupação e de assentamento, apoiamo-nos em um estudo de Sahlins (1997:42-43) sobre as práticas culturais cotidianas. Sahlins analisa os estudos de Rena Lederman sobre os índios Mendi da Nova Guiné. Concentrando-se na apropriação cotidiana, feita pelos Mendi, dos objetos europeus, Sahlins pôde ver detalhadamente como os índios conseguiram infundir seus próprios significados aos objetos estrangeiros.

Por meio da bricolagem com os objetos europeus, os Mendi interagiam sem perder o sentido de si mesmos. Sahlins observou que os instrumentos do sistema mundial sofrem reveses nas leituras locais. Por intermédio dessas leituras, os povos organizam suas experiências, praticam valores, forjam significados, imprimem novas necessidades,

novas intenções aos objetos. Eles invertem os objetos e códigos, dando novos significados de acordo com suas próprias necessidades e intenções.

O estudo de Sahlins (1997) possibilita-nos penetrar, por meio da organização da experiência e da ação humana, nos espaços simbólicos e concretos e buscar elementos para o desvendamento dos conflitos no interior das práticas sociais e estratégias de luta no assentamento.

Mediante a discussão em que os assentados são tidos ora como tradicional ora como moderno nos estudos de assentamentos em Geografia propomos pensar o sujeito Geográfico na interface do rural-urbano. Esse se revela em sua atitude política territorializado pelas práticas e estratégias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

O sujeito geográfico assentado torna-se fruto das mediações da sociedade contemporânea, que reflete o momento atual da sociedade capitalista. É a práxis laborativa e existencial que o cria e recria no movimento do real por meio da dupla determinação global e local, que traz no seu bojo múltiplas escalas processadas simultaneamente de forma contraditória na construção de um território alternativo, ou seja, produz um “contra-território”, que apresenta uma práxis libertadora. Esse ser é, portanto, a tendência contraditória, em que a negatividade emergida dos segmentos sociais nos quais ele se socializou produz um momento de resignificação do assentado com suas relações econômicas, simbólicas e culturais. (NOGUEIRA, 2007:174)

Semelhantes conflitos são expressões não no seu todo, mas, em parte, das pressões do sistema capitalista, que cria e recria suas condições materiais e espirituais, trazendo no seu seio conflitos surgidos na conquista de espaços, em que o rebatimento se realiza por meio das práticas e das estratégias no interior do assentamento entre representantes, líderes e assentados.

Ao trabalharmos com o sujeito e com o espaço em construção, em que as práticas sociais e estratégias de luta têm a democracia como uma força transformadora, baseamo-

nos nas contribuições de Chauí. Para a autora, a sociedade democrática está envolvida em práticas e ideias que permeiam o tecido social, tendo nas eleições e nas relações daí advindas uma demonstração de que a sociedade não é uma comunidade una e indivisa voltada para o bem comum. “A democracia é a única forma política que considera legítimo e legal o conflito, permitindo que seja trabalhado politicamente pela própria sociedade”. (CHAUI, 1999:431)

Chauí (1999:431) faz uma distinção fundamental para o entendimento da democracia: “o direito difere de uma necessidade ou carência e de um interesse”. Existem tantas necessidades ou carências quantos indivíduos e grupos existem na sociedade, as quais podem ser conflitantes, ou seja, numa mesma cidade pode haver grupos com carência/necessidade de creche e outro com necessidade de moradia, de sorte que atender uma pode ser abandonar a outra.

O interesse também é algo particular e específico, podendo gerar conflitos entre os grupos envolvidos, como, por exemplo, os sem-terra e os proprietários de terra. Os direitos, ao contrário de necessidades, carências e interesses, não são particulares e específicos, mas gerais e universais, válidos para todos os indivíduos, classes e grupos sociais. Assim, por exemplo, a carência de água e de comida manifesta algo mais profundo, ou seja, o direito à vida; o interesse dos sem-terra, por sua vez, refere-se ao direito ao trabalho. (CAHAUI, 1999:431).

Estudar os conflitos no interior das práticas sociais e estratégias de luta por meio das representações é ver para além dos interesses, necessidades e carências, é sobretudo investigar se daí surge algo mais profundo, isto é, a instituição de direitos, de participações efetivas nas práticas e estratégias, de formas de negociações entre os envolvidos no processo.

A periodização nos permitiu perceber as relações contraditórias de identidade/diferença do velho/novo entre os sujeitos envolvidos e de como essas relações se concretizaram na práxis cotidiana do assentamento sob o processo contraditório (de produção, de consumo e de cultura), que vem recoberto por utopias individuais e coletivas, pautadas por projetos distintos. O recorte temporal escolhido para a realização da nossa pesquisa é de 2000 a 2012 o que nos deu a oportunidade de analisar, por meio das informações colhidas junto a assentados e lideranças, documentos, matérias de jornais locais, a formação da primeira associação, a divisão dos assentados em individuais e coletivos e outros aspectos, relacionados ao impacto sobre os assentados e a sociedade local.

Pesquisamos, ainda, pareceres, decretos e documentos encontrados nos arquivos de órgãos estatais como, por exemplo, ITESP/SP e INCRA do estado de São Paulo e do Rio de Janeiro. Nos documentos, podemos encontrar dados referentes a questões legais que envolveram o processo de ocupação e assentamento. Nos pareceres e decretos, por exemplo, verificamos como se deu a posse provisória da terra, a sua estrutura, desde o tamanho, condições do solo etc., bem como os conflitos envolvendo os assentados e a comunidade local e o apoio de alguns setores organizados, como partidos políticos e sindicatos, que puderam ser observados em matérias de jornais publicados no período, uma vez que, de acordo com Le Goff (1990):

O documento não é qualquer coisa do passado que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto documento permite à memória coletiva recuperá-la e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 1990:102)

A partir do cruzamento de dados obtidos por meio das fontes: atas de reuniões, entrevistas, matérias de jornais, decretos, pareceres e questionários, pudemos

compreender, com mais clareza, os múltiplos processos que se conformam durante a constituição, a implantação e a consolidação que antecedem o assentamento, que são concomitantes a ele e que o sucedem, engendrando conflitos, discursos, práticas e estratégias entre os sujeitos e/ou segmentos envolvidos no processo de assentamento.

Para tanto, usaremos o método da dialética sintética de Lefebvre (1991:169), que nos permite uma análise que se funda sobre a ação prática, ou seja, uma análise e sua síntese.

A análise e a síntese não podem assim ser separadas. Não basta dizer que elas devem se suceder ou se complementar. A análise só tem sentido porque o concreto se apresenta de maneira sintética; o concreto une momentos diferentes e mesmo contraditórios. A análise só tem sentido porque, em seu movimento em sua vida, o real tende a se analisar, a produzir elementos ou aspectos, que são ademais reunidos por uma ligação profunda, até o momento em que a dissolução e a morte triunfam. (LEFEBVRE, 1991:121)

Segundo Lefebvre (1991), analisar uma realidade é atingir seus elementos reais e sua síntese situa-se no momento do todo, no movimento, ou seja, no conjunto das relações. Este *détour* é um movimento da prática objetiva que se funda nas relações complexas, contraditórias dos momentos entre si e a totalidade, em um processo de penetração, quebra do objeto (real/idealmente) e de reunião dos elementos em um processo de análise e síntese simultânea regressivo-progressiva.

Para tanto, organizamos, então, a tese em três capítulos:

No primeiro capítulo: buscamos apresentar o conceito da Geografia da Intencionalidade e, por conseguinte, discutir os vários conceitos do conflito.

No segundo capítulo: constatamos que os sujeitos que acampam e ocupam constroem suas espacialidades e territorialidades sem espaço e sem território (concreto) e que esses só existem enquanto representação. Nessa perspectiva discutiremos a apropriação e dominação das chaves espaciais que localizam sujeitos/segmentos no jogo do conflito e lhes conferem *status* e legitimidade. Portanto, dar significado e sentido às

práticas e estratégias na conformação espacial produz chaves espaciais no cotidiano dos assentamentos.

No terceiro capítulo: buscamos compreender o processo de identidade e identificação - advindos das práticas e estratégias propostas pelo MST e os demais segmentos envolvidos e as múltiplas territorialidades (re)construídas no processo.

CAPÍTULO I

POR QUE UMA GEOGRAFIA DA INTENCIONALIDADE?

O sistema capitalista vive retesado, ou seja, em tensão permanente, fruto de sua esquizofrenia, que se produz na trama de tensão. A reprodução deste mundo esquizofrênico se traduz no simbólico (o existencial, o sensível, o desejo, a necessidade, o discurso, o conflito, a representação) e no concreto (o labor, a produção, a ação, a prática, a estratégia), que para nós engendra a produção espacial e conforma o movimento do real, isto é, para apreendermos a *intencionalidade* do comportamento humano em sua produção espacial. Esta se dá em seus vários momentos distintos na unidade dos termos, e só pode ser alcançada pela contradição.

Assim sendo, propomos desenvolver uma análise da produção do espaço a partir do simbólico como experiência humana vivida, percebida e concebida. Nesse sentido, tanto o simbólico quanto o concreto (se entrecruzam) um passa ao outro e pelo outro, incessantemente, e se dispõem de forma contraditória e desigual unidos dialeticamente, os dois termos simultaneamente no mesmo plano da realidade espacial. Dessa forma, para que possamos compreender a esquizofrenia capitalista, que expressa seu conteúdo no neoliberalismo e encontra sua forma na globalização, devemos nos voltar para os esfarrapados do mundo em sua vida cotidiana e suas mediações espaciais no espaço-tempo-vivido.

Esses esfarrapados do mundo, que vivem nas bordas da sociedade contemporânea e são acertados, atingidos em cheio pelo sistema capitalista primitivo, ou seja, pela dimensão perversa das segregações espaciais, que vêm no bojo da adesão

pelos países periféricos da globalização às avessas. Os países periféricos, que gravitam na órbita do sistema capitalista, trazem no seu interior fragmentos do capitalismo avançado e suas benesses, mas têm de carregar e conviver com um contrapeso, isto é, os fragmentos do capitalismo primitivo, que excluem uma parcela imensa da população, e as deixam sem a possibilidade de ter um lugar para chamar de seu.

Essa parcela peremptoriamente renegada são os esfarrapados do mundo, atingidos marginalmente pelo sistema capitalista, e constituem o contraditório do sistema. Compreender como esses esfarrapados do mundo vivem e sobrevivem, qual é seu modo de vida; se são proletários, se são camponeses, trabalhadores rurais, se são negros, se são não-negros, se são homens, se são mulheres, se são homossexuais; como se territorializam, se desterritorializam e se reterritorializam, enfim; afinal como perceber se na “*senzala há uma flor*”. Só é possível compreendê-los neste processo a partir das suas produções espaciais em seus modos de vida. “O modo de vida se define pela forma como os moradores percebem, vivem e concebem, em específico, o espaço.” (SUZUKI, 1996:179).

Um olhar geográfico que perceba isso tirará os esfarrapados do mundo, da margem, e produzirá um movimento de deslocamento para o centro. “Diferentes épocas culturais têm diferentes coordenadas de espaço-tempo.” (HALL, 2005:70).

No modo de vida se encerram as representações, desejos, sexualidades, corpos, gêneros, afetos, estéticas, plásticas, pinturas, músicas, poesias, quadros, desenhos e outras formas de disputar sentidos e significados. O peso do dia-a-dia parte antes de mais nada do “*l’homme et sa maison*” e seu entorno. Segundo Kosik (1976), “tudo que está no entorno do homem é obra sua”, ou seja, a produção espacial do contíguo, da vizinhança, do “*espaço do cidadão*”, aquele da ordem próxima, do mapa, da trama, das redes espaciais de trajetórias de vida e trabalho, ele é a cartografia e o drama, é a vida, a

produção, a reprodução, a obra e a arte e tem no simbólico/concreto um caráter indissociável da unidade da objetividade e da subjetividade da práxis humana. As relações que se dão a partir daí são frutos das múltiplas contradições que se dispõem, nos diversos planos da totalidade/totalização.

Dessa maneira, o espaço não é uma coisa (simbólico) ou outra (concreto), o espaço é as duas coisas unidas de forma dialética, aberto, inacabado, móvel e múltiplo. Somente no instante da análise é possível dizer em que momento um ganha relevo sobre o outro. Entender o espaço simbólico concreto como uma construção espacial fundada na práxis laborativa existencial é compreendê-lo como um lugar que se assume, enquanto sujeito individual e coletivo (é uma atitude política, na disputa de sentido e significados, é uma disputa de poder), atravessada por múltiplas territorialidades, espacialidades e temporalidades. “A problemática do espaço é vital para quem discute poder. Pois ao se discutir território está se discutindo poder. Quem pretende espaço está reclamando poder” (PEREIRA, 1999:108).

As relações espaciais engendram alinhamentos de linhas de fuga tangidas pelas representações espaciais que condicionam em alguns momentos, sugere e determina em outros, pelas posições que ocupam cada sujeito individual/coletivo no jogo do conflito, e no contexto formado pelas tramas multifacetadas da vida cotidiana em sua materialidade social e na objetivação de significados.

Sendo assim, sob a ordem distante (global, macro ou meta) e a ordem próxima se dispõem duas dimensões espaciais que se entrelaçam de forma unitária, uma na outra e uma pela outra, em suas oscilações, flutuações, se alternando, na trama miúda do vivido, lugar das manobras, das brechas, das ousadias, das transgressões, das inventividades, ou melhor, do *savoir-faire* de todos e de cada um. Nesta produção

espacial, muitas vezes, “os becos sem saídas, as causas perdidas e os próprios perdedores são esquecidos” (THOMPSON, 1997:13).

Nesse sentido, muitos esfarrapados do mundo não têm seu nome escrito em uma lápide, não têm um túmulo, não têm uma música, um poema, uma canção. Então, qual é o espaço que eles produzem e/ou produziram? Quais são, ou foram, suas redes de sentidos e significados?

Esta forma de apreender as relações espaciais nos permite traduzir a intencionalidade em suas distinções, contradições espaciais e como as mesmas se espalham, na vida cotidiana contemporânea, sob o capitalismo atual. Para tanto, propomos um conceito que dê conta de apreender esse processo. “A coisa em si, a essência, a matéria, é cor, odor, bem como uma infinidade de outras relações, passadas, presentes ou possíveis, conosco e com outros seres que não nós (animais, por exemplo.). Ela é tudo isso, é totalidade de relações e de manifestações. É assim que a apreendemos como real e concreta. Nosso pensamento contém menos que ela, vê apenas uma parte dela e de suas relações, mas tende para o conhecimento dessa totalidade”⁶; *A Geografia da Intencionalidade*.

⁶

Henri Lefebvre, 1991:220

1.1 - PARA UMA GEOGRAFIA DA INTENCIONALIDADE

Os DEUSES existem apenas para aqueles que os reconhecem. Além dos confins da Terra se transformam em simples pedaços de madeira, assim como um rei se transforma num homem qualquer. Por que? Porque deus não é um pedaço de madeira, mas uma relação e um produto social. A crítica iluminística, ao retirar aos homens a religião e lhes demonstrar que os altares, os deuses, os santos, os oratórios “não passam de” madeira, tecido e pedra, encontravam-se filosoficamente em nível inferior à fé dos crentes, pois os deuses, os santos e as igrejas na realidade não são cera, tecido ou pedra. São produtos sociais, e não natureza; portanto a natureza não pode nem criá-los, nem substituí-los. Esta concepção naturalista criou uma imagem falseada da realidade social, da consciência humana e da natureza. (KOSIK, 1976:223)

A **geografia da intencionalidade** encontra seu caminho na busca da **intencionalidade** correspondente no momento da apropriação prático-objetivo-sensível do mundo espacial (vivido, percebido e concebido), à sua imagem e semelhança. “É possível, portanto, compreender o sentido objetivo da coisa se o homem cria para si mesmo um sentido correspondente. Estes mesmos sentidos, por meio dos quais o homem descobre a realidade e o sentido dela, coisa, são um produto histórico-social” (KOSIK, 1976: 23).

Essa correspondência se articula e ganha sentido e significado, por meio de uma **racionalidade-rede** que nos permite ler o mundo a partir de uma trama espacial no fluxo, entre as grades dos lugares (topias) e as grades da linguagem dos discursos, dos espaços mentais e sociais, mediados pelas representações, que por sua vez, são grades espaciais em rede, com toda a sua complexidade conformando estruturas semi-rigorosas, não ordenadas completamente. “As duas grades não coincidem, não são idênticas, mas ambas se compõem de trajetos e percursos, movimentos produzidos por

uma ação” (LEFEBVRE, 1991: 35). Estes caminhos são plurais, diversos, e não são sempre diretos, nem sempre curtos, mas, às vezes são sinuosos, distintos, próximos e distantes: “as redes e semi-redes permitem múltiplos percursos para ir de cada ponto e até mesmo um numero ilimitado de percursos” (LEFEBVRE, 1991: 35).

A geografia que estamos propondo agora é a do olhar no **sujeito geográfico (no homem/mulher e em suas situações/circunstâncias)**; “Outrossim, não é inútil recordar, com vigor, que o espaço social não é tão-somente espaço mental, mas espaço de comportamentos. E que é no comportamento (prática), e não na re-presentação, que o tempo mental se realiza socialmente.”(LEFEBVRE,1991:35).

Desta forma, Kosik afirma: “quando o único autêntico produtor do movimento social é o homem processo de produção e reprodução da própria vida social” (KOSIK,1976:22), ou seja, é fecundado em um evento espacial, objetivo e subjetivo.

É na conformação espacial daquele que é produtor e produto da cultura, que se desdobra em imaginação, em representação, em práticas e discursos, pela e com sua força de trabalho para dar sentido, significado às obras e produtos, que transformam a Natureza em sua própria imagem.

Assim, em sua casa, lar, abrigo e aconchego, em objeto de consumo, de tensão e de distensão, que se movimenta por sobre o planeta Terra, que esquadrinha o universo, deixando sua marca, remarca, dando nome aos lugares, deixando traço nos lugares marcados, alcançados e fixados. “O dialético marxista afirma que entre **o conceito de produção e a concepção dialética do devir** existe reciprocidade indissolúvel. Não há produção sem contradição, sem conflito, a começar pela relação do ser social (o “homem”) com a natureza através do trabalho.” (LEFEBVRE, 1991:19).

Ou seja, desde os cantos e as danças tribais até as danças de ruas, os balés e as óperas; dos adivinhos e dos videntes até os estatísticos; dos feiticeiros e curandeiros até

os médicos; dos desenhos nas cavernas até a arte surreal; das roupas das peles de animais até as de peles artificiais; da lasca de pedra, da madeira, dos ossos de animais, arcos e flechas, pólvoras, revólveres, baionetas, balas, canhões, metralhadoras, até as armas químicas e bombas nucleares; dos abrigos de palha ou palhoça, da folha combinada com barro, do cortiço, da maloca, biombo, barraco, caniço, taipa, em cavernas subterrâneas depois semi-subterrâneas até as aldeias, povoados, vilas, vilarejos, campos, lugar de resguardo do cotidiano e das intempéries do clima, de refúgios permanentes ou temporários, até os lugares complexos das cidades de hoje metrópole e seus arranha-céus que não comportam, agora megalópole, “aldeia” e até “cidade” “global”; “o homem só conhece a realidade à medida em que ele cria a realidade humana e se comporta antes de tudo como ser prático.” (KOSIK, 1976:104).

São os mapas da **biografia individual**; “Passemos à questão, tão controversa do sujeito. A relação entre o eu e o mundo não pode ser concebida no estranho, no alheio, sem o outro, sem o outrem, o próximo e o longínquo, que são mesmos (dois aspectos da mesma relação). O mundo chega a esse eu, que sou eu, por dois caminhos: a história inteira, o passado, o tempo biológico e social e a biografia individual, o tempo singular” (LEFEBVRE, 1991:23).

Ou seja, uma tradução das redes espaciais das trajetórias de vida e trabalho de todos e de cada um, com seus desvios, acasos e contradições, que é dado a cada dia, a cada instante e vão construindo a trama da tensão, da memória, do visual, premida pelo desejo, afeto e necessidade. “Cada indivíduo pessoalmente e sem que ninguém possa substituí-lo, tem de formar uma cultura e viver a sua vida” (KOSIK, 1976:19). A leitura da biografia individual só tem sentido em nosso trabalho quando se leva em consideração sua inserção na sociedade, no grupo, no texto e no contexto, no qual está

inserida, ou seja, é praticada, experimentada e experienciada coletivamente, no cotidiano.

É a biografia dos caminhantes, dos peregrinos, dos gestos, das memórias, das reminiscências, dos ritmos, dos trajetos, percursos, transcurtos, desvios, curvaturas, dos inesperados, das ousadias, das transgressões, dos resíduos, do passo-a-passo, são os registros paisagísticos, pois se revelam na **microgeografia** que se expressa, nas práticas espaciais e nas grades dos discursos da sociedade capitalista, repleta de esquizofrenias que podem ser lidas pelos geógrafos nos **microespaços** que sugerem, definem e às vezes condicionam práticas, estratégias e ações simbólico-concretas que se deslocam no espaço-tempo sejam, pensamentos, coisas, objetos e ações que se dão no espaço vivido, percebido e concebido.

O homem de um espaço a outro passou de primata, homínídeo, australopiteco a homo sapiens, sob trajetos espaciais; se espacializando produziu lugares, paisagens, territórios e regiões, lutando pelo reconhecimento, pela existência, subsistência e a sobrevivência econômica, política, social e cultural em um processo de experiência humana.

E nesse tráfego espacial que vai do simbólico ao concreto e do concreto ao simbólico simultaneamente dando e recebendo sentido e significado, com o seu **corpo espacial**, produzido a partir das quatro patas no chão até o andar ereto, do imediato ao mediato, do nômade ao sedentário, ou seja, dos territórios e espaços transitórios para os marcados, fixados e alcançados, organizou tribos, clãs, grupos, famílias, sociedade, criou civilizações e da mesma forma, ou mais dramática ainda, as destruiu; das garatujas, gravuras, grafias, gestos, até a linguagem oral e escrita, do mito à fábula, agora rede social, outrora código mor, telégrafo, rádio, telefone, celular, televisão, atualmente internet, e-mail, orkut, facebook, twitter e outras tantas formas de se

comunicar, orientar, organizar, virtualizar, ou melhor, espacializar e se territorializar, desterritorializar ou reterritorializar.

Nesse sentido, o corpo não está no espaço, é o espaço, ou ainda, ele é o sujeito geográfico. O sujeito geográfico se (re)produz e se (re)constrói humanamente pelos meios técnicos científicos, pelas instituições, e pelos contos, cantos, encantos, desencantos, poesias, romances, pinturas, quadros, esporte, lazer e outras. Assim, das práticas mais complexas até as mais elementares, o ser humano experimenta o mundo de forma contraditória e desigual, vivida, percebida e concebida, com todas as suas faculdades mentais e sentidos disponíveis. Isso significa que **a corporeidade espacial** é constituinte do humano.

Dessa maneira, a geografia da intencionalidade engendra o sujeito geográfico e parte do princípio de que não é o espaço que cria ou recria o homem, mas é o homem que cria e recria o espaço a sua imagem e semelhança, por sua práxis laborativa e existencial. Por isso, lá onde está ou estiver o ser humano, lá está seu espaço e seu território, um processo mediado pelas representações. E por meio das chaves espaciais, se constroem biografias individuais que indicam as coordenadas espaciais, ou seja, localizam e produzem uma correspondência.

Dessa forma, é a partir das chaves espaciais em seus movimentos e deslocamentos que podemos dizer aqui é o espaço, ali o território, acolá o lugar, mais ali a região, no horizonte a paisagem. Esse processo de produção e reprodução espacial reúne as particularidades, as contradições, em realidades contextuais, modificando, interferindo, transformando e influenciando outras dimensões da realidade humana no(s) tempo(s) e espaço(s) do movimento do real.

Esta **geografia da intencionalidade**, que permite ao sujeito geográfico dar sentido, significado e se apropriar dos espaços, é como todos e cada um nós, lutamos

para e pelo nosso **reconhecimento**, que vamos construindo nossos mapas biográficos, aqueles dos mundos encantados dos reis, rainhas, príncipes e princesas dos contos de fadas ocidentais, que tem sempre um final feliz, mas que também mapeiam as escravidões negras do continente ocidental, os fascismos, os nazismos, os terrorismos, que produzem teatros de horrores, frutos de um mundo não mal mapeado, mas desencantado. Frémont (1999) afirma que todos os atos da vida exigem certas localizações: de formas, de signos, de valores, de representações e de lugares.

Uma vez localizados espacialmente e municiados das chaves espaciais, os sujeitos por meio delas, territorializam, desterritorializam e reterritorializam uma face, às vezes, mas, também simultaneamente, um ou vários fragmentos de forma momentânea. Ou seja, um instante da totalidade concreta no cotidiano fruto de um jogo do conflito dramático, mas que dê sentido e potencialidade à sua existência. São as intencionalidades dotadas de **potencialidades** que produzem a realidade espacial, ou seja, existir não é estar no espaço, mas é ser no espaço, fruto da aventura humana e de seu permanente processo de humanização.

Nesse sentido, tomamos como recurso a micro geografia; deve-se buscar no contexto e na concreticidade, a intencionalidade das significações humanas, dos fatos, das coisas, das ações, é deste conjunto de fatos e de sua totalidade hierarquizada (aparentemente caótica), simbólico-concreta, laborativa e existencial, que entram em movimento recíproco no movimento do real.

As intencionalidades são travestidas na qualidade de mercadoria, ela está à espreita, na fronteira, no limite, no espaço de intersecção, nela se encontra de repente algo também de fetiche, algo de esquizofrenia, fruto do momento da sociedade atual capitalista, daí a necessidade de mapeá-las pelas biografias individuais, que são, sem sombra de dúvidas, particular e singular, mas trazem algo de geral, universal, coletivo e

planetário, pois são produzidas na sociedade, nos possíveis encontros com o diferente, com o diverso.

Por isso, não estão desligadas, desconectadas dos espaços do grupo, da família, da cidade, do bairro, da rua, da vila, do campo, do terreiro dos Orixás, do templo, da Igreja, do profano e do sagrado, da nação e do planeta. A perspectiva é vista em nosso trabalho em conjunto, um aspecto da totalidade/totalizante concreta, um instante, um momento (é a biografia individual), na interface espacial que se conecta, com tantas outras interfaces espaciais.

No plano em que ela se desenvolve parece que está sempre perpendicular, meio inclinada, sempre mudando. É como olhar com uma luneta a Terra girando; o olhar, quase na borda da Terra, não se fixa, mas escorrega, desliza por sobre a superfície. Por seu turno não produz uma catástrofe, um holocausto, um terremoto, uma eclosão violenta de proporções incalculáveis, rupturas, mas microresistências que abrem fendas, fissuras e com o passar do tempo parece um queijo suíço cheio de buracos (microsulcos), mas cada momento de mudança traz algo de qualitativo, algo de novo; é o cotidiano e seu eterno retorno “a vida a cada dia é divisão do tempo e é ritmo em que se escoa a história individual de cada um” (KOSIK, 1976: 69).

A geografia da intencionalidade figura como o lado visível de fenômenos invisíveis, que aparecem muitas vezes por e sobre um plano de múltiplas dimensões, desordenado, conturbado, caótico, que de uma forma ou de outra, revelam e/ou ocultam a intencionalidade de desejos, inquietações, anseios, necessidades, dominação, subjugação, libertação, reconciliação, e outras, que vivem na margem, no interior, nas intrabordas e nos intramuros, ou seja, nos territórios subterrâneos de todos e de cada um de nós.

Em que o jogo do conflito emerge como possibilidade de criar potencialidades libertadoras (transcendem seus próprios limites), isto é, faz um movimento de ida e volta um *détour*, ou seja, produz um (re)encontro consigo mesmo, para os que estão envolvidos no processo; este (re)encontro entre sujeitos individuais e coletivos é de atritos.

É o sujeito geográfico localizado pela sua intersubjetividade. Ele se põe em relação com o outro, que dá e recebe significado, isto é, no encontro, na partilha e na comunhão. A gênese da intencionalidade é laborativa e existencial (cognitiva, de afetos e práticas), engendrada na forma como cada sujeito experiencia, interpreta e significa o mundo, no universo espacial, vivido, percebido e concebido no cotidiano, produzindo por sua vez sua própria cotidianidade. Essa potencialidade libertadora é a capacidade que cada sujeito tem de agir e se mobilizar deslocando obstáculos e transcendendo seus limites (situações) como sujeito ontocriativo.

A análise da Geografia da Intencionalidade passa a ser feita a partir dos termos dialéticos, pelo valor de uso e valor de troca, que engendra a intencionalidade, o reconhecimento e a potencialidade; em que a intencionalidade se torna o terceiro termo, ou seja, em nosso trabalho já não é mais dialética; é trialética (intencionalidade-valor-uso). “Quanto ao terceiro termo, já está em todas as partes. Não há dois sem três. Se se parte do Topos ou dos Topoi, deve-se cedo mostrar, ao lado da isotopia e da heteretopia, a utopia, relação e suporte irredutíveis à pura lógica. E eis aqui o carecimento, o trabalho, a fruição, o outro, o outrem, o estranho, etc. Cada triplicidade tem seu movimento específico.” (LEFEBVRE, 1991:20).

O terceiro termo na produção espacial, aqui, é o processo, **é uma relação e um produto social**, que por seu turno localiza, territorializa, desterritorializa, reterritorializa, desloca, mapeia, cartografa, produz coordenadas espaciais, significados e significantes, subjetivos e objetivos, no movimento do real.

Em nossa análise, a Intencionalidade não é o “desígnio deliberado de praticar tal ou tal ato, propósito disfarçado, reservado e etc...” (LAROUSSE,1999:531). Também não é conforme nos informa Cuvillier “A palavra intencionalidade não significa outra coisa senão essa particularidade fundamental da consciência de ser a consciência de alguma coisa, ou uma disposição do espírito que faz que nos proponhamos atingir um fim ou agir conforme regra.” (CUVILLIER, 1969: 88).

De acordo com Marcondes (1997), para Husserl, toda consciência é consciência de alguma coisa; a consciência se caracteriza exatamente pela intencionalidade, pela visada intencional que a dirige sempre a um objeto determinado. Trata-se da consideração do que aparece à mente a partir da experiência reflexiva da consciência. Segundo Marcondes, para Husserl, a fenomenologia não é uma psicologia descritiva, uma descrição do modo de operar da consciência, voltando-se, sobretudo, para a análise das essências, entendidas como unidades ideais de significação, elementos constitutivos de nossa experiência.

Muito menos para nós se aproxima daquela do senso comum, ou seja, é um motivo para qualquer coisa, ou ação.

A Intencionalidade proposta em nossa análise; é um agir ontocriativo⁷, do comportamento humano (práxis), ou seja:

O homem supera (transcende) originariamente a situação não com a consciência, as intenções e os projetos ideais, mas com a práxis. A realidade não é um sistema dos meus significados, nem se transforma em função dos significados que atribuo aos meus planos. Mas, com o seu agir, o homem inscreve significados no mundo e cria a estrutura significativa do próprio mundo. (KOSIK, 1976:220)

A Geografia da Intencionalidade é um espaço concebido, a partir de um conjunto de determinadas representações do planejador, do arquiteto, do político, do

⁷“A práxis na sua essência e universalidade é a revelação do segredo do homem como ser ontocriativo, como ser que cria a realidade (humano-social) e que, portanto, compreende a realidade (humana e não-humana, a realidade na sua totalidade).” KOSIK, 1976:202).

administrador, do homem comum, do homem trabalhador, do homem urbano, do homem do campo, ou melhor, do homem no mundo, mergulhado no *savoir-faire* de todos e de cada um, ou seja, é o espaço, subjetivo-objetivo sob a práxis laborativa e existencial do homem, prático-objetivo-sensível.

1.2 - PARA APREENDER O CONCEITO: *O jogo do conflito*

...uma aranha executa operações semelhante às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com as construções de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho, obtém-se um resultado que já de início deste existiu na cabeça do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. (Karl Marx, 1980:202)

...um macaco não é capaz de apreciar a diferença entre água benta e água destilada — pois não há diferença, quimicamente falando. Nenhum outro animal, tampouco, organiza os fundamentos afetivos, as atrações e repulsões de suas estratégias reprodutivas a partir de significados, sejam eles conceitos socialmente contingentes de beleza ou noções historicamente variáveis de moralidade sexual. (Marshall shalins.1997:01)

Essas epígrafes nos fazem pensar sobre as múltiplas faces do conflito e sua complexidade, na produção espacial, considerando-se dois momentos distintos, sob o mesmo plano da realidade espacial.

Em Marx, é pela transformação da primeira natureza em segunda natureza, o que pressupõe produzir um espaço concebido, vivido e percebido, ou seja, primeiro o ser humano concebe uma representação da coisa, para depois transformá-la pela força de produção, mediado pela representação que o homem transforma a natureza, transforma a si mesmo, objetiva e subjetivamente.

Em Shallins, temos a necessidade de apreender o conflito pelo sentido e pela apropriação da coisa; ver a apropriação como forma de imprimir significados e dar

sentido às coisas, ou seja, para que o sujeito possa dar sentido e significado a algo precisa construir uma representação desse algo, e só assim poderá pensar nele como produto e/ou obra.

Se na primeira epígrafe o momento é laborativo; na segunda, é existencial. A práxis em ambas é tanto a objetivação do homem e o domínio da natureza quanto a realização humana da liberdade (KOSIK, 1976:205).

Essas epígrafes sugerem que, do espaço mínimo (a escala do corpo) ao planetário (global), se constroem representações, imagens, metáforas, fábulas, sejam elas de subjetividade (GUATTARRI: 2008), de emoção (SANTOS: 1997), esperança (FROMM: 1977), híbrido (HALL: 2005/BHABHA: 2005), diáspora (GIROY: 2001) ou desconstrução (DERRIDA: 2006).

Noções como essas nos fazem pensar que o espaço se multiplica, move-se, desloca-se, fragmenta-se, dilata-se, quebra-se como o espelho velho em pedaços, que reflete aqui e ali imagens distorcidas, que parecem revelar e ocultar, ao mesmo tempo, um imbricamento, uma distância, uma proximidade, de vários fenômenos simultâneos, de ritmos distintos em alta tensão, abrindo-se por sobre o planeta.

Nesses espaços, os estados, nações, vilas, campos e cidades dão a entender que as fronteiras se desfazem como cera quente, criando seu próprio paradoxo, na representação política nacional e na representação da identidade individual. E, de forma simultânea, as redes sociais pululam em todos os rincões do planeta, arrastando neste movimento turbilhonário do espaço-temporal, grupos diversos, atividades, fluxos de pessoas, de mercadorias, dinheiro, produção de bens e serviços, e de informação, formando uma dialética, sociedade, espaço-conflito-tempo, que consideramos investigar pela Geografia da Intencionalidade.

Segundo Laurousse (1999), o conflito pode ser também uma oposição de interesses, sentimentos, ideias, lutas, tumulto, desordem, desentendimento entre países, conflito armado, guerra (LAUROUSSE, 1999:255). Costa (2001) afirma que, hoje em dia, há teóricos que estudam a possibilidade de ser o conflito, e não a integração, a base da vida social (COSTA, 2001:311). Ele possibilita a interação entre indivíduo, grupos, organizações e coletividades.

A partir de uma referência linguística, Alcântara Júnior (2005) descreve as várias traduções do conflito: “*der Streit*” em Alemão, teve a sua versão para o Português como “*conflito*”. O mesmo conceito, quando foi traduzido para o Espanhol, aparece como o substantivo: “*lucha*”, o qual será traduzido para o Português como “*luta*”. A luta, em Português, possui uma conotação não reducionista e não ficaria a ideia de conflito, a um acontecimento carregado de sentidos negativos (ALCANTARA JÚNIOR, 2005:06).

O conflito é exaustivamente trabalhado nas Ciências Sociais, banalizado no senso comum, brutalizado na mídia, o que nos impõe um desafio ainda maior para que possamos explicitá-lo como objeto de pesquisa.

Mas, se na Geografia o conflito não foi muito explorado como teoria ou conceito, já nas ciências sociais, vários autores se debruçaram sobre o tema, um deles foi Karl Marx.

Uma das contribuições de Marx para as ciências sociais é a Teoria do conflito, que afirma que o conflito é antagônico e resultante das desigualdades econômicas. Partindo de uma análise da sociedade, Marx percebe que esta é uma construção histórica e transitória de acordo com cada momento e necessidade dos modos de produção, que um cede lugar ao outro.

Para o materialismo histórico, a luta de classes relaciona-se diretamente à mudança social, à superação dialética das contradições existentes. É por meio da luta de classes que as principais transformações estruturais são impulsionadas, por isso ela é dita o motor da história. (QUINTANEIRO et. al, 2003:43)

Em cada modo de produção existe a disputa de classes entre os que possuem os meios de produção e os despossuídos, sendo que o primeiro grupo domina o segundo e o oprime.

A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre de corporação e oficial, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada, uma guerra que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das suas classes em luta. (MARX e ENGELS, 2001: 08).

Na sociedade capitalista, os donos dos meios de produção são donos também do próprio homem, obrigando-o a vender sua força de trabalho ao capitalista por meio do livre mercado de trabalho respaldado pelo contrato social gerando lucro, pois ao contrário de outro objeto de trabalho, o homem passa pela primeira vez na história a ser portador da ressurreição do capital. Com a aplicação de sua força de trabalho, ele cria valor ao exercê-la sobre outro objeto que contém um trabalho passado e só pode ser reanimado por outro trabalho.

Marx parte do princípio de que a estrutura de uma sociedade qualquer reflete a forma como os homens organizam a produção social de bens. A produção social engloba dois fatores básicos: as forças produtivas e as relações de produção (COSTA, 2001: 91).

O capitalista explora o trabalhador à exaustão até tirar-lhe a mais valia desejável, pagando um salário para sua reprodução, de seus descendentes e sua manutenção material. Em troca de salário, os trabalhadores vendem sua força de trabalho e produzem mercadorias e não se reconhecem como produtores dos objetos produzidos por seu próprio

trabalho; para eles os objetos tomam vida própria. Acreditam que as instituições políticas existem fora deles e têm poder total sobre eles.

A alienação social é o desconhecimento das condições histórico-sociais concretas em que vivemos produzidas pela ação humana também sob o peso de outras contradições históricas anteriores e determinadas. (CHAUÍ, 1999:172)

A alienação do trabalhador no seu produto significa não só que o trabalho se transforma em objeto, assume uma existência externa, mas que existe independente, fora dele e a ele estranho, e se torna um poder autônomo em oposição a ele; que a vida que deu ao objeto se torna uma força hostil e antagônica (MARX, 1991:112).

O sistema capitalista, ao gerar essas contradições, necessita de um órgão regulador que atenda às necessidades da classe dominante; surge então o Estado burguês como construção social, que se põe acima da sociedade e é de interesse comum. Segundo Marx, toda base material sugere um tipo de superestrutura que se utiliza basicamente de instrumentos socioculturais, políticos e ideológicos que têm por objetivo legitimar o sistema capitalista.

A sociedade civil é o sistema de relações sociais que organiza a produção econômica (agricultura, indústria e comércio), realizando-se em instituições sociais encarregadas de reproduzi-lo (família, igrejas, escolas, partidos políticos, meios de comunicação etc.) (CHAUÍ, 1999: 410).

A história do homem é, segundo Marx, a história da luta de classes, luta constante entre interesses opostos, embora esse conflito nem sempre se manifeste socialmente sob forma de guerra declarada. As divergências, oposições e antagonismos de classes estão subjacentes a toda relação social, nos mais diversos níveis da sociedade, em todos os tempos, desde o surgimento da propriedade privada. (COSTA, 2001: 86)

Nesse sentido, o conflito social por meio da luta de classes é o motor da história.

Dessa forma, Marx, ao afirmar que as relações entre as classes sociais são antagônicas, desenvolve uma teoria revolucionária que parte de uma base teórica e rumo

em direção à ação política, tanto em interesse quanto em consciência. Isso traz um novo olhar sobre os conflitos sociais, sobre a produção da vida material, com uma tendência maior voltada para o econômico. Essa preferência privilegiou as determinações das ações subordinadas à infraestrutura e superestrutura, anulou a existência do sujeito em detrimento das ações culturais. Nesse sentido, o conflito se reduziu ao reflexo das estruturas, pois o que sai da luta de classes não pode ser mensurado pelo marxismo (ortodoxo).

Ao mesmo tempo, partindo do existencialismo, Weber analisa o conflito social como resultado da ação social afirmando que: “no contexto usado aqui significará aquela ciência que tem como meta a compreensão interpretativa da ação social de maneira a obter uma explicação de suas causas, de seu curso e dos seus efeitos” (WEBER, 1987: 09). Esta ação contém um sentido subjetivo compreensível.

Mas o ponto de partida da sociologia de Weber não está nas entidades coletivas, grupos ou instituições. Seu objeto de investigação é a ação social, a conduta humana dotada de sentido, isto é, de uma justificativa subjetivamente elaborada. Assim, o homem passou a ter, enquanto indivíduo, na teoria weberiana, significado e especificidade. É ele que dá sentido à ação social: estabelece a conexão entre o motivo da ação, a ação propriamente dita e seus efeitos. (COSTA, 2001:72)

Para uma melhor compreensão da ação social, Weber formula quatro maneiras possíveis de determinações.

Primeira: pode ser classificada como racional, para atingir com sucesso os fins racionalmente escolhidos pelo indivíduo;

Segunda: a ação social pode ser determinada pela crença consciente no valor absoluto da ação;

Terceira: a ação social pode ser determinada pela afetividade;

Quarta: a ação social pode ser determinada pela tradição, tornando-se costume devido a uma longa prática (WEBER, 1987: 41).

Segundo Weber, é necessária uma apreensão da conexão de sentido dentro do qual ocorre o curso da ação real (WEBER, 1987: 16), conformando uma motivação para que haja compreensão do curso real da ação social: “A palavra motivação, tal como se usa aqui, refere-se a uma conexão de sentido que parece ser para o indivíduo ou para o observador, o fundamento da sua conduta” (WEBER, 1987: 19).

Sendo assim, uma conduta plural reciprocamente orientada, dotada de conteúdos significativos que descansam na probabilidade de que se agirá socialmente de um certo modo, constitui o que Weber denomina relação social (QUINTANEIRO et. al., 2003:118). Para Weber, nas relações sociais, as ações sociais são estritamente humanas e tipicamente diferenciadas, em que o conflito social produz novos sentidos às ações sociais.

Nesse sentido, Weber, em seus estudos, afirma que a dominação é uma imposição legitimada pela sociedade e pode ser de três tipos: dominação racional, dominação tradicional e dominação carismática. Assim, Weber tipifica o conflito, e este tem como mola propulsora o motivo, que torna o conflito em sua leitura contingente e não fruto de uma desigualdade social. Essa forma de analisar a sociedade peca pelo fato de não considerar no conflito os processos de resistências que possibilitam aos sujeitos e aos grupos inverterem os significados e se apropriarem do mundo “imposto” com outros sentidos.

O conflito sob o aspecto liberal ganha relevo a partir de Dahrendorf, “um liberal reformista” (DIAS JUNIOR, 2007:173). Segundo Dahrendorf (1981/82/87-1992), o conflito de ordem liberal representa em sua teoria uma tentativa de conformar a sociedade a este modelo teórico; a partir daí, o autor critica as duas principais correntes sociológicas: o Funcionalismo de Talcott Parsons, que revela um preconceito a favor da análise em termos de valores e normas, e o modelo de classes sociais proposto por Karl

Marx. De acordo com o autor, o Marxismo enfatiza os aspectos institucionais da estrutura social.

*Em termos gerais, parece-me que duas metas teóricas podem e devem ser identificadas na sociologia contemporânea. Uma delas, a **teoria da integração da sociedade**, concebe a teoria social em termos de um sistema funcionalmente integrado, mantido em equilíbrio por certos processos padronizados e repetitivos. A outra, a **teoria da coerção da sociedade**, vê a estrutura social como uma forma de organização mantida coesa por força e coerção e que se estende constantemente para além dela mesma, no sentido de produzir dentro de si forças que a mantêm em um processo contínuo de mudança. (DAHRENDORF, 1982: 146)*

Seguindo essa corrente que reflete sobre a sociedade marcada pelo conflito, Dahrendorf (1982) analisa o conflito na sociedade industrial. Segundo o autor, “o conflito social representa o fomentador, o papel constante, o sentido e o efeito da evolução das sociedades humanas, nas suas partes e seu conjunto” (DAHRENDORF, 1982:82). A partir da noção de papéis sociais desempenhados pelos indivíduos sob duas faces, temos o papel-posição como um conjunto de interesses esperados em associações imperativamente coordenadas.

Nesse sentido, para fins sociológicos sob a teoria da formação de grupos de conflito, o autor propõe a noção de *interesses latentes*, isto é, correntes subjacentes de seu comportamento, pré-determinadas para ele, para o tempo que durar o desempenho dos papéis, e independentes de suas orientações conscientes. Desse modo, podem os interesses de papéis, em condições que brevemente serão especificadas, tornarem-se objetivos conscientes, que denominaremos, correspondentemente, *interesses manifestos*. (DAHENDORF, 1982:162)

Os quase-grupos, para o autor, são agrupamentos sociais não organizados. Há outros agregados ou porções da comunidade que não têm qualquer estrutura reconhecível, mas cujos membros têm certos interesses ou modos de comportamento comuns, que podem, em um momento dado, levá-los a formar grupos definidos

(DAHRENDORF, 1982:164). Assim, os grupos de interesse possuem uma estrutura, uma forma de organização, um programa e um objetivo.

O autor trabalha com a noção de poder e autoridade na definição de classes sociais, distanciando-se da noção marxista fundamentada na propriedade dos meios de produção. “A diferença importante entre poder e autoridade consiste no fato de que enquanto o poder está essencialmente ligado à personalidade de indivíduos, a autoridade é sempre associada com posições de papéis” (DAHRENDORF, 1982: 15).

Nesse sentido, para Dahrendorf nas sociedades pós-capitalistas, os conflitos não estão mais enclausurados nas classes, nem na produção, mas na desigualdade de autoridade, de subordinação e de superordenação.

De acordo com o autor se na sociedade industrial o conflito se estendia para fora das indústrias e criavam valores que influenciavam a vida e o comportamento das pessoas, na sociedade pós-capitalista, isso sofre uma alteração significativa. A melhoria de vida do trabalhador ocidental, a institucionalização de direitos e outras conquistas, tanto no campo social, como no econômico, e o avanço do sufrágio universal que possibilitou a formação de partidos e associações, deram suporte legal às reivindicações dos trabalhadores; construindo o período do Welfare State reduz a violência do conflito e a probabilidade de mudanças revolucionárias.

Assim, na sociedade pós-capitalista, o enfrentamento entre Capital e Trabalho não é mais “um campo de batalha, mas o cenário do conflito de grupos tornou-se uma espécie de mercado em que forças relativamente autônomas confrontam-se de acordo com certas regras do jogo em virtude das quais ninguém é permanentemente vencedor ou perdedor” (DAHRENDORF, 1982:69)

Segundo o autor foi justamente o fato de serem gestados e consolidados modelos reguladores de conflitos, por meio de estratégias e formulações de regras aceitas pelos

participantes que estabelecem determinados limites aos conflitos, o que os tornou menos violentos.

O crescimento econômico e tecnológico, o desenvolvimento social, o avanço da Social Democracia no mundo ocidental e a possibilidade do pleno emprego trouxeram no bojo dessas grandes mudanças o conflito social moderno.

O título principal do ensaio, O Conflito Social Moderno, fala por si mesmo. Muito pensamento foi empregado nele. Por algum tempo meu título vigente foi 'Cidadania, Chances da vida e Liberdade', e, na verdade, esses três conceitos, notadamente os dois primeiros, figuram com destaque no decorrer da análise. A alegação implícita no artigo definido do título, " O Conflito Social Moderno " é deliberada. Muitos tipos de conflitos serão discutidos no percurso que faremos, mas acredito que antagonismo em especial abre os nossos olhos para processos nucleares da sociedade e políticas modernas. É o que ocorre entre a riqueza e a cidadania, ou, como virei a chamá-lo, entre provimentos e prerrogativas. (DAHRENDORF, 1992:14).

Segundo Dias Junior (2007), Dahrendorf dirá que o conflito social moderno refere-se ao direito de cidadania para todos, num mundo de escolhas ricas e variadas. As clivagens sociais dão lugar ao conflito político domesticado pelas instituições políticas, através de sua expressão institucional.

Birbaum (1995:240), em seu estudo sobre as teorias sociológicas do conflito, afirma que, na tentativa de Dahendorf fazer a superação da teoria integralista de Parsons, que tanto criticou durante seus trabalhos, se aproxima do mesmo.

De mais o sistema político democrático e pluralista que assegura uma rotação pacífica das elites e uma representação dos próprios grupos os mais desfavoráveis contribui também como Dahendorf reconhecia na conclusão de sua obra a intensidade a um forte declínio da intensidade dos conflitos. Finalmente parece estranho para encontrar as conclusões de Parsons inicialmente considerada muito favorável a uma visão puramente integradora da sociedade. (BIRBAUM, 1995: 241)

Thompson (1997) afirma que Dahendorf construiu um conceito ideal, para condicionar a classe social a fim de que a mesma aceitasse seu papel.

Ela não existe, nem para ter um interesse ou uma consciência ideal, nem para se estender como um paciente na mesa de operações de ajuste. Tampouco podemos inverter as questões, tal como fez uma

autoridade no assunto que num estudo de classe obsessivamente preocupado com questões metodológicas, excluindo o exame de qualquer situação real de classe num contexto histórico real. (THOMPSON, 1997: 11)

Levando em consideração a nossa concordância com a assertiva de Birbaum e Thompson temos que acrescentar que o conflito de cunho funcionalista apontado pelo autor cria um obstáculo epistemológico para pensar o conflito na sociedade sob a ótica capital *versus* trabalho, isso significa que o equívoco do autor está não em seu ponto de chegada, mas em seu ponto de partida, ou seja, se o autor se equivocou na origem para pensar a classe social, dificilmente acertará na chegada.

Simmel (1976) pensa o conflito a partir da metrópole e de seu “metabolismo” dominado pela economia do dinheiro que submete a metrópole e produz uma mente moderna, com uma pontualidade e uma exatidão que são frutos de uma prática calculista do dinheiro, e imprime um ritmo preciso de pontualidade, calculabilidade e exatidão, em que as relações conflituosas podem ser efêmeras ou duradouras.

É função da metrópole fornecer a arena para este combate e a reconciliação dos combatentes. Pois a metrópole apresenta as condições peculiares que nos são reveladas com as oportunidades e os estímulos para o desenvolvimento de ambas essas maneiras de conferir papéis aos homens. (SIMMEL, 1976:25)

As atitudes dos habitantes da metrópole moderna são identificadas como *blasé*, que consiste no embotamento do poder de discriminar, são atitudes impostas aos nervos a partir de rápidas mudanças e compreensão concentrada.

É por isso que as grandes cidades também constituem a localização (genuína) da atitude blasé. Com a atitude blasé a concentração de homens e coisas estimula o sistema nervoso do indivíduo até seu mais alto ponto de realização, de modo que ele atinge seu ápice. Através da mera intensificação quantitativa dos mesmos fatores condicionantes, essa realização é transformada em seu contrário e aparece sob a adaptação peculiar da atitude, blasé. (SIMMEL, 1976:17)

Segundo Simmel essa característica da metrópole não se restringe a suas barreiras físicas, mas é transformada em traços, que influenciam os homens em seu

modo de vida, em que a liberdade do indivíduo sofre seus reveses. Esse conflito é acompanhado das grandes forças da cultura moderna, ou seja, é na coexistência da imagem social que cada indivíduo particular encontra, primeiro, o sentido de sua existência em virtude de sua diferença frente aos outros, em virtude da unicidade pessoal de sua essência e de suas ações. (SIMMEL, 1976: 422).

Simmel (1992) afirma que o significado sociológico do conflito modifica as comunidades de interesse, as uniões e as organizações, produzindo uma forma de socialização, sendo destinado a resolver dualismos divergentes, ou seja, é uma forma de conservar a unidade, muito embora essa unidade seja a síntese global das pessoas, das energias e das formas dos grupos. “Se toda ação de reciprocidade entre os homens é uma socialização, então o conflito que é uma das mais ativas, é logicamente impossível de reduzi-lo a um único elemento, deve absolutamente ser considerado como uma socialização” (SIMMEL, 1992:265).

De acordo com Simmel quando duas pessoas estão implicadas em uma relação, estão ligadas uma a outra influenciando-se reciprocamente, ou seja, de um lado a oposição faz parte da relação e esta desempenha uma função concreta que compõe a realidade; de outro, as relações exteriores não intervêm, há praticamente uma forma latente do conflito.

Segundo o autor, algumas causas dos conflitos são o ódio, a inveja, a miséria e a cobiça, mas esses são também elementos de dissociação. Ao considerar sociologicamente o conflito, Simmel (1992) o analisa em termos de interação e condição de sua estrutura.

Para Simmel, o conflito é um progresso que avança sob a sua positividade, já para nós o conflito contribui pela sua negatividade; é da negatividade do conflito que por exemplo a democracia se amplia, e não pelo seu progresso em torno de uma

positividade. A história tem mostrado que a positividade levou a humanidade à barbárie, em casos da história recente como, por exemplo, a escravidão brasileira, o nazismo e o fascismo europeus, que até hoje trazem marcas profundas em nossa sociedade, sobretudo, a ocidental.

De acordo com Claval (1993), a Geografia Clássica, ao estudar os conflitos, deu atenção às situações de conflito na formação dos territórios dos Estados Nações, no Imperialismo e suas implicações econômicas, tocando de forma breve nas questões de fronteiras e seus aspectos geopolíticos.

O estudo dos conflitos teve um lugar modesto na Geografia Política de tradição universitária. O estudo das fronteiras é essencial em uma ótica em que a preocupação dominante é compreender a formação e a evolução das entidades territoriais que são os Estados. “Mas os atores e os processos da vida política permanecem em segundo plano.” (CLAVAL, 1993: 249).

Nesse período, os conflitos internacionais são pouco pesquisados, consistem nos estudos de fatores econômicos e na dependência de uma nação sobre outra, produzindo tensões e conflitos. Segundo Claval (1993), mesmo com a tentativa de romper com a Geografia Tradicional incorporando no repertório de estudos sobre o conflito reflexões sobre as forças armadas, os fenômenos de informação e desinformação, acrescentados à propaganda como um aspecto de aumento das tensões e desenvolvimento dos conflitos, envolvendo os períodos de Guerra Fria, Guerra Nuclear, enriqueceram o debate geográfico, mas continuaram estudando as situações dos conflitos e não sua gênese. “As formas do conflito e as condições que o fazem nascer são curiosamente ignoradas” (CLAVAL, 1993:250).

O autor destaca três facetas das situações de conflito:

- 1) as forças econômicas, ideológicas e militares implicadas no conflito devem ser analisadas, o que faltava nas análises tradicionais;
- 2) estudar as lideranças, suas opiniões, soluções e todos aqueles que contribuem para legitimar as atitudes políticas. Isso conduz a sondar as opiniões públicas, as ideologias, e a possibilidade de manipulação e modificação das mesmas;
- 3) as tensões são permanentes, mas raramente são brutais, apresentando equilíbrios frágeis dos conflitos localizados. Nesse sentido, um estudo detalhado dessas situações deve levar em consideração diferentes tipos de políticas, as alianças, as ações de dissolução, as mãos-de-obra de propaganda, e tudo o que contribui para a vida política internacional.

Mesmo quando o autor propõe uma análise mais detalhada, apontando saídas possíveis para que se realize um estudo mais contemporâneo do conflito, é um estudo das situações de beligerância, situações econômicas e outras. Na Geografia, as situações de conflito são estudadas pela geopolítica⁸ e suas preocupações são em grande parte os conflitos internacionais.

Dessa forma, ganha relevo a nossa pesquisa.

Assim, a dimensão espaço-tempo se desloca para a preocupação em analisar o conflito como jogo, que engendra o domínio (político-econômico) e a apropriação (simbólico-cultural) que expressam poder, bem como esses se concretizam na prática cotidiana sob o processo contraditório de produção, de consumo e de cultura. Inserir a prática na análise do conflito significa ampliar o foco de análise a partir do movimento do

⁸ Geopolítica é definida por Andrade como um saber que compreende uma tentativa de análise científica da importância dos Estados em face da sua extensão, da sua população e da sua posição geográfica integrada com ideologias que procuram estimular e provocar a realização de objetivos de expansão territorial e de dominação de Estados vizinhos que impedem ou dificultam a realização das aspirações da classe dirigente. (ANDRADE, 1994: 05)

conflito e, sobretudo, perceber que, no jogo do conflito, não existem dominantes e dominados, mas um movimento de correlação de forças que permite num determinado momento histórico que um indivíduo/grupo ou outro(s) negocie/imponha com mais ou menos vantagem suas necessidades e direitos, nos contextos espaciais em que pretende atuar.

Nesse sentido, constroem-se os espaços das diferenças, situando-se os sujeitos sociais por meio de relações que são simbólicas e de concreticidade, frente às implicações, aos desafios, às necessidades e às especificidades das relações sociais na complexidade da sociedade atual, que nos motiva a pensar a problematização do conflito sob a Lógica Dialética da Totalidade Concreta (KOSIK, 1976 e LEFEBVRE, 1991).

Os conflitos espaciais advêm das formas de produzir os bens de consumo, das diferentes maneiras de organizar a produção, dos hábitos geo-culturais comuns, da similaridade étnica, das relações de parentesco e de compadrio, da busca de prestígio político, dos projetos distintos, das beligerâncias nacionais, das (i)migrações, das frustrações e de outros valores econômicos, políticos, sociais e culturais. O quadro exposto acima nos permite pensar os conflitos sob a luz da práxis laborativa e existencial que se produzem como realidade humano-social.

*Assim a **práxis** compreende, além do momento **laborativo**, também o momento existencial: ela se manifesta tanto na atividade objetiva do homem, que transforma a natureza e marca com sentido humano os materiais naturais: como na formação da subjetividade humana, na qual os momentos existenciais como a angústia, a náusea, o medo, a alegria, o riso, a esperança etc, não se apresentam como experiência passiva, mas como parte da luta pelo reconhecimento, isto é, do processo de realização da liberdade humana. Sem o momento existencial o trabalho deixaria de ser parte da práxis. (KOSIK, 1976:204)*

Na práxis, o homem emerge com sua força totalizante, sendo fruto das suas relações simbólico-concretas do cotidiano, tensões, conflitos, solidariedades, paixões,

ações políticas, sociais, econômicas, culturais; é o homem por inteiro, forte em alguns momentos e frágil em outros. É esse conjunto de relações que possibilita aos sujeitos sociais a reprodução social dos envolvidos nos processos de constituição do espaço social. “A práxis é ativa, é a unidade do homem e do mundo, da matéria e do espírito, do sujeito e do objeto, do produto e da produtividade se articula com todo o homem e o determina na sua totalidade” (KOSIK, 1976:202).

Para nós, os conflitos dessas ordens perdem sentidos e significados na produção espacial atual, não dão conta de apreender a esquizofrenia do mundo capitalista. Tais perspectivas analíticas anulavam as contradições espaciais, pois se fundamentavam em um conjunto de representações que conformavam estruturas ancoradas no sujeito sociológico, o homem centrado, estável, unificado, moderno, o homem universal, e não em seu movimento, em seu fluxo, com seus quadros de referência fragilizados (HALL, 2005:07). Um homem descentrado, ou melhor, no *sujeito geográfico* que é uma “celebração do móvel”, ou seja, *no homem desterritorializado*, imerso em suas práticas ou melhor, comportamentos sejam espaciais e sociais. Este sujeito geográfico vive uma vida a partir de um lugar de entremeios, ou seja, é o lugar, mas, também é o não-lugar, e é o devenir, é o histórico-social, é o simbólico-concreto, no espaço-tempo-vivido.

É este sujeito geográfico que aproxima territórios, nas (i)migrações, abole fronteiras, virtualiza ações, alcança regiões, ao mesmo tempo em que as distancia de forma simultânea produzindo uma esquizofrenia, tornando-se um conflito de segregação espacial, seja no privado ou no público, no espaço micro, macro ou meta. Ou seja, esta dialética que nasce da forma (sociedade) ao conteúdo (histórico) se conforma uma passagem incessante de um no outro (termos). Isso, por seu turno produz um ritmo, um movimento dialético, um percurso, uma extensão em rede que se distingue desta forma

binária da dialética sociológica e produz o espaço social como o terceiro termo da produção das relações humanas, no movimento do real.

A problemática atual do conflito *é espacial* e é a partir dessa contradição de forma e conteúdo que devemos decifrá-la; uma vez esclarecido isso, temos a chave para compreender o conflito como jogo.

Assim, em nossa análise, ganha relevo *o jogo do conflito*, que se caracteriza por sua multiplicidade, pluralidade, mobilidade e diversidade cultural. Ou seja, o nosso tema de pesquisa é apreendido no movimento que surge da tensão fecundada no fluxo da representação entre o presente (vivido) e o ausente (concebido), que engendra o percebido, o vivido e o concebido no confronto das multiterritorialidades, dando sentido e significado às atitudes dos sujeitos individual/coletivo na produção da realidade.

Esse jogo se constituiu de práticas e estratégias cotidianas, em que os elementos destas se encontram ora deslizando um sobre o outro, um pelo outro, ou um no outro, ora se chocando um no outro, se atritando, ora em tensão, gerando conflitos, por meio da violência simbólico-concreta, ou seja, o sujeito individual/coletivo se desloca de um conflito a outro (em um movimento dialético espaço-temporal), sem ter necessariamente resolvido o outro. O conflito é sempre des-re-territorializador, contém sempre linhas de fuga, produzindo uma vibração caleidoscópica nas tramas das tensões, sem uma base estrutural e uma lógica fixa, sempre sujeito à mudança, à transformação, própria da produção espacial, premido pela lógica das relações capitalistas de produção.

O jogo do conflito aqui é uma categoria geográfica relacional espacial, ou seja, o conflito é uma relação é um feixe, ou um conjunto de relações a partir das quais os sujeitos individuais e/ou coletivos interferem, localizam, deslocam e põem em movimento ações, representações, discursos, práticas e estratégias entre sujeitos e grupos. Pois produz interações espaciais, hierarquias e localiza os sujeitos individuais

ou coletivos, tanto para domínio e controle dos territórios, regiões, quanto para sua apropriação simbólico-cultural. Ele necessita de um(ns) espaço(s) para sua produção, no fluxo das experiências das configurações espaciais, no qual levamos em conta os elementos na presença (vivido), na ausência (concebido) e nos enunciados percebidos. Também se consideram as relações de poder, as representações em disputa (ou seja, a legitimidade dessas), as experiências de uso, de troca, de intenção e de interpretação dos domínios e apropriações na des-ordem-espacial, da produção espacial simbólico-concreta dos códigos, gestos, sinais, signos, dispositivos, símbolos, normas, valores, tradições, comunicação, fala, linguagens da subjetividade, na pluralidade de clivagens sociais, e dos saberes diversos.

O conflito se revela sob uma espacialidade concebida, ou seja, uma *intencionalidade*. Essa é uma prática espacial que reúne os múltiplos aspectos da vida cotidiana, ou seja, discursos, práticas, estratégias e representações. Ademais, no espaço, vivem sob a égide da intencionalidade tanto o capitalista, o burguês, o proletariado, quanto o camponês, o trabalhador rural e o “revolucionário”; todos se (re)encontrando cada um sob uma mesma intencionalidade: *a intencionalidade capitalista*. Embora sejam sujeitos no interior do sistema capitalista, eles vivem em territórios, lugares distintos, mas não dissociáveis, ou seja, vivem na mesma intencionalidade situada em diferentes níveis do espaço social capitalista, espaço vivido percebido e concebido, cada qual em sua dimensão (grupo/segmento).

Nesse jogo, ideias, representações e ações parecem não ter regras, parecem não ter passado, nem futuro, nem início, nem fim, mas têm origem e não uma única gênese, mas múltiplas. Parecem estar flutuando, soltas, desamarradas, e até frouxas, mas é apenas uma impressão devido à sutileza dos processos sob o descentramento móvel e plural, em que o ritmo e a velocidade com que as coisas ao mesmo tempo se arrumam já

se desarrumam, se formam e (des)formam e deformam, o que dá a entender que o deslocamento é de um lado a outro, de cima a baixo, e que pipoca aqui e ali, ou seja, tudo que é “sólido se desmancha no ar”.

A questão é que essas ações estão nas práticas e nos processos, em permanente (des)construção, transformação, e surgem às vezes, ou quase sempre, de forma efêmera, transitória e temporária; Este é *o jogo* com o qual lidaremos nas discussões sobre o conflito nos assentamentos Mário Lago e Roseli Nunes.

CAPÍTULO II

ESPACIALIZAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO: a força da representação

Foto 02: A Marcha. Fonte:Website -03/08/2005
Assentados reunidos pelo MST/SP, saem do
Acampamento Mário Lago até a Catedral Central
Metropolitana de Ribeirão Preto.

Meu sonho era e, é. Bom! Não sei, se ainda posso; eu estou com sessenta anos, mas a esperança é a última que morre. Mas, eu queria morar no assentamento. Onde as pessoas fossem muito organizadas, fossem honestas consigo mesmo e com o que é coletivo. Que a gente tivesse um posicionamento político, condizente com a classe trabalhadora. Queria estar em uma comunidade onde a elite, a burguesia não tivesse condições de passar perto (pausa e muita emoção/choro). A verdade é que eu queria estar vivendo em uma comunidade socialista. Eu sei que é difícil construir (desculpa/choro) esta comunidade a gente vai construir ainda eu tenho sessenta anos, mas estamos aí, fazendo o que se pode nessa conjuntura adversa, nessa conjuntura onde o que manda é a ganância o individualismo, é isso aí. (Entrevista com Nelson, em 16/9/2011, realizada por Amauri T.B. Nogueira)

De acordo com o estudo de Bosi (2004), *O Tempo vivo da Memória*, a Psicologia Social se fundamenta no cotidiano e nos microfundamentos. Sendo assim, a autora afirma que a lembrança pode ser como um tônico ou uma letargia.

Mas, aqui neste momento de rememoração, é algo dramático e produz de forma quase simultânea um turbilhão de emoções que vão da alegria da vitória à tristeza mais profunda advinda das derrotas, mudam-se as fisionomias e os sujeitos se transformam desde a fala até as expressões faciais reverberando nos gestuais. Fruto de um momento de conflito denso entre os envolvidos a partir da evocação de fatos que foram experienciados pelos sujeitos.

Ele evoca, dá voz, faz falar, diz de novo o conteúdo de suas vivências. Enquanto evoca ele está vivendo atualmente e com uma intensidade nova a sua experiência. O sujeito se sente crescer junto com a expressão dessa intuição e até se sente rejuvenescido. O corpo memorativo recebe um tônico e uma força inesperada. (BOSI, 2004:44)

Segundo a autora, do vínculo com o passado se extrai a força para a formação de identidade (BOSI, 2004:16). Aqui surge a relevância da representação, não são só as experiências objetivas que permitem que o sujeito se mobilize, mas também a representação do discurso do MST, fecundado por suas práticas, é capaz de influir no

imaginário dos sujeitos, e provocar deslocamentos que possam (re)interpretar e significar suas vidas.

Essa força identitária sob o discurso do MST territorializa-se sob conflitos. E o conflito visto desse modo carrega cicatrizes antigas, e às vezes transforma-se em espessas brumas, fere, sangra, magoa, é efêmero, é eterno, fugaz, faz o seu drama e tece sua trama, carece de afeto, perde o prumo da vida e encontra seu rumo na desterritorialização em lugares outros utópicos, por meio de representações, produzidas pelos discursos apropriados, ora no desejo, ora no afeto, ora na produção, ora na reprodução, eterno, produz sentidos e fissuras presentificadas no dia-a-dia.

Nesse sentido, constatamos que os sujeitos que acampam e ocupam constroem suas espacialidades e territorialidades sem espaço e sem território “concreto” e que estes só existem enquanto representação. Aqui, podemos comungar com a assertiva de Ecléa Bosi quando escreve que “o presente, entregue às suas incertezas e voltado apenas para o futuro imediato seria uma prisão” (BOSI, 2004:18). Consequentemente, a memória discursiva vem do seu duplo, da presença e da ausência, a primeira vivida e a outra concebida.

Dessa maneira, entendemos que esses sujeitos vivem em função de referenciais simbólicos de espaço e território construídos e apropriados em suas redes espaciais de trajetórias de vida e trabalho, ou seja, no deslocamento de um lugar a outro. E é a partir dessas territorialidades e espacialidades que esses sujeitos se mobilizam de um lugar a outro (ocupações/acampamentos/assentamentos). “A matéria diz ao espaço tempo e o espaço tempo diz à matéria como se mover” (RAY, 1993:102).

Assim, as representações que permeiam o imaginário dos envolvidos no processo é que dão força para que se conceba um espaço e um território a sua imagem e semelhança. Essas representações espaciais são estratégias que evocam uma realidade

espacial ulterior e impulsionam os sujeitos a se moverem; e é a partir dessas reflexões que concebemos o título do presente capítulo.

Consideramos que os territórios e os espaços ocupados, dominados pelo controle espacial e apropriados pelo uso do espaço, pelos sujeitos envoltos no processo de ocupação/acampamento, estão no movimento que surge das necessidades e da tensão de acampar e de ocupar como prática e estratégia, por isso, estes são espaços e territórios móveis, ou seja, seu sentido e significado são tomados no e pelo movimento.

Segundo Haesbaert, é possível identificar um território no movimento, ou pelo movimento. O território é ação, ritmo, dotado de expressão simbólica e carregado de significados.

Se o território hoje, mais do que nunca, é também movimento, ritmo, fluxo, rede, não se trata de um movimento qualquer, ou de um movimento de feições meramente funcionais: ele é também um movimento dotado de significado, de expressividade, isto é, que tem um significado determinado para quem o constrói e/ou quem dele usufrui. (HAESBAERT, 2004:281)

Dessa forma, estamos apreendendo a dinâmica do processo de apropriação simbólico-concreta das novas experiências, proporcionadas pelos segmentos envolvidos (Igreja/Estado/Partido Político) no momento de organização, da preparação, da motivação para a luta pela terra.

Assim, tanto o espaço quanto o território se confrontam, colidem, às vezes deslizam no e pelo movimento de forma contraditória e desigual no processo de domínio e apropriação. “Tudo isso como se o território não incorporasse também a ideia de movimento, e como se hoje não pudéssemos nos reterritorializar no interior da própria mobilidade (ou em termos de Deleuze e Guatarri, na repetição do movimento)” (HAESBAERT, 2004:236).

Sendo assim, propomos a noção de *espaços e territórios transitórios* apreendidos no movimento do real, nos (des)caminhos, nos trajetos, nos desvios, nos

percursos, nas pausas, nos avanços, nos recuos, nos atalhos, nos traços, nas marcas e nas direções, nas fugas dos policiais, dos jagunços, dos fazendeiros, nas ocupações, nas lembranças, nos acampamentos, nas passeatas e outras formas de domínio e apropriação dos espaços se conformam um processo de des-re-territorialização, produzindo conflitos e um fluxo de tensão permanente.

Os sujeitos e segmentos envolvidos no processo de ocupação/acampamento vão sofrendo territorializações e desterritorializações efêmeras, (des)contínuas, fragmentadas (isso não quer dizer menos/mais intensas, vai da experiência de cada sujeito/segmento), mas de forma simultânea percebe, concebe e vive o espaço, cartografando-o simbólica e concretamente. “O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair do seu curso e se destruir” (Guatarri e Rolnik, 2008:323). “Desterritorializar-se como conquista ou anulação do espaço significa sempre, também, e, sobretudo, uma nova produção do espaço” (HAESBAERT, 2004:189).

A terra não é um elemento entre os outros, ela reúne todos os elementos num mesmo abraço, mas se serve de um ou de outro para desterritorializar o território. Os movimentos de desterritorialização não são separáveis dos territórios que se abrem sobre alhures, e os processos de reterritorialização não são separáveis da terra que restitui territórios. São dois componentes, o território e a terra, com duas zonas de indiscernibilidade, a desterritorialização (do território à terra) e a reterritorialização (da terra ao território). Não se pode dizer qual é primeiro. (DELEUZE E GUATARRI, 2005:113.)

A partir da reflexão acima, vamos observar agora qual o momento conjuntural da inserção discursiva do MST.

Nesse sentido, para que possamos compreender as escolhas do MST no tocante à forma de privilegiar um ou outro assentamento, é necessário uma inflexão espaço-temporal a partir dos anos 2000, em que os processos de assentamentos que compreendem (ocupação/acampamento/assentamento), sofreram os revéses do processo histórico.

Nesse processo, o MST também foi abalado pela onda de inércia dos movimentos sociais, o qual, diga-se de passagem, tomou conta de todo o mundo ocidental, onde os sindicatos dos trabalhadores tanto urbanos quanto rurais, partidos políticos (sobretudo os de “esquerda”) perderam força e estão em queda vertiginosa sem ter onde se “segurarem”. Esses Partidos e Sindicatos ligados aos trabalhadores estão acuados pelo movimento do sistema capitalista. “No momento de refluxo das organizações sindicais, com queda do número de trabalhadores sindicalizados, recuo eleitoral dos partidos de esquerda, como PT, PDT, e PCS e um avassalador desemprego, o MST surge como fenômeno único” (LINHARES e SILVA, 1999:207). Nos anos 90, o movimento operário entra em refluxo, deixando, assim, de centralizar boa parte do debate de reivindicação popular. Nesse momento, é o discurso do MST, que passa a propor palavras de ordem, convocar os demais movimentos para lutarem juntos pelos direitos sociais. (RODRIGUES, 2006:18).

A queda mundial de empregos fragilizou esses movimentos, tirou o “chão” da esquerda e pulverizou as “ideologias” e as “utopias” centradas na luta de classes. Percebemos isso no MST quando nos voltamos para refletir sobre os acampamentos. Durante esse processo, é cada vez mais intensa a união de vários acampamentos para a formação de um único.

É o caso do Assentamento Roseli Nunes, no estado do Rio de Janeiro, no município de Piraí, que esta sob a responsabilidade do Incra e do Assentamento Mario Lago, no município de Ribeirão Preto, no estado de São Paulo, que também esta sob a responsabilidade do Incra. Nesse caso, para ambos houve a necessidade de buscar auxílio de pessoal em outros acampamentos e assentamentos para que fosse possível concretizar as ocupações. De acordo com Barra (2007):

No acampamento Mário Lago, habitavam famílias provenientes de outros três acampamentos, de três diferentes regiões (Batatais, Campinas e São Paulo) – ou seja, três diferentes histórias, trajetórias e formas de organizar-se enquanto acampamento. Além disso, as famílias ocupantes daquele espaço encontravam-se divididas em três bandeiras: MST, MLST (Movimento de libertação dos sem terra) e Índio Galdino. (BARRA, 2007:21)

Dessa forma, os acampamentos e os acampados mudam-se constantemente de lugar. Esses acampamentos duram muitos anos e as seleções para privilegiar qual o assentamento que dará melhor visibilidade política ao movimento, baseiam-se cada vez mais nas estratégias de “assentamentos modelos”, sobretudo com o discurso da alimentação orgânica, ou alimentação agroecológica, com cursos, palestras e outras formas de incentivar os trabalhadores rurais sem-terra a adotarem essa maneira de cultivar a terra conquistada.

Mediante o quadro citado acima, e para que a organização dos acampamentos tenha êxito e o funcionamento se reverta em assentamento, é necessário que as pessoas que vão para os futuros acampamento tomem um contato mais próximo com a realidade do MST. E foi o que aconteceu com o Assentado Nelson, que mesmo tendo uma longa experiência sindical e de acompanhamento do movimento, teve que passar pela experiência da mística e do trabalho de base do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

O assentado do Roseli Nunes, Nelson Bernardo de Freitas, é casado com a senhora Jovem. Este morou na área urbana, participou de vários movimentos sociais e políticos, como a fundação do PT e início da nucleação na década de oitenta, participou da fundação da Central Única dos Trabalhadores e foi da direção do sindicato dos

vidros do Rio de Janeiro, assim como teve participação na oposição metalúrgica do Rio de Janeiro.

**Nelson e Jovem no quintal do lote do Assentamento Roseli Nunes.
Fonte: Amauri T. B. Nogueira, em 18/10/2011.**

Participou de vários cursos do movimento sem-terra, agroecologia, de formação de militantes em geral, ajudou em várias ocupações e vários acampamentos fazendo trabalho de base, na Região Sul. Foi responsável pelo setor da Comunicação do estado do Rio de Janeiro e do setor de Produção. Entre os acampamentos estão Roseli Nunes, Mariana Crioula, Terra Prometida, Primeiro de Maio, Terra da Paz, Vida Nova e Manoel Congo. Nelson, ao contrário de muitos assentados, foi ao encontro do movimento, não esperou ser chamado.

Eu tomei contato com o MST, nas manifestações que o movimento fazia no Rio de Janeiro, eu sempre acompanhado na imprensa e tudo. Eu já era militante sindical, e quando eu me aposentei então eu

procurei o movimento porque o meu sonho é que depois de aposentado é entrar na luta pela terra. Não, eu não fui convidado não, eu me convidei. Cheguei eu já conhecia o Celso e outros companheiros. Aí eu conversei com o Celso. E falei! Celso, eu estou disposto a ir prum acampamento. O Celso disse, ta indo você só. Eu disse, eu posso chamar a companheirada onde eu moro. Aí fizemos uma reunião de dois meses, de preparação nos reuníamos de sábado, nós reunimos num grupo bom. Aí foi lá num final de semana o Celso e Maria de Jesus que era uma dirigente do Rio de Janeiro e fez explanação do que era o movimento e fez uma mística, pra gente. E falou que a gente podia ir pro acampamento Terra Prometida. (Entrevista com Nelson, em 17/9/2011, realizada por Amauri T.B. Nogueira)

O trabalho de base é de fundamental importância neste momento de ocupação, constituindo-se como prática por todos os coordenadores do MST, o que possibilita a expansão e a proliferação dos acampamentos.

O pessoal do setor de frente de massa faz uma pesquisa na região onde tem fazendas improdutivas. A lei da constituição federal, artigo 184, diz que a terra que é improdutiva, tem que ser disponibilizada para a reforma agrária. Então o movimento pesquisa, descobre estas áreas, que estão improdutivas e aí então inicia a luta para que o órgão do governo que é o Incra desaproprie estas áreas e entrega pro pessoal que quer trabalhar. Aí depende muito da conjuntura. A conjuntura estando favorável. Quando você entra numa área, o risco de despejo, ele é menor se você já tem um decreto de desapropriação. Ou se já tem a papelada dentro do governo, já adiantada, já tem alguma vistoria, o pessoal primeiro faz uma luta no geral para que essas áreas sejam vistoriadas e aí então pelo decreto o pessoal vai e organiza o pessoal na região pra ocupar aquela área. Porque ocupando aquela área o processo se agiliza. (Entrevista com Nelson, em 16/9/2011, realizada por Amauri T.B. Nogueira)

Inicia-se a partir daí um apelo às famílias. Esse chamamento é sempre feito por meio de um convite, por um(a) coordenador(a), por um(a) acampado(a), parente, amigo(a) ou conhecido(a) para o(a) futuro(a) sem-terra.

A Dona Maria Pereira dos Santos, é assentada no Roseli Nunes e foi cozinheira, trabalhou em firmas (empresas), restaurantes, hotéis, morava na área urbana, é dirigente Regional do MST do Rio de Janeiro, tendo sido coordenadora de núcleos no acampamento e no assentamento. O MST foi o seu primeiro movimento político.

Companheiro não levou nem oito dias. Bateu na minha porta. Eu fui lá vê. Era um rapaz que gostava muito da gente. O nome dele era Celso, ele morou lá com a gente. Ele chegou e falou assim:

- Dona Maria eu vim dá uma boa noticia para senhora. Eu vim aqui para chamar a senhora para ir para o sem-terra.

Eu falei assim:

... é mentira, você gosta muito de enganar a gente.

Aí antes de inteirar oito dias o rapaz foi lá.

O rapaz falou assim:

- a senhora que é a Dona Maria. Amanhã senhora aguarda que a gente vem buscar a senhora e seu esposo pra ver. Vocês vão ficar na beira da estrada, é um acampamento que a gente tá fazendo é um trabalho de base.

Eu fui com o meu velho gostei e estou até hoje. Eu não me arrependo de ter vindo pro movimento sem-terra. Por que eu aprendi muita coisa boa, coisas que eu não sabia que entrava na minha cabeça. (Entrevista com Dona Maria, em 17/9/2011, realizada por Amauri T.B. Nogueira)

Porque quando eu vim pro acampamento, que fizeram o trabalho de base comigo e com o meu velho. A frente de massa veio conversar comigo e me explicou. A gente, pra conquistar a terra, tinha que ajudar, obedecer e fazer aquilo de bom pra gente conquistar a terra. A frente de Massa dizia:

- D. Maria trabalha que a senhora vai conquistar. A senhora tem tudo pra vencer. (Entrevista com D. Maria, em 17/9/2011, realizada por Amauri T.B. Nogueira).

Nessas reuniões é o momento de “decodificar o porquê das restrições e proibições” (GOHN, 1999:19). É o momento do contato, do corpo-a-corpo, em que a liderança tem que ter carisma, ser desinibida e estar alinhada com o discurso do movimento. Feix (2001), em seu estudo de campo em assentamentos rurais do MST, na Região de Rondonópolis em Mato Grosso, com o objetivo de analisar a base sociológica dos trabalhadores rurais, afirma que:

As lideranças, com formação específica, coordenam este processo de luta até a materialização da conquista da terra e o consequente assentamento. Com o apoio e a ajuda de pessoas, entidades e organizações da sociedade local são organizados grupos de trabalhadores do campo e da cidade que desejam lutar pelo acesso à terra. As lideranças do MST realizam várias reuniões com esses grupos, fazendo a preparação para a futura ocupação e acampamento. (FEIX, 2001:283)

Eu já participei de vários trabalhos de base para criar vários acampamentos. Tem algumas orientações assim, pra gente não ficar prometendo terra às pessoas. Pra chamar as pessoas, pra ir pra luta

pela terra. Que quando você promete você acaba se comprometendo com o resultado. Quando você vai pra luta, o resultado é uma coisa ainda incerta. Você não sabe se vai ser vitorioso ou não, naquele momento. Então é orientado assim, pra gente não ficar prometendo terra e tal. Mas, chamar a família e não chamar a pessoa individualmente, se houver possibilidade levar a família, quanto mais pessoas no acampamento, melhor. (Entrevista com Nelson, em 16/9/2011, realizada por Amauri T.B. Nogueira)

A estratégia usada pelo movimento para que a família siga junto no processo não é só para que haja uma afinidade e de abrigo para o companheiro, mas tem também como objetivo formar a mentalidade do coletivo e amenizar os possíveis conflitos. “Tem que ter a família porque já esta em processo o que vai ser a comunidade” (STÉDILE e FERNANDES, 1999:115).

Souza (1999), ao pesquisar *A formação da identidade coletiva com lideranças dos assentamentos do MST*, no Pontal do Paranapanema, afirma que:

A participação da família toda, desde os primeiros momentos da luta, é tida como importante, no sentido de formar a mentalidade do coletivo, pois quando a pessoa entra na terra, no assentamento, sem viver, concretamente o processo todo de luta, é muito mais difícil construir a identidade do sujeito coletivo, pois há dificuldade de compreender o processo na íntegra. (SOUZA, 1999:154).

A família é de extrema relevância, mas existem outras redes de colaboração para que os acampados tenham uma infraestrutura mínima, essas colaborações é que tornam os acampamentos e assentamentos possíveis e viáveis:

Muito além da estrutura organizacional estabelecida pelo Movimento com suas regionais e coordenações, há uma rede que o suporta através de apoio político e financeiro por parte de entidades religiosas, partidos políticos, sindicatos e dos próprios assentados do MST que além de doarem alimentos e participarem de atividades de mobilização – ocupação, marchas e atos, representam o objetivo, são a referência, o sonho que movimenta os “novos acampados”.(BARRA, 2007:14)

Dessa maneira, podemos inferir que esta é uma prática, pois, de acordo com a autora, as lideranças têm maior possibilidade de criar um espaço comunicativo que permita trocas de experiências entre os membros das famílias que não participaram das ocupações. Nessa perspectiva, se uma família for expulsa por despejo, não terá um lugar para morar... “a única alternativa que resultará será a ocupação de uma outra área, ou mesmo a (re)ocupação da mesma área .” (SOUZA, 1999:154).

Alentejano (s/d), que pesquisou o Assentamento Roseli Nunes e escreveu *Uma Pequena História*, em conjunto com os assentados e as assentadas, destaca que:

A história da luta pela criação dos assentamentos Roseli Nunes se inicia com o trabalho de base, para o qual muito contribuiu a Brigada Nacional de Formação. Havia militantes dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul que atuaram nos acampamentos e assentamentos Irmã Dorothy, Vida Nova, Manoel Congo, Mariana Crioula e também em Volta Redonda Barra do Pirai e Baixada Fluminense. Estas lideranças ajudaram a fortalecer a motivação do povo para a luta pela terra. O trabalho de base é importante para a construção da consciência coletiva na busca por um projeto mais justo e igualitário de sociedade. (ALENTEJANO, s/d;09)

Assim sendo, as reuniões para a formação dos acampamentos Roseli Nunes e Mário Lago foram feitas em vários municípios, com grupos distintos que se conheceram e se reconheceram nas práticas e estratégias do MST. Essa forma de se organizar possibilita a expansão, a espacialização e territorialização dos acampamentos e assentamentos. O assentado Nelson nos ajuda a compreender como isso se efetuou na prática.

Até que fui convidado para vir para esse assentamento. Vieram outros companheiros de outras ocupações, de outras áreas que a gente fez. E viemos eu e outro companheiro do Manoel Congo: o Marcelo que hoje está assentado aqui também. Então, aqui a gente veio em grupo... foram dois ônibus através de uma reunião na Comunidade era em Volta Redonda. A gente fez um trabalho de base e a gente ocupou aqui com essas famílias que a gente fez o trabalho de base. (Entrevista com Nelson, em 16/9/2011, realizada por Amauri T.B. Nogueira)

Em um estudo de Antropologia Social intitulado de *Mário Lago encontra Terra Sem Males*, Barra (2007) pesquisa a trajetória do acampamento terra sem males de Campinas até seu encontro com os acampados de Mario Lago em Ribeirão Preto no Estado de São Paulo, que vai culminar com o Assentamento Mário Lago.

Ao observar o processo de reunião de trabalho de base e denominá-lo como o momento do ritual-ocupação, em que os sem-terra potenciais vão ser engajados na luta pela terra, ou seja, vão passar por um ritual de passagem para a conformação da identidade de sem-terra, que influencia a vida dos sujeitos que vão se tornar acampados, Barra (2007) afirma que:

A ocupação que visa à instauração de um acampamento e ocorre após um considerável período de formação das famílias sem-terra potenciais, funciona como um ritual de passagem a partir do qual inaugura-se uma nova condição na vida desses sujeitos, cujas especificidades e os necessários avisos e conselhos são repetidos durante as reuniões do trabalho de base. A instauração da condição de sem-terra dá-se no ritual-ocupação. (BARRA, 2007:162).

Nesse momento, o MST traz como estratégia a mística, para efetivar o discurso e construir um sentimento de pertencimento. A mística, para o MST, é um ritual. Ela tem um caráter histórico, de esperança, de celebração permanente. De acordo com Barra (2007:162), “As místicas e os estudos desenvolvidos durante o trabalho de base proporcionam uma introdução do sem-terra potencial ao universo de significados do MST. Mas é o ritual-ocupação, a primeira ocupação, que representará o engajamento do sujeito no movimento”.

Fonte: Website -03/08/2005: Mística do MST, no Assentamento Mário Lago, Dia 2 de agosto de 2005

Assim, a mística é trabalhada para estimular, motivar as pessoas a lutarem pela terra e se sentirem pertencentes ao movimento dos trabalhadores sem-terra e ao grupo local. “O projeto de mudanças sociais, de conquista da reforma agrária é um mistério não sabemos como vai ser, ele é um sonho, é a cerimônia, o cultivo desse sonho, é que chamamos de mística. É a forma de alimentar espiritualidades de forma coletiva, a construção do mistério do nosso projeto de libertação humana.” (MST, 2005:08).

A assentada Rita de Cássia nos dá uma visão sobre a força motivadora que a mística pode proporcionar.

Eu acho muito importante. Admiro porque eu sou o tipo de pessoa que admiro muito o cantor, o compositor e até a pessoa que tem a ideia de bolar a mística; eu me encanto muito com isso. E uma delas foi em 2007 quando ocupamos o Incra por uma semana. Aí no final, fizeram uma mística que foi pra mim a coisa mais linda. E naquela época eu estava bem desanimada, bem pra baixo. Aí vê aquelas famílias todas reunidas, todo mundo na mesma luta. Eu chorava igual uma boba velha de ver todo mundo reunido. Porque tinha várias bandeiras, vários países, inclusive os Estados Unidos. E aí venceu no final da mística, isto é, a maior parte quem teve mais força foram os fraquinhos, mesmo os outros com poder tal e tal. Mas quem venceu foi a união dos mais

fracos. Aquela mística pra mim foi linda, foi maravilhosa. (Entrevista com Rita, em 16/9/2011, realizada por Amauri T.B. Nogueira)

“São as engenhosidades do fraco para tirar partido do mais forte, que vão desembocar em uma politização das práticas cotidianas” (CERTEAU, 1998: 44). A mística, como estratégia de luta, alimenta as espiritualidades, mas adentra na luta pelo reconhecimento em que o MST entra na disputa, na valoração, na postura de cada sujeito, para dar-lhe sentido e significado. Essa forma de se manifestar, de representar, de se ritualizar, possibilita uma leitura mais próxima da realidade dos acampados ou assentados, e, por conseguinte, os municia com argumentos tanto do político das segregações espaciais, quanto do movimento em sua força de representação. Na esteira da mística, Stédile e Fernandes (1999) fazem a seguinte afirmação: de certa forma, a mística é seu alimento ideia, lógica de esperança, de solidariedade. A mística não só proporciona as condições dos acampados/assentados para se organizarem e se armarem no momento das ocupações, mas lhes possibilita conceber um espaço futuro.

Melo (2001) também reflete sobre a mística do MST e afirma que a mística é uma experiência subjetiva de seus integrantes e esta diretamente ligada ao projeto do movimento. De acordo com a autora, a mística é vivida, no MST, como um sentimento presente de coisas que irão acontecer, é a certeza da vitória dos fracos sobre os fortes. Desta maneira, a mística torna-se síntese e mediação entre:

- a- a compreensão cognitiva do significado do abstrato do projeto social pelo qual o movimento se propõe a lutar e que pretende construir;
- b- o investimento afetivo, motivacional, necessário para romper com o imobilismo e impulsionar o engajamento concreto em ações que permitam materializar tal projeto.

Melo demonstra que a mística tem várias acepções diferentes e complementares, a saber:

- motivação para a luta, ou seja, cada integrante se sente motivado a lutar por terra e Reforma Agrária;
- sensação de pertença, ou seja, promove a sensação de pertencimento e produz a unidade do grupo no momento da luta;
- ampliação da abrangência da luta, ou seja, é a construção emancipatória da sociedade humana;
- resgate do passado, ou seja, é o reconhecimento e a valorização por todos os movimentos e aqueles que lutaram pela justiça social;
- abertura para o novo, ou seja, a cada conquista se apresentam novos desafios, novas contradições que coincide com a própria história humana. (MELO, 2001:95).

Dessa forma, Bogo (1999) nos ajuda a entender a mística como uma relação e uma condição de vida: “a mística, para os sem-terra, é mais do que uma palavra ou um conceito. É uma condição de vida que se estrutura através das relações entre pessoas e as lógicas no mundo material. Entre as ideias e utopias no mundo ideal. Ou seja, são as diferentes formas de motivações que buscamos para continuar lutando por causa justa, procurando aproximar o futuro do presente” (BOGO, 1999:15).

Boff e Betto (2005) afirmam que a mística tem origem na palavra grega *mysterion* cujo significado vem de *múein*, que significa “perceber o caráter escondido, não comunicado de uma realidade ou de uma intenção” (BOFF e BETTO, 2005:33):

Mística significa: o conjunto de convicções profundas, as visões grandiosas e as paixões fortes que mobilizam as pessoas e movimentos na vontade de mudanças, ou que inspiram práticas capazes de afrontar quaisquer dificuldades ou sustentam a esperança face aos fracassos históricos. Na mística político-social age sempre a utopia, aquela capacidade de projetar, a partir das potencialidades do real, novos sonhos, modelos alternativos e projetos diferentes de história. Geralmente são os oprimidos os portadores de novas visões, aqueles que, embora derrotados, nunca desistem, resistem firmemente e sempre de novo retomam a luta. O que os move são os sonhos de uma realidade nova. Por isso desfataliza a história, não reconhecem como ditado da história a situação injusta imposta e mantida pelas forças opressoras. (BOFF e BETTO, 2005:49)

Na busca de conceituar a mística do MST, e de aproximá-la das utopias de esquerda. Neto (2007:17) a define como uma Mística Rebelde: “no nosso caso ao tentarmos trabalhar com questões da subjetividade política e do imaginário, queremos analisar como movimentos sociais combativos trabalham questões da cultura política tais como a memória histórica, o valor dos símbolos e principalmente, o que definimos como uma mística rebelde.

Sampaio (2002), em seu texto intitulado “A mística”, destaca três aspectos fundantes da mística do MST, a saber:

- o milenarismo camponês;
- a fé cristã na vida eterna;
- e a esperança socialista de construir aqui na terra uma sociedade igualitária e democrática.

Segundo o autor, a junção desses três elementos resultou no MST. A mística se estrutura na liturgia do MST, que envolve uma diversidade de ações como a bandeira, os presentes, os livros, os CDs e as flores. De acordo com Sampaio, foi a capacidade do MST de incorporar os elementos enraizados no milenarismo camponês que trouxe a utopia, na busca de um mundo justo e em harmonia com a natureza. O universo camponês baseado no milenarismo estrutura as lutas camponesas que lutam sempre contra a injustiça.

De acordo com a definição do MST (2002), “no contexto dos sem-terra, é um ato cultural em que suas lutas e esperanças são representadas” (MST, 2002:209), e acrescenta-se:

As palavras de um integrante do Movimento resumem bem a ideia da mística; nas lutas sociais existem momentos de repressão que parecem ser o fim de tudo. Mas, aos poucos, como se uma energia misteriosa tocasse cada um, lentamente as coisas vão se colocando novamente e a luta recomeça com

maior força. Essa energia que nos anima a seguir em frente é que chamamos de mistério ou de mística. (MST, 2002:2009)

Segundo Sampaio (2002), o MST se alicerça sobre duas vertentes místicas: a mística cristã e a mística socialista-marxista.

Caldart (2001) entende a mística como uma ação ancorada na memória coletiva, que pode ser ensinada nas escolas do MST, e pode ser incorporada em sua pedagogia. Por conseguinte, no processo educativo, deve-se trabalhar o elo simbólico entre a memória e a utopia, entre a raiz e o projeto. A autora afirma que a mística é uma dimensão básica do processo de formação dos sem-terra: “também quando incorpora em seu movimento pedagógico a mística, que é o sentimento materializado em símbolos que ajudam as pessoas a manter a utopia coletiva”. (CALDART, 2001:16).

Segundo Barra (2007), “no Mário Lago, as místicas eram escassas, assistidas por poucos e, na maioria das vezes, não eram reproduzidas ou até mesmo lembradas pela sua plateia: os acampados” (BARRA, 2007:49).

Temos que fazer um bom reparo no texto de Barra. A autora carece de reflexão sobre a representação, que neste caso não pode se confundir com a apresentação, aquela da televisão, do teatro, do cinema, do show musical, enfim. A mística do MST e de outros grupos de contestação, uns na margem, outros a reboque do neoliberalismo, buscam a seu modo um contra discurso que se inscreva na intencionalidade do sistema vigente e dispute com este uma forma de simbolizar o mundo.

Esses grupos, entre eles o MST, passam a se definir em seus microespaços, em suas relações espaciais cotidianas, em um processo identitário discursivo de pertencimento e de referência. Assim, tanto na fala espacial quanto no corpo espacial, durante a mística não há plateia nem ator, mas sujeitos, seja no acampamento, no assentamento ou nas instituições. A representação cumpre neste momento a “função” de mediadora espacial que produz cada vez mais em cada sujeito envolvido no processo do

reconhecimento não do que é ser sem-terra, mas do que é viver sob uma intencionalidade perversa, que segrega espacialmente, mutila sonhos e projetos de vida sejam na luta pela produção ou na luta pelo reconhecimento social.

A mística é uma construção do discurso cristão, é um processo litúrgico territorializado pelo movimento dos trabalhadores sem-terra, conformando um momento interdiscursivo entre o MST e a Igreja. E, sobretudo a partir da força do Movimento, produziu a ressemantização da palavra mística. A mística, por sua vez, produz significações e intenções que inscrevem o acampado/assentado em seu lugar de militante.

Quando o MST convida para as ocupações e interpela os sem-terra pela mística, está jogando com as linguagens simbólicas representativas do real na intencionalidade de produzir efeitos positivos. A mística neste caso se revela um ato de confiança no futuro, fruto da ação da força da representação.

Do ponto de vista estritamente geográfico, o discurso do MST localiza o sujeito nas relações espaciais que se articulam com conteúdos de existência e de intervenção. Ou seja, por meio das diversas posições e localizações, o sujeito pode ocupar ou receber quando profere um discurso ou uma fala dialógica, que tem como enunciado a ocupação.

Dessa forma, o MST disputa os sentidos, significados e intenções com o Estado, que por seu turno (re)conhece a fala e, ao reconhecê-la, rebate-a. Nasce daí um ritmo, de interações apropriativas contraditórias e desiguais formadas no plano discursivo das interações espaciais.

Essas estratégias preparam os acampados para fazerem as ocupações. Foi o que aconteceu com os acampados do Mário Lago e do Roseli Nunes.

Os acampados do Roseli Nunes se reuniram na beira da pista (Rodovia presidente

Dutra Km 43) e, no dia 8 de março do ano de 2006, marcam o primeiro momento desta luta, quando foi feita a primeira ocupação da Fazenda. (ALENTEJANO, s/d:12).

Já o acampamento Mário Lago fez sua primeira ocupação do lado de fora da Fazenda da Barra, com 1.800 hectares arrendados para o plantio de cana-de-açúcar, no município de Ribeirão Preto, no dia 2 de agosto de 2003. O acampamento do Mário Lago ganha relevância por ficar em uma área importante de preservação do ambiente, por situar-se na região do aquífero Guarani. Esse foi um dos motivos pelos quais ele se tornou o acampamento modelo do MST. Nessa perspectiva, os acampamentos tornam-se um acontecimento discursivo.

Segundo Fernandes (2001:54-55), o acampamento é o lugar de mobilização constante que envolve três dimensões no espaço de socialização política: a) de espaço de luta e resistência; b) espaço interativo, ou seja, trocas de experiências no conhecimento das trajetórias de vida e construção de identidade dos sem-terra; c) espaço comunicativo, o momento da apresentação, do conhecer-se e da definição de objetivos.

Segundo Martins (2003:45), “O MST não está em conflito com um projeto de agricultura familiar” derivado do passado. Ao organizar acampamentos, o MST procura dar visibilidade e consciência ao vazio que o desenraizamento criou, dar-lhe consciência, definir contornos, tornar visível a falta de perspectiva, de horizontes”.

Rodrigues (2006), em seu estudo linguístico sobre o MST destaca que:

O acampamento tomado como acontecimento exige a demanda de sentidos, precisa cruzar com/na discursividade e estabelecer relações interdiscursivas a sua volta, não para significar o já significado, mas para estabelecer relações de possíveis alianças, de réplicas, de trocas, de ressignificações, de negação, de oposição, de afirmação, de conflito e de uma regularidade que lhe dê sustentação. O acontecimento precisa “perturbar a memória” (Pêcheux, 1999: 52), impor-se perante ela; caso contrário, será absorvido por ela como se nunca tivesse ocorrido. (RODRIGUES, 2006:130)

Aparentemente as ocupações não são muito produtivas num primeiro momento, pois o Incra usa de várias manobras para atravancar o processo de acampamento, como,

por exemplo, o não envio dos documentos de desapropriação em tempo hábil. Essa estratégia acaba dando margem para que cheguem às mãos da justiça os pedidos de despejos, o que é de pronto atendido, revelando a tendência da justiça brasileira no tocante aos movimentos sociais.

É o que podemos observar no estudo do assentamento Roseli Nunes feito por Tavares (2009):

Dia 22 de dezembro de 2006, foi liberada a imissão na posse para as famílias, mas as mesmas não foram comunicadas, e em 5 de janeiro de 2007 ocuparam novamente a sede da antiga fazenda, como forma de pressionar a entrega da imissão de posse e saída do antigo proprietário. O arrendatário da antiga fazenda, reagindo ao ato, acionou a polícia, que, chegando ao acampamento, tentou prender alguns acampados, mas os mesmos apresentaram o documento de posse, questionando a queixa, não sendo levados pela polícia. Também foi emitido um documento de embargo do plantio de eucalipto, pois o antigo arrendatário estava retirando e vendendo o mesmo. (TAVARES, 2009:36)

No caso do Roseli Nunes, a partir do despejo, os acampados voltaram para a beira da pista e fizeram duas manifestações na Rodovia Presidente Dutra e uma na prefeitura de Piraí. Segundo Rodrigues, nesse momento da luta a “terra é tematizada em relação à produção, que é o clímax da relação entre acampamento, à beira da estrada, ocupação, resistência e assentamento” (RODRIGUES, 2006:159). Nesses espaços e territórios transitórios, o MST impõe sua presença, como presença política de representação, isto é, procura construir um espaço onde possa simbolizar a luta pela terra.

*E vamos entrar naquela terra
E não vamos sair.
Nosso lema é OCUPAR, RESISTIR E
PRODUZIR. Se for dura essa parada,
A gente pega em armas,
Não dá pra ser diferente.
Pois os homens têm dinheiro,
Compram armas nos estrangeiro,
Pra poder matar a gente.
Contra esse capitalismo
Vamos firmes decididos,
Não deixar pra outra hora,
É a classe organizada*

*Passo a passo nessa estrada,
Construindo a sua HISTÓRIA.*

Zé Pinto, MST/RO Canções da luta, 27

Após uma confusão por parte do Incra no envio dos documentos de desapropriação, as famílias foram despejadas alguns meses depois da ocupação. A luta continuou, acamparam oito meses na estrada que corta a propriedade. Durante este período alguns barracos foram incendiados a mando dos administradores da fazenda. Devido às dificuldades, muitas famílias foram embora. Nesse mesmo período, foram feitas duas manifestações na Rodovia presidente Dutra e uma ocupação na prefeitura de Pirai. (ALENTEJANO:13 s/d)

O momento da ocupação é momento em que o enunciado do MST se territorializa no discurso do Estado e assume uma posição discursiva de sujeito interpelando o Incra (representante do Estado) e forçando-o a se posicionar.

Nesse sentido, para Abramovay (1985), o acampamento não é apenas o produto da revolta e do desespero. Ao contrário, a decisão de acampar supõe grande maturidade política, organização, coesão, disciplina e, sobretudo, fé e esperança. O acampamento não é um aglomerado disforme de gente que não tem mais nada a perder. Ele é, isto sim, a expressão organizada da miséria, mas também da convicção de que a vitória sobre a fome e a pobreza seja possível. São formas inéditas de manifestação dos movimentos sociais de luta pela terra.

De acordo com Gorgen e Stédile (1991:47), “as ocupações devem servir para corrigir a injustiça presente e para mudança da legislação. Ocupar é um direito de legítima defesa de quem já foi ultrajado e expropriado de seus direitos fundamentais. Pois a terra e os bens da terra se destinam a todos os homens, e não apenas a alguns privilegiados”.

Hino da Reforma Agrária

*Agora nós vamos pra luta/
A terra que é nossa ocupar/
A terra é pra quem nela trabalha
A história não falha nós vamos ganhar.
Já chega de tanto sofrer,*

*Já chega de tanto esperar
A luta vai ser tão difícil/
Na lei ou na marra nós vamos ganhar.*

Hoje, discursos como o do MST, que são uma ruptura no discurso político neo-liberal, têm dificuldade de significar-se nessa margem em que muitos sentidos não podem fazer sentido do político, onde palavras como “movimento” podem significar algo sujeito à repressão porque resvala para o que, hoje, se considera como ilegal, indo na direção do que se considera “mobilização social” (ORLANDI, 1999: 66-7).

O sentido que o MST conseguiu impor à palavra ocupação a inseriu no vocabulário jurídico e no meio intelectual, ganhou força e sentido, esta por sua vez foi assumida como resistência política, na disputa de sentidos e significados, com o Estado e os proprietários de terra improdutivas. Isso impactou significativamente a memória coletiva e proporcionou o surgimento de novos aliados na luta pela terra. Este ato de transformar a palavra invasão em ocupação separa de um lado a legalidade (ocupação) e de outro a ilegalidade (invasão) do processo de assentamento. Dessa forma, o MST restabelece para as mãos do movimento social o poder de barganha jurídica sob a posse da terra para trabalho. Ao deslocar o sentido da ilegalidade para a legalidade de suas ações, por meio do verbo “ocupar”, o movimento dos trabalhadores rurais sem-terra produz efeitos na formação discursiva, a palavra “invasão” cai no carecimento, sob o domínio das disputas de sentidos e significados.

Nesse sentido, a primeira ação por parte do Estado (mesmo que o pedido seja impetrado pelo dono ou proprietário) é a do despejo.

A ação de despejo é uma tentativa (e em muitos casos sem sucesso, pois há acampamentos que duram muitos anos) de restabelecer a ordem de direito da propriedade privada, sentido herdado do liberalismo que atualmente encontra abrigo nas teses neoliberais do direito jurídico que funda o sistema capitalista, em que “O direito oficial só está preparado para resolver as questões individuais e nunca as coletivas” (LAGAZZI, 1998:119).

O que está em jogo é o discurso da invasão e o da ocupação. Nesse sentido, o discurso do MST cria um constrangimento para o Estado de Direito (neoliberal), desestabiliza a ordem vigente e ressignifica o sentido de ocupação; o sem-terra ocupa algo que não tem função social, ocupa uma terra improdutiva e, de acordo com o **Artigo 184**: “Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel que não esteja cumprindo sua função social”. Por isso, tem o direito dado pelo estado capitalista, previsto na constituição federal que lhe ampara. É a dialética como revanche.

Segundo Rodrigues (2006), esse processo enunciativo se revela como subversivo, uma afronta contra o Estado e um direito enquanto imperativo da classe trabalhadora.

Essa tematização coloca em questão o próprio “sentido” de direito, ou seja, há uma disputa do que venha a ser o “sentido” de direito pela terra. Nessa disputa pelo “sentido”, há um “sentido” e uma posição de afronta ao próprio Estado, como forma de disputar o “sentido”. O MST, a despeito de como o outro possa significar as suas práticas, na sua posição de afronta já imprime seu sentido: afronta, desafio, ocupação, pressão. (RODRIGUES, 2006:168)

Uma vez vencida, mesmo que transitoriamente, a batalha para se acamparem, surgem no horizonte outros desafios. Um deles, e que congrega, por sua vez, a totalização dos acampamentos são os núcleos. Nos acampamentos, o que podemos observar nas entrevistas é que os conflitos giram em torno dos núcleos e em seus setores. Esses núcleos são formados pelos grupos dos familiares e contêm coordenadores para assegurar o controle e inserção das ideias do MST.

Gonçalves (2005:114) observa que cada setor conta com um homem e uma mulher, cujas tarefas são identificar e resolver as dificuldades encontradas nos núcleos das famílias; é o que podemos observar no quadro a seguir desenvolvido pela autora.

Fonte: Gonçalves-2005

O espaço discursivo, as práticas e estratégias se conformam na assembleia geral, que é lugar das discussões, cuja função também é manter o espírito de coletividade e identidade dos sem-terras. Os núcleos possuem os setores de saúde, de segurança, de comunicação. Esses setores têm por meta contemplar todas as famílias em suas necessidades básicas nos acampamentos e outras formas de estabelecer uma ordem organizativa, que deem o mínimo de organização de controle sobre o espaço do acampamento.

Durante esse período, são discutidos vários assuntos, dentre eles as conversas sobre como organizar o assentamento para produzir com melhor qualidade, possibilitar um melhor escoamento das mercadorias e facilitar o comércio dos alimentos produzidos no futuro assentamento, ou seja, para que o assentamento possa se organizar em cooperativas ou associações. Discute-se também a forma de moradia, na forma de agrovila, ou individuais. Esses são assuntos que vão sendo colocados pelos coordenadores do MST, assuntos que geram conflitos, chegando até mesmo a expulsão

do grupo. O conteúdo da fala do assentado Pedro foi encontrado em formas distintas na voz de outros assentados.

Olha, foram várias pessoas que foram expulsas. Inclusive várias famílias. Inclusive eu fiquei muito triste com isso. Mas como eu fazia parte do coletivo que achava que aquela família tinha que ser expulsa, eu também tive que contribuir com o coletivo pra por a família pra fora. Foi através de briga que surgiram dentro do acampamento. Então no nosso espaço a gente não pode aceitar este tipo de coisa. Dentro do movimento a gente quando faz um acampamento, a gente tem um regimento dentro do acampamento. Então essas famílias, essas pessoas desrespeitaram o que tinha sido acordado, na construção do acampamento. A partir do momento em que as pessoas discordam de um acordo construído pelo coletivo, pelo coletivo ela tem que sair. (Entrevista com Pedro, em 16/9/2011, realizada por Amauri T.B. Nogueira)

O assentado Pedro, mais conhecido como Padre, é divorciado e pai de dois filhos, que não moram no assentamento. Motorista com o primeiro grau completo, católico, morava na área urbana, reside e trabalha no assentamento. Atualmente, é dirigente Regional do MST do Rio de Janeiro, e faz curso para Dirigente, para mudar de posição na hierarquia no movimento. O MST foi o primeiro movimento político de que ele participou. “Foi através de um convite de um amigo que me convidou pra ir pra uma reunião do MST, eu fui nessa reunião e comecei a frequentar até que a gente fez uma ocupação” (Entrevista com Pedro, em 16/9/2011, realizada por Amauri T.B. Nogueira).

Podemos deduzir a partir das falas que as expulsões são práticas e constituem estratégias comuns usadas nos acampamentos e assentamentos do MST. Barra (2007) dá um outro enfoque para a questão das expulsões em acampamentos. “No entanto, a eliminação da diferença, o esforço por expulsar do movimento os questionamentos e conflitos pode terminar por enfraquecer a própria estrutura que se quer preservar, uma vez que o que se elimina é uma parte da estrutura e não apenas alguns sujeitos” (BARRA, 2007:185).

Uma leitura possível por meio das expulsões é a limitação do diálogo, da negociação, que por seu turno limita o pensar e a contradição que é própria do ser

humano. A democracia é sempre uma negociação, dura muito tempo às vezes, mas é essencial, pois dá credibilidade, cria direitos e produz práticas libertadoras na sociedade. O desafio da democracia é ser negociada, renegociada permanentemente e, por conseguinte, o desafio do grupo em questão é viver nesta corda bamba do equilíbrio das tensões que estão subjacentes às relações humanas advindas das disputas de poder que tecem a trama espacial do vivido.

Podemos perceber que os acampados e assentados não se submetem às regras, mas negociam e tentam ser ouvidos em suas posturas. É necessário que o MST, enquanto movimento, e os líderes assentados percebam que o conflito é um jogo que demanda negociações multilaterais. O MST está sendo interpelado pelo Outro do acampamento/assentamento. Há sutileza nessas negociações em uma linha limítrofe imediatamente justaposta.

O discurso da luta contra o capital, a luta de classes, tenta transformar o caipira, o camponês em proletariado, por meio de suas cooperativas, negando, por sua vez, que existam nos acampamentos e nos assentamentos, flores a desabrochar, a vicejar, existem afetos, desejos a serem preservados. Assim, existe o sujeito-sensível-objetivo, o sujeito ontocriativo, que produz pontos de fuga espaciais em canais de diversos percursos e agenciamentos territoriais tanto material quanto imaterial, simbólico ou concreto. “A cidadania se constrói como um processo interno, no interior da prática social em curso, como fruto do acúmulo das experiências engendradas” (GOHN, 1999:16).

É uma luta pelo reconhecimento. Os acampados e assentados nos fazem pensar que eles querem construir e significar juntos o processo de constituição, implantação e consolidação dos assentamentos.

Todos os acampados e assentados querem, desejam e sabem que as regras (regimento) são de suma importância para que o movimento prospere, mas não aceitam

que em nome do coletivo se anule a pessoa humana, naquilo que a civilização produziu de mais sagrado, a sua liberdade, de todos e de cada um. Aliar revolução (esquerda) com liberdade e cidadania é o desafio do século XXI, para os movimentos sociais, em especial o MST. Na democracia cidadã repousa a práxis libertadora que engendra o laborativo (produção) e o existencial (reconhecimento), parteira de um porvir revolucionário.

Acreditamos que expulsar qualquer pessoa ou família do acampamento e assentamento não encontra justificativa plausível. Sabemos que as decisões em nome do coletivo podem ser manipuladas. Nesse sentido, para que o MST se torne revolucionário, ele deve respeitar as diferenças, respeitar o outro, pois é no encontro com o outro, o diferente, os individuais ou coletivos que se encontra o limite da nossa liberdade. Ou seja, onde começa a minha liberdade, não termina a sua, mas começa a nossa liberdade; e essa nossa liberdade precisa ser negociada. Se com o “cumpadre” não se “negueia”, com o outro sim. Em nosso entendimento, a base dessa liberdade se encontra na cidadania, ou melhor, na identidade cidadã.

No decorrer do processo de ocupação e acampamento surgem as lideranças no próprio interior do movimento.

As pessoas vão se destacando nas tarefas, no dia a dia. Aí a própria comunidade vai dando referencial àquela pessoa. Aquela pessoa vai se disponibilizando mais, vai estudando, vai aprendendo a lidar com as pessoas, vai adquirindo respeito da companheirada. Aí essa pessoa naturalmente vai se despontando. Aí os cursos que tem, que são vários. O movimento faz o convite no geral. E geralmente estas pessoas que vão se despontando logo se indica pra fazer o curso. Porque também se você começar a indicar as pessoas, a chamar aí já inicia um processo meio distorcido. As pessoas vão porque estão sendo convidadas e tudo, então é bom que faça esse convite no geral. Aí então essa pessoa que está se dispondo ela se apresenta para fazer o curso. (Entrevista com Nelson, em 16/9/2011, realizada por Amauri T.B. Nogueira)

Aqui neste momento transparecem as lutas pelo reconhecimento, pela personalização, individuação e a afirmação da liderança. As lideranças vão se apossando

de uma atitude performativa. Assim, Pinheiro (1998), em sua análise sociológica sobre lideranças assentadas intitulada *O Batismo de Fogo*, nos fornece uma visão sobre como historicamente elas foram sendo construídas.

Pinheiro (1999) buscou recompor as trajetórias das lideranças nos seus períodos de formação, ação e institucionalização. Segundo o autor, as lideranças atuam em disputas no dia-a-dia e neste período ficam expostas a duas formas de agir; uma no interior dos assentamentos e outra nas instituições que fazem interface com a sociedade, pondo-se entre eles e a sociedade brasileira e entre eles e o poder do Estado. Portanto, o que define o líder não é apenas a boa ideia ou a capacidade de condução, mas também a relação que ele possui com os demais, a forma como suas propostas são acolhidas pelo grupo. (PINHEIRO, 1999:198)

Nas nossas observações, por meio das entrevistas, percebemos que as lideranças vivem na corda bamba, no fio da navalha, sobretudo quando não têm apoio do movimento como é o caso do Roseli Nunes. Esses sujeitos sofrem desde ameaças verbais até ameaças físicas. Dessa maneira, para se tornarem e continuarem lideranças em acampamentos e assentamentos passam por um “batismo de fogo.” Essas lideranças têm que se apropriar do discurso do MST por meio de suas práticas, estratégias sob a égide contraditória da presença e ausência.

A resposta dos esforços das lideranças, acampados, MST e demais segmentos resulta na resposta positiva do Incra.

Foi o que aconteceu no dia 19 de abril de 2007, em que o Incra deu o documento de posse às famílias do Roseli Nunes. Tal ato proporcionou uma transformação de aparente simplicidade para uma passagem complexa de acampamento para assentamento. Os acampados saíram da lona preta da beira da estrada e foram para o pré-assentamento, lugar onde vão disputar entre si e com outros assentados as condições materiais de

sobrevivência, de produção, acesso a bens públicos e outros.

Fonte: Website -03/08/2005, Comemorando a ocupação. Dia 2 de agosto de 2003: Mário Lago.

Aqui ganha relevo a fala de Rodrigues: “o MST funda um discurso novo, o Discurso de Reforma Agrária pela Ocupação, como forma de resistência pela luta” (RODRIGUES, 2006:20). Segundo Stédile e Fernandes (1999:113), “a ocupação é o que deu vida à luta pela terra. Sem ocupação, o MST não nasceria e sem ela morre”.

A conquista da Terra é a conquista do discurso, da prática, da estratégia e da representação. É a conquista de um direito fundamental à terra de trabalho, lugar de abrigo e aconchego sobre o direito capitalista da propriedade privada.

No acampamento, mediante os conflitos, podemos perceber que o MST emerge como sujeito discursivo por meio da presença enunciada nos momentos das práticas e estratégias de lutas por seus interlocutores. Fica claro pelas falas que o discurso do MST tem seu correlato no discurso dos acampados (esse correlato não é superposto, mas contraditório). Assim, as práticas discursivas do movimento intervêm no discurso do Incra, influenciando suas práticas e forçando-o a se reformular sob novos rearranjos

discursivos.

Os sujeitos e segmentos, em solidariedade com o MST, delineiam as práticas e estratégias cuja meta é a unidade do coletivo. Mesmo que esses sujeitos passem anos a fio nos acampamentos, não criam identidades territoriais, mas produzem um processo de *identificação territorial*. Pois são produzidos na transitividade da produção de sentidos e significados, em seus deslizamentos, tanto os espaços, quanto seus territórios são enunciados no sentido transversal, daí sua negação, daí sua fragilidade, daí sua efemeridade, daí sua carência.

Esses indivíduos são contemporâneos, pois partilham uma comunidade no tempo e, igualmente, são consórcios, pessoas que se encontram umas com as outras em qualquer curso da vida cotidiana. Eles compartilham, assim, embora breve ou superficialmente, de uma comunidade não apenas no tempo, mas também no espaço. (GEERTZ, 1989:152).

Os espaços territoriais transitórios são sempre contingentes, dando a entender que os sujeitos estão sempre se des-re-territorializando, transbordando em linhas de fuga, como se estivessem permanentemente preparados para a partida.

Os espaços e territórios transitórios são peremptoriamente negados pelos sujeitos envolvidos no processo de ocupação/acampamento. Esses espaços e territórios transitórios vão sendo apropriados e marcados pelos sujeitos com a presença discursiva do MST, sob suas biografias individuais que os ressignificam com suas práticas e estratégias.

O processo de representação envolvendo os sujeitos locutores enunciativos e os sujeitos interlocutores enunciadores sob o jogo do conflito é como um espelho repartido, quebrado, estilhaçado, que, ao mesmo tempo em que reflete, é reflexo, de indivíduos ou grupos, coisas ou objetos, seus cacos, seus pedaços que, uma vez colados um a um, produzem mapas sociais, mentais, culturais, políticos e econômicos.

E sua(s) imagem(s) do processo que replica é o movimento entre a representação-representante-representado e está(ão) sempre nesta disposição, o lugar da construção e configuração da representação fluida, volátil, apresentando um espetáculo encantado, caleidoscópico, multiforme. Ora é modernidade, ora é pos-modernidade. É o movimento no limite dos territórios, dos fluxos das des-re-territorializações cotidianas dos microespaços, das microrrelações, das chaves espaciais, fruto da constante redefinição espacial do outro. Com suas implicações, sentidos, interpretações, intencionalidades, usos, domínios e apropriações em um espaço(s), ligado, marcado e alcançado pela rede espacial de trajetórias laborativas e existenciais.

Esse processo se conforma em uma totalização simbólico-concreta, ou seja, por melhor que seja colado, sempre será um espelho quebrado, fraturado, aí a sutura que possibilita sua colagem, bricolagem produz uma unidade dialética e contraditória, no pensamento e na vida. Aí, cada pedaço, ou vários pedaços, achados, encontrados, a seu modo, a sua maneira, de um jeito ou de outro, desloca aqui e acolá, em suas múltiplas relações, em seus meandros, performatizando um movimento sempre aberto e espiralado, cujo fim nunca é alcançado.

Isso significa que quando nos aproximamos,⁹ nos surpreendemos, pois este parece que está sempre mais adiante, como o nosso universo sempre se expandindo, num processo de explosões infundáveis, intermináveis. A cada encontro, a cada achado, em cada momento, em cada instante do possível, de sua negatividade, revela uma e/ou várias faces da totalidade concreta (biografia individual). Nesse sentido, o MST emerge

⁹ Aproximamos-nos do real e da verdade, que não é absoluta não porque seja relativa, mas porque nunca é alcançada, já que se o fosse acabaria o sentido e o significado da ciência. Quando terminarmos nosso trabalho de doutorado, logo ou quase imediatamente surgirá um outro. Isso acaso significa que a verdade deste novo trabalho transformou o nosso em mentira, farsa ou é mais verdadeiro que o nosso? Não, em hipótese nenhuma. Significa que ele, a partir do nosso, ou a partir de outro, colocou a verdade mais adiante ao se aproximar dela, nós tentamos e ele também, mas a verdade escorregou, deslizou por entre nossos dedos e foi se misturar a outros trabalhos, a outras verdades, tão importantes quanto as nossas, então ela virou eterna, pois é efêmera e fugaz.

como sujeito discursivo e representa a si mesmo e ao outro (Estado), sob a dupla face da representação-representado, da presença e da ausência, na busca de um contra-discurso. Dessa maneira, estão todos e cada um na espera de um lugar dito, marcado e alcançado: *o assentamento, a terra da esperança.*

**Fonte: Website - 03/08/2005, Preparando o terreno no assentamento Mário Lago:
Dia 2 de agosto de 2003**

A chegada ao assentamento, no lugar marcado, alcançado e ligado, é também o momento dos conflitos sob a ordem produtiva, organizativa e a luta pelo reconhecimento. Suscitando por sua vez relações espaciais que passam a se concretizar no assentamento fruto das trajetórias de conquistas em que a história desses sujeitos geográficos, vivenciadas no cotidiano da nova sociabilidade que se apresenta, propõe a reconstrução das utopias e restabelece um novo sentido de pertencimento.

A nossa luta é como uma tempestade. Quando dá a tempestade que vem a enxurrada ela traz de tudo; traz o que presta e o que não presta. Conforme cessa a chuva e a água vai se acalmando ela vai se clareando entendeu. Então, quando ela vai clareando ela vai se tornando coisa mais real, mais aparente. E aí, quando ela não clareia jamais, é porque o oportunismo, a falta de companheirismo

vigorou. Agora, quando ela clareia, quando ela torna-se transparente é a solidariedade é a revolução que triunfa, entendeu. Nós estamos no período de águas turvas (risos). O que não podemos é perder a esperança. (Entrevista com Nelson, em 16/9/2011, realizada por Amauri T.B. Nogueira)

No momento da produção espacial, nos assentamentos, dispõe-se no nível do cotidiano um momento da ruptura, da descontinuidade. Nessa perspectiva, há algo de depressivo, de perda de sentido e, a partir daí, todas as ações ou a maioria delas têm o objetivo de recuperar, suturar, costurar as fraturas da vida.

A memória discursiva se territorializa, desterritorializa e reterritorializa em linhas de memória, no simbólico e no concreto. Segundo Bosi (2004), “há, portanto uma memória coletiva produzida no interior de uma classe, mas com o poder de difusão, que se alimenta de imagens, sentimentos, ideias e valores que dão identidade àquela classe” (BOSI, 2004:18). Nesse momento, a carga da cotidianidade pesa sobre cada sujeito e revela o drama da ritualização da vida, nas ações humanas do dia-a-dia com seus mitos, ritos, danças, cantos, encantos, costumes, afetos, sentimentos; mas também se revela no lado sombrio, turvo, tempestuoso.

Entendemos que esse contexto se justifica pelas disputas espaciais outrora produzidas durante as ocupações, que continuam nos acampamentos e não cessam apenas porque os assentados conquistaram a terra, transportados em alguns casos produzindo efeitos nefastos. Quando chegam ao assentamento definitivo existem conflitos resolvidos, mas também os mal resolvidos, e os conflitos a resolver. Nesse cenário, produzem-se sonhos, esperanças, mas também frustrações, tensões e conflitos em virtude das expectativas não alcançadas pelos sujeitos envolvidos.

Se no acampamento os conflitos se expandiam para fora, transbordando para as ocupações, agora, no assentamento, não há uma válvula de escape, as linhas de fuga retornam com seus efeitos para dentro do assentamento como um bumerangue, como se

o espaço se dobrasse, se desdobrasse e redobrasse. Isso ocorre devido ao ritmo do cotidiano que não comporta mais a ilegalidade, a ruptura que outrora se assentava no discurso revolucionário da ocupação.

Essa situação produz, por seu turno, deslocamentos, movimentos, ritmos, dotados de sentidos que ganham relevo por sua posição, que empurra para fora, ou puxa para dentro, e em alguns momentos permanece ao redor, e em outros momentos, à margem do processo. Assim, as relações se desgastam, se esgarçam na trama da tensão e se configura um estado de letargia, mesmice, desesperança e incerteza. Isso se revela nas falas de Nelson: “O assentamento é uma experiência de muitas incógnitas de muitas dúvidas” (Entrevista com Nelson, em 16/9/2011, realizada por Amauri T.B. Nogueira).

Na disputa de sentido e significados, um outro tipo de conflito surge: a representação do espaço. A partir dos inúmeros conflitos entre individuais e coletivos, entre cooperação e não-cooperação, o MST acolheu a tese de Matheus (2003), que versa sobre a Comuna da Terra, uma crítica ao modelo Tradicional de divisão de lotes nos assentamentos, sua gestão, sua organicidade e sua sustentação.

A proposta consiste em organizar núcleos de economia camponesa próximos aos grandes centros urbanos, com o primeiro objetivo de massificar a Reforma Agrária, possibilitar o acesso à terra para essa população que no passado veio do campo para as grandes cidades, que percorreram um longo caminho no processo de migração, saindo dos seus estados de origem, indo para outras regiões do país à procura de oportunidade de trabalho no campo e acabaram nas grandes cidades, uma parte dessa massa ainda sonha com a terra e com o campo e está disposta a lutar pela Reforma Agrária. O segundo ponto importante da Comuna da Terra é que podemos desenvolvê-la numa área de terra bem menor que o modelo atual utilizado nos assentamentos rurais, assentar muito mais famílias, ou seja, entre 2 a 5 hectares de terras, garantir a sustentabilidade das pessoas e também possibilitar uma renda, desenvolvendo a produção de forma planejada e diversificando a exploração racional dos recursos naturais como solo, água e meio ambiente com a produção orgânica ou ecológica de cereais, horticultura, frutas e criação de pequenos animais. (MATHEUS, 2003:42)

Este novo modelo de assentamento está calcado na ideia de que existe uma volta da população urbana para o campo, que envolve os trabalhadores desempregados dos grandes centros que outrora foram de alguma forma agricultores e pretende também abarcar os que nunca foram. Segundo Matheus, que faz parte da diretoria estadual do MST de São Paulo, apresenta uma ação geopolítica. Assim, a Comuna serviria para viabilizar:

- o parcelamento dos lotes com modelo radial, levando-se em consideração a nucleação familiar;
- um modelo rural-urbano do assentamento;
- a sociabilidade, a partir da maior aproximação das pessoas;
- espaços reservados para áreas comunitárias, por exemplo um projeto agroecológico e produção orgânica;
- a utilização de novas tecnologias de produção;
- a organicidade do grupo;
- a organização do assentamento em cooperativa, o que facilitaria o trabalho coletivo, onde a terra seria um bem comum;
- a localização próxima aos centros urbanos;
- o escoamento da produção e o financiamento dos meios de produção mais baratos;
- a formação de pequenas agroindústrias e atividades não-agrícolas;
- a aproximação dos assentados em núcleos de afinidades.

Essas ações por sua vez serviriam na visão do autor para:

Proporcionar a possibilidade concreta de um espaço, formar uma comunidade de economia camponesa, um território em que as pessoas

possam morar, trabalhar, ter alimentação garantida com possibilidade de renda, com espaços garantidos para atividades sociais e culturais e ainda mais em contato com a terra e a natureza, certamente é o sonho de muitas pessoas. O importante é que esses núcleos permitirão a convivência e o desenvolvimento social, por estarem próximos e organizados, facilitando o planejamento na educação, saúde, esporte, lazer e cultura e também na moradia, como por exemplo a questão do saneamento básico. (MATHEUS, 2003:43).

De acordo com Tavares (2007), em maio de 2007, iniciou-se o trabalho de Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), esse programa foi criado para desenvolver um trabalho diferenciado nas áreas de Reforma Agrária, uma parceria entre Governo Federal, coordenado pelo INCRA em conjunto com os movimentos sociais e instituições ligada à Reforma Agrária.

A equipe de ATES, dividiu o trabalho de reconhecimento do grupo de assentados no Roseli Nunes em dois momentos:

- no primeiro momento desenvolveu-se uma ação para levantar dados qualitativos e quantitativos;
- no segundo momento procurou-se entender a organização política do assentamento.

Nesse período, a equipe de ATES¹⁰ se organizou em conjunto com os moradores dos núcleos do Assentamento Roseli Nunes e desenvolveu uma construção coletiva dos mapas, que foi uma oportunidade dos assentados conhecerem os “limites” e a “possibilidades” do território do assentamento.

¹⁰ FONTE DOS MAPAS: DA FIGURAS 7,8, 9: TAVARES, P. **Análise da contribuição da metodologia do processo de planejamento** e organização dos assentamentos (PPOA) na construção de novas estratégias de desenvolvimento rural em áreas de Reforma Agrária. 2009

Figura 7: Mapa falado feito pelas famílias do Núcleo Dandara dos Palmares. Fonte: equipe de ATES.

Figura 8: Mapa falado feito pelas família do Núcleo João Pedro Teixeira. Fonte: equipe de ATES.

Figura 9: Mapa falado feito pelas famílias do Núcleo Zumbi dos Palmares. Fonte: equipe de ATES.

Ao desenvolverem esse processo de construção coletiva dos mapas (croquis), surgiram vários debates que versaram sobre a organização do assentamento, foram feitas várias reuniões nos núcleos, cujos debates se orientaram na formação das ligações com o poder público, na forma de moradia, na organização da produção, do transporte, do lazer, da escola, da Igreja, saneamento básico, luz elétrica, posto de saúde, áreas coletivas, áreas individuais, sobre a qualidade do solo, recursos financeiros, ocupação do território. Tais debates tinham como meta: “Após o debate sobre o parcelamento, o Plano de Desenvolvimento de assentamentos (PDA) foi enviado ao INCRA, para avaliação e aprovação, a fim de nortear as ações a serem efetuadas para o desenvolvimento do assentamento. Prevendo o parcelamento e liberação dos créditos de instalação e de infraestrutura produtiva.” (TAVARES, 2009:50).

Na representação espacial, o conflito se põe também sobre as questões de gênero. De acordo com Gonçalves (2005), a partir de dois modelos de mapas (tradicional e raio de sol), desenvolve-se uma leitura sobre a produção espacial no processo de assentamento, no tocante à disputa do gênero, em que se afirma que as diferenças de tempo e espaço começam pela forma como os lotes são divididos. A divisão é uma imposição do estado, e por sua vez afasta as pessoas da vida coletiva. “Neste modelo, chamado retangular ou, numa linguagem do(a)s assentado(a)s o quadrado burro, as casas ficam a quilômetros de distância umas das outras, dificultando qualquer convivência mais coletiva. A dispersão das moradias nos lotes pode ser restritiva para a agregação e realização de ações coletivas como as que existiam nos acampamentos” (GONÇALVES, 274:2005).

Vejamos o mapa retangular que Gonçalves (2005) nos apresenta:

Fonte: Gonçalves, 2005

Segundo Gonçalves (2005) no modelo a seguir denominado, raio de sol, existe mais liberdade, para criar o novo:

Fonte: Gonçalves, 2005

Neste modelo, Gonçalves (2005) observa que existem possibilidades de se criar a partir da divisão dos lotes uma outra forma de trabalhar a questão de gênero. Pois esta disposição dos lotes e das moradias pode criar novos hábitos de convivência social. Neste novo modelo, as habitações se fariam por meio de Núcleos de Moradia, onde as casas formariam um círculo e os lotes começariam no quintal e se ampliariam para fora, de forma a permitir que as casas vizinhas proporcionassem uma melhor aproximação dos assentados, mantendo a vida coletiva semelhante àquela do acampamento.

Ou seja, “o novo modelo de assentamento possibilita outra mudança fundamental e que toca diretamente nas relações de gênero: a diminuição da divisão territorial do trabalho em função do sexo. No capitalismo, a separação da casa do local de trabalho, impôs uma divisão sexual do trabalho em que, como observamos, a mulher

fica circunscrita à esfera da reprodução e o homem à esfera da produção” (GONÇALVES, 285:2005). De acordo com a autora, uma mudança geográfica por si só não muda as relações de gênero, mas “este redesenho territorial pode, portanto, abrir espaço para uma revolução dentro da revolução” (GONÇALVES, 285:2005).

A divisão dos lotes de forma apresentada pelo MST, voltado para o modelo raio de sol, apresenta formas distintas de recepção por parte dos assentados, é o que podemos perceber na pesquisa de Raggi (2009). Segundo o autor, no momento de aplicação do Plano de Desenvolvimento de assentamentos (PDA) em um assentamento em Minas Gerais, na tentativa de implantar o modelo raio de sol foram encontrados dois grandes impasses. O primeiro, de ordem técnica, dizia respeito à incompatibilidade entre os desejos das famílias e a capacidade de assentamento da fazenda. A propriedade tinha o solo muito degradado e cheio de erosão. O segundo, de ordem política, dizia respeito à incompatibilidade dos desejos das famílias e os princípios do MST, ligados à criação do novo assentamento, além do MST ser contra a criação de gado extensiva, o mesmo incentivava a propriedade coletiva da terra e o trabalho de cooperação (RAGGI, 2009:10).

Devido à irredutibilidade das famílias em relação às negociações, o conflito saiu da ordem técnica e passou para o conflito de poder entre as lideranças das famílias assentadas e os líderes do MST:

A discussão acabou ganhando o caráter de uma disputa de poder sobre o assentamento entre lideranças locais e dirigentes do MST. As limitações técnicas foram deixadas de lado e a disputa pela forma de reforma agrária, através do parcelamento coletivo ou individual da terra, ou pelos conteúdos de reforma, através do embate entre os desejos dos assentados e dos princípios do MST, tomaram conta da discussão de forma a inviabilizar o consenso entre as partes. (RAGGI, 2009:12).

O jogo do conflito ganha contornos dramáticos no momento das discussões sobre onde morar, no coletivo ou individual. Esses conflitos são do ponto de chegada nos assentamentos, de modo que as análises nas ciências sociais sofrem com as dificuldades para compreender as posturas das revoltas e da não aceitação dos sujeitos e dos grupos envolvidos, mesmo quando os encaminhamentos do coletivo, individual, cooperativa, agrovila, comuna da terra, e outras destas questões são colocadas nos acampamentos.

Se pegarmos os mapas propostos pelo ITESP (tradicional), pelo MST (raio de sol) e pelos acampados ou assentados, veremos que o conflito se estabelece no ponto de partida, na confecção dos mapas. Quando os mapas do MST e do Estado chegam aos acampamentos e assentamentos, chegam sob tensões e conflitos. Pois na configuração de onde morar, onde vai ser o quintal, onde vai ficar a Igreja, a área de lazer, a escola e outras, revela-se o que aparentemente estava oculto nos mapas propostos.

Essa dinâmica de fazer mapas junto com a comunidade no momento foi muito interessante e criativo, mas com o passar do tempo e com o resultado não atendido os assentados se sentiram enganados e frustrados.

Tem alguns técnicos que vêm contam algumas histórias de carochinha pra gente, brinca de fazer casinha. Igual vieram mandaram a gente escolher nossos modelos de nossas casas né. E lá no terra da paz pelo que eu to vendo vai acontecer a mesma coisa. Cada um que se vira pra fazer a sua. Então pra que escolher um modelo de casa se você e vai fazer a sua. Eles vêm conta umas historinha bonitinha sabe faz você perder um dia inteiro de trabalho, você vai porque é educado tem que ouvir. Muitos são educados graças a Deus ele vêm trata a gente bem. Pelo menos isso. Eles dão assistência sim, pouca mais dá. (Entrevista com Rita de Cássia, em 17/9/2011, realizada por Amauri T.B. Nogueira)

Pois no momento em que estão em grupo configurando os mapas, estão produzindo um espaço, a sua imagem e semelhança, mas quando vão para o lugar definitivo, vão pôr uma ordem que não encontra apoio no grupo, é uma ordem que não

foi negociada, debatida por isso não ouvida. Aí o conflito se acentua, pois os assentados são sensíveis às orientações do MST, mas existem cavidades, pontos porosos, que permitem o questionamento.

O Estado e o MST possuem um plano, que ambos querem traduzir em uma estrutura espacial; assim, o espaço é pensado de acordo com a projeção e orientação dos enunciadores em curso. O momento da configuração dos mapas revela também um espaço de contradição e de disputa, pois, segundo Tavares (2009), os mapas foram construídos a partir de muitos debates.

Após o debate, as famílias consideraram a importância das casas serem próximas, mas com certa distância para não interferir na privacidade, e estarem dentro do lote, como na experiência dos núcleos de moradia. Acharam interessante a divisão dos núcleos por afinidade de produção, pois a proximidade das casas, facilitaria a cooperação. (TAVARES, 2009:46).

É sempre uma forma angustiante de produção e reprodução de sentidos e de significados. É uma interferência discursiva, no mundo do Estado capitalista, na produção de um enunciado transversal. Isto é, a possibilidade de criar espaços possíveis de mudança, na busca de uma transferência de sentidos e significados.

Nesse sentido, Gomes (1997) argumenta que o arranjo das coisas no espaço, se relacionado às relações sociais, aos conflitos, que existem e resistem, pode dar conta das práticas sociais que se processam no espaço.

Para que determinadas ações se produzam, é necessário que um certo arranjo físico-espacial seja concomitantemente produzido. Os exemplos são inúmeros, e poderíamos falar do espaço interno de uma casa, que em certa medida pressupõe, limita e condiciona as práticas que vão ocorrer. É claro que há sempre enormes possibilidades de transformar estas práticas e de arrumar este espaço. O modo como as pessoas dispõem seus móveis e equipamentos de forma diferente dentro de um edifício que possui uma mesma planta básica dos apartamentos é o sintoma disto. Entretanto, na maneira como o espaço está dividido e pela forma de arrumá-lo, pressupomos limites diferenciais, por exemplo, nos níveis de intimidade com as pessoas, tanto entre as que ali habitam quanto com aquelas que por ali passam. (GOMES, 1997:37)

Os desenhos dos mapas passam a ser a forma e o conteúdo das representações do espaço e do espaço das representações. Neste momento as representações organizam, demarcam e influem na produção do espaço, que se encaminha como possibilidade de concretização das mediações simbólico-culturais que conformam identidades sem-terra. Os mapas conformam-se como símbolo do mundo, não fazendo referência ou representando a nenhuma outra coisa a não ser o mundo da vida, aquele que se plasma espacialmente, por identidades culturais cruzadas, atravessadas por múltiplos territórios, que vão do profano ao sagrado.

Nesse sentido os mapas são constituídos sob olhares multifocais. A produção de mapas constitui uma realidade topográfica, pois os mapas são espaços visuais criados pelos assentados que expressam signos que revelam o lugar onde estão e o desejo onde gostariam de estar, ou seja, a presença e a ausência. É o momento do encontro de cada um consigo mesmo e com os outros, nesse momento, o que os une é justamente a ausência.

Os diversos mapas indicam os pontos de vistas distintos, que podemos inferir sobre as etnicidades, o gênero, a hierarquia, as idades, os sexos, que não aparecem senão na representação, no momento da configuração dos mapas, pois o lugar onde deve ficar isto e aquilo revela um pouco de cada um e de todos, desde a religiosidade até o espaço do lazer, das atribuições. A formação da agrovila, da comuna da terra, da cooperativa, da escola, da igreja, da forma de plantar ou de morar também são práticas e estratégicas. Ao se separarem em agrovila ou comuna, estão mudando o modo de vida aquele que se aproximava do rural cultivado no acampamento e passa para o urbano sob o controle disciplinador do líder, do técnico do Estado e outros.

A forma de disposição dos objetos materiais na Agrovila ou na Comuna revela-se uma tentativa de forçar os assentados a entrar em relação social um com os outros,

mas a dimensão espacial joga com o vivido e aí entram no jogo outros elementos norteadores das ações humanas que extrapolam os objetos materiais como a luta pelo reconhecimento que encerra valores, normas que entram em atrito com as propostas do MST e os demais segmentos. “o espaço que une e separa os homens”.

No mapa, a Agrovila e a Comuna da Terra tornam-se uma localização funcional do lugar da escola, do posto médico do ponto de ônibus, o espaço privado, o espaço da vizinhança pública e social, onde se executam tarefas políticas e sociais, é o lugar da funcionalidade, mas do poder que se pressupõe político e legítimo pelos segmentos envolvidos no processo. Nestas disposições, há uma tentativa de fazer uma continuidade espacial.

Os mapas são também recriações das memórias espaciais, dos trajetos dos grupos e pessoas, dos olfatos, dos tatos, dos desejos, dos odores, dos sabores, dos afetos, é um espaço das emoções, que se articula com o enunciado transversal do MST, que por sua vez sugere, condiciona e determina uma outra lógica do pensar, no econômico e no político, ou seja, nas relações de poder, que, por seu turno, não marcam e demarcam só a posição dos grupos na ocupação do espaço, mas, o posicionamento político dos mesmos.

Dessa maneira, pesa o descontentamento da assentada, dos conflitos de gêneros e grupos. Os mapas vistos em seu conjunto nos possibilitam pensar na disputa da representação do lugar, por conseguinte, fruto de embates e conflitos na produção de um espaço concebido, aquele do afeto, do abrigo e do aconchego, que por seu turno desloca a tensão do inesperado para o recanto da memória, na presença e na ausência, aquele da rua, da chuva, da fazenda ou da casinha de sapê, que traz como forma uma produção espacial, materna de afetos, singela na beleza e tradutora de esperanças; aquele espaço concebido e partejado de futuro.

Mas uma esperança fecundada no discurso e nas práticas do MST em que o movimento se plasma como significante e os acampamentos e assentamentos como seus significados. As experiências espaciais tanto num caso, como no outro, são territorializadas por e entre uma combinação contraditória e desigual, de tempo e de espaço, uma construção da sagacidade humana e da centelha produtora de vida, que risca o chão, que configura sonhos, une um grupo e ilumina todo um movimento, que por seu turno inquieta uma nação. “No seio de algumas das mais infernais situações dos últimos séculos, os cientistas sociais têm se deparado com projetos indômitos (altivos) de reconstrução coletiva” (SAHLINS, 1997:56).

Para Raggi (2009), aí se encontra o grande limite do MST, enquanto movimento social que é criar novas pessoas, mas, em contrapartida, aí também está seu maior potencial transformador e seu maior desafio. Uma vez alcançado este objetivo, o MST poderá transformar a reforma agrária de distribuição fundiária para uma transformação da sociedade brasileira.

A nosso ver, a tendência transformadora que o conflito produz engendra a possibilidade da releitura do processo sob o prisma da construção de sujeitos, ou seja, valores, autonomia, liberdade, restabelecimento da dignidade perdida nos processos de migrações desses sujeitos e, sobretudo, a possibilidade de sobrevivência a partir da (re)conquista dos meios de produção que outrora lhes foram expropriados, espoliados.

O Boletim do MST com o título: ***Mutirão na comunidade Roseli Nunes*** traz em sua informação um início de experiência com o mutirão no Assentamento Roseli Nunes. É uma tentativa de criar uma comunidade a partir do trabalho cooperado.

Mutirão na horta da Rita

Foto: Celso Antunes, assentado no Roseli Nunes

No texto o MST procura explicar o que é um mutirão e como será organizado. “O mutirão é uma iniciativa que os companheiros e companheiras da Comunidade Roseli Nunes encontraram de integração, troca de experiências e de solidariedade. Somente desta maneira foi possível transformar um latifúndio que não produzia alimentos em uma grande área nas mãos de camponesas e camponeses produzindo alimentos saudáveis para suas famílias e para comunidade de Pirai e quem sabe um dia para o Brasil e o mundo, livre de agrotóxicos e de fertilizantes minerais sintéticos”. “Quem sonha grande põe os pés na estrada” como já disse o poeta Ademar Bogo. (Boletim nº 32, MST/RJ)

A tentativa é de cunho democrático levando em consideração que os assentados produzem um cronograma a partir das necessidades de cada um. A proposta do lanche e do almoço coletivo serve para intensificar as relações entre os assentados. “O mutirão segue um planejamento feito pelo grupo, onde todos os participantes recebem o mutirão em sua terra. A escolha da família que receberá o mutirão é feita através de sorteio. A família que recebe é responsável pelo lanche e por planejar a atividade que será realizado no dia. O trabalho é realizado das 7:30 as 11:00 hs. Quando o mutirão for feito na última família, será realizado um almoço coletivo, onde será feito o novo planejamento do mutirão.” (Boletim nº 32, MST/RJ)

Hora do lanche: foto Celso Antunes

O comunicado termina deixando um convite para os demais assentados que quiserem participar da empreitada. “Estamos começando essa experiência, quem quiser contribuir com novas ideias será bem aceito, e se quiserem trabalhar no mutirão também serão bem-vindos. A Comunidade Roseli Nunes, fica no município de Piraí, na Antiga Fazenda da Cesbra, ocupada pelo MST, em 6 de março de 2006. Hoje se encontram 39 famílias assentadas no local.” (Boletim nº 32, MST/RJ)

É interessante que, no chamamento, o Celso Antunes é uma das lideranças do MST/RJ e, no assentamento Roseli Nunes, usa o boletim do movimento para dar visibilidade à experiência que está ocorrendo no assentamento. E ao mesmo tempo se esforça para manter a unidade do coletivo a partir do trabalho, da partilha e da comunhão. O trabalho que deve ser dividido com os outros assentados, todavia, não deve servir de fadiga, mas sim servir de otimismo e esperança. É a partir do discurso do MST que se conforma o espaço que dá sentido à diferença e permite fundar o sentido de grupo. Uma vez mediado pela representação discursiva, o acampado ou assentado se reconhece no discurso, porque essa mediação permite ao sujeito geográfico se reconhecer no objeto desejado.

Atualmente, no Assentamento Roseli Nunes, não existe mais esta experiência nos moldes propostos no texto acima, ou seja, no mutirão.

No primeiro momento não só após a ocupação que a gente teve um pouco esta discussão. Que inclusive a gente tava pensando na área de fazer um PDA. As pessoas diziam que o coletivo não era importante, que as pessoas, elas dentro do coletivo, aproveitava um da outra, que o coletivo não funcionava. Então, eles usavam esse argumento. Então nosso argumento era que o pequeno coletivo que a gente tinha dentro do acampamento, a gente usava assim apresentando as formas de produção dentro do coletivo a gente conseguia produzir numa quantidade maior do que as pessoas produziam individual. Inclusive tinha a liderança lá que é a Luciana que fazia parte da liderança na época do movimento que era a favor desta forma de organizar o coletivo, e uma outra senhora da Igreja representante da Igreja, que

contribuía muito com o acampamento que chama dona Antonia. O acampamento ele se desfez dentro de outras áreas, a gente vê as pessoas trabalhando na individualidade. Hoje no assentamento coletivo não tem. (Entrevista com Pedro, em 16/9/2011, realizada por Amauri T.B. Nogueira)

Segundo Orlandi (1999), “o que foi censurado não desaparece de todo. Ficam os seus vestígios, de discursos em suspenso, in-significados e que demandam, na relação com o saber discursivo, com a memória do dizer, uma relação equívoca com as margens dos sentidos, suas fronteiras, seus des-limites” (ORLANDI, 1999: 67).

A assentada Jovem dos Santos de Anel, esposa de Nelson, que é um líder assentado, morava na área rural, é dona de casa, estudou até a sétima série, católica, mãe de quatro filhos e três netos. O MST foi o primeiro movimento político de que ela participou, além de ter a oportunidade de participar do congresso do MST e a Jornada de Luta. Atualmente, está fazendo curso de saúde dos fototerápicos.

Eu conheci o movimento através do filho da minha irmã. Ele chegava lá em casa que eu moro em queimados. Ele chegava lá em casa e ficava falando, sobre o MST, que era uma coisa boa. Aí eu convenci né. Falei vou lá conhecer este acampamento. Aí foi em dezembro de 2007. Minha mãe já estava pra cá diz que veio pra conhecer. Eu fui lá com meus filhos. Cheguei lá minha mãe já estava lá minha irmã e ele. Era final de ano dezembro chovia como Deus me livre. Aí o pessoal não que você vai acampar. Aí eu vou acampar. Aí depois de uma semana eu voltei quase final de 2006 para 2007 fiquei lá até no final agosto que a gente veio pra cá. Fiquei lá (Irmã Dorathy), mais ou menos um seis meses. Aí fui convidada pra cá. (Roseli Nunes).

Amauri: Jovem, como foi feito esse convite, pelo que eu percebi não vieram todos; o que te trouxe pra cá?

Jovem: (risos)

Nelson: (risos) Amauri, não teve o despejo. Eu fui fazer parte da turma de resistência ao despejo. Aí foi nesse despejo que nós se conhecemos entendeu. A irmã dela foi convidada a vir pra cá. Aí nós começamos a se relacionar e tal. Aí ela veio fazer parte do meu cadastro entendeu, foi nesta época.

Jovem: Nelson, você vai fazer uma confusão na cabeça dele e depois (risos).

Nelson: Nessa confusão é que nós se conhecemos.

Amauri: *O MST contribui também para a vida (risos).*

Nelson: *No MST acontece de tudo, tem as coisas ruins mas coisas boas também.*

(Entrevista com Jovem, em 16/9/2011, realizada por Amauri T.B. Nogueira)

Negativo é essa demora né, que eles têm com as pessoas, desprezo. A gente tá aqui há cinco anos sem luz, sem nada, isso é tudo de negativo. As pessoas ficam um tempo, um período depois querem ir embora porque não tem luz é uma demora, essa operação tartaruga mesmo, você entendeu. A gente não quer receber esmola, a gente quer aquilo de direito nosso. A gente, nós tamos lutando por uma coisa que não é só pra gente tem outras pessoas que também demanda. Isso não é esmola, a gente tem o direito, a gente paga. Cada centavo a gente paga, por isso. Aí eles ficam nessa coisa essa demora que até irrita a pessoa. (Entrevista com Jovem, em 16/9/2011, realizada por Amauri T.B. Nogueira)

A assentada do Roseli Nunes, Rita de Cássia da Silva, morava na área urbana, era doméstica, fez parte do núcleo João Pedro Teixeira, passou quatro anos acampada, foi coordenadora de núcleo no acampamento.

Foi por intermédio de uma ex-cunhada, que já fazia parte do acampamento Terra Livre lá em Tingua da baixada. Aí foi durante o falecimento do meu ex-sogro na época do velório. Foi aí que eu conheci a área que ela era acampada ainda. Ela ficou contente que eu sempre me interessei por plantar, por cuidar de terra pra essas coisas sempre me interessei muito. Aí ela falou vem ser sem-terra com a gente. Aí eu eh! Como é ser sem-terra. Ela me explicou mais ou menos, fez o convite nós pensamos um pouco e depois resolvemos a largar tudo. Eu era diarista, meu companheiro que estava comigo fazia biscate, e a gente pagava aluguel. Aí tentamos uma vida melhor, uma melhoria por nossa conta própria. Porque eu sempre fui bem rebelde quanto a aturar patrão. Aí eu resolvi a encarar esta vida boa. (Entrevista com Rita de Cássia, em 17/9/2011, realizada por Amauri T.B. Nogueira)

Mas em umas outras coisas assim eu me decepcionei um pouco. Porque é muito lento o processo de você ter logo que você sonha logo em ter uma casa decente, ter luz, acesso fácil às coisas né. Então isso tem hora aí justamente aí eu me revolto, mas tem que ter paciência e esperar. A demora de agilizarem as coisas o governo deveria se preocupar mais com quem vive nessas condições. (Entrevista com Rita de Cássia, em 17/9/2011, realizada por Amauri T.B. Nogueira)

Esta ação é uma estratégia do Estado por meio de seus técnicos que são responsáveis pela efetivação dos assentamentos. A demora nas liberações dos recursos financeiros, para o saneamento básico e para as infraestruturas mínimas para uma vivência contemporânea, desestimula a permanência das pessoas nos assentamentos, e por sua vez cria conflitos no interior dos assentamentos entre os núcleos, entre os grupos e até mesmo na intimidade dos casais, quando não gera conflito, produz tensões.

Leonilde Sérvo Medeiros e Regina Bruno (1998), em estudo comparativo sobre os percentuais e as causas das evasões nos assentamentos rurais, buscaram as razões das evasões por meio das políticas públicas para os assentados e como essas políticas se operacionalizam concretamente. Para tanto, pesquisaram 59 assentamentos rurais, distribuídos em 22 estados do país visando obter índices de evasões em diferentes momentos da história dos assentamentos.

Durante a pesquisa, observaram que, em alguns momentos, as saídas foram mais intensas, principalmente no início dos assentamentos, devido à demora no recebimento dos créditos para o plantio e à decepção das condições encontradas. As autoras consideram evadidas as famílias que saíram mediante abandono, venda ou troca de lotes. Em linhas gerais, as causas das evasões são de infraestrutura: a ausência e a precariedade de serviços de uso coletivo previstos nos projetos de assentamento, especialmente atendimento médico. (BRUNO e MEDEIRO, 1998:43).

Outros aspectos que contribuem para as evasões são os ligados à ação do Estado e à forma como o processo de assentamento tem sido conduzido:

A demora na regularização/demarcação dos lotes, os critérios de definição do seu tamanho, de seleção de candidatos, o atraso ou mesmo a não implementação da infraestrutura básica, a irregularidade na liberação dos primeiros recursos, o não

acompanhamento ou a falta de incentivo dos órgãos diretamente responsáveis são os fatores apontados pelos entrevistados como motivadores das saídas. (BRUNO e MEDEIROS , 1998:45)

Consequentemente, a cotidianidade que vai se desenvolvendo no assentamento traz a contradição do representante e representado, conforme as análises feitas por Alentejano, sobre o Assentamento Roseli Nunes:

Os assentados do Roseli Nunes enfrentam grandes dificuldades, com a falta de transporte, de luz, de água própria para consumo, de atendimento médico e a demora na liberação do projeto e do crédito para a construção de suas casas. Essas dificuldades estão associadas à demora no parcelamento dos lotes, pois só depois disso poderão ser construídas melhores estradas, possibilitando instalação de energia elétrica para todos. (ALENTEJANO, s/d:08)

Nesse momento, percebe-se que o espaço concebido entra em contradição com o espaço vivido de forma dialética, sob a mediação da representação. O concebido carrega a ausência e a função de ser articulador do discurso do MST, para que se conforme nos assentamentos a presença, formando um movimento entre ambos de forma que eles se interpenetrem de forma contraditória. Nos assentamentos, o MST precisa reconstruir seu discurso no sentido da superação, da ressignificação no jogo do conflito abaixo as tensões discursivas, que se apresentam no interior dos assentamentos.

Com o advento da emissão do termo de posse pelo Incra, descortina-se um outro momento na luta pela terra, já não há mais só o peso da conquista da terra, mas também de cuidar, produzir e se manter nela, ou seja, agora é a luta na e pela terra. “No dia 19 de abril de 2007, finalmente o Incra finalizou a desapropriação da Fazenda da Cesbra e com a emissão da posse as famílias puderam comemorar a criação do assentamento Roseli Nunes. Com isso, os acampados puderam sair da beira da estrada e ocuparam a sede da fazenda.” (ALENTEJANO, 08: s/d).

O início do assentamento passa a ser o início de um novo espaço ou de uma refuncionalização do espaço, nos assentamentos. Eles passam a ser o interregno de um processo entre o velho e o novo, ou seja, hábitos, rituais, lembranças, saberes acumulados (esses saberes acumulados não são justapostos, mas estão em processo de contradição durante suas apropriações), e o novo que está sendo gestado nas práticas e estratégias de luta, cujas representações de cada sujeito individual/coletivo influem na produção espacial.

A apropriação espacial se dá pela ordem próxima, do contíguo, da vizinhança, influenciada, às vezes, pela ordem distante que permite que cada sujeito impericize o mundo, sendo influenciado por esta ordem distante, que se insere no nível do cotidiano sob conflitos, que são de seu modo e de sua maneira codificados, decodificados e descodificados, nas práticas e estratégias de luta. Ou seja, é na produção espacial concebida, vivida e percebida que o assentado se inscreve com sua biografia individual plasmada por suas chaves espaciais, sob o discurso do MST. Dessa maneira, o espaço é produto e obra do discurso de reivindicação, contestação e resistência.

O assentamento é um universo simbólico em que, no conflito das representações do território em construção pelos sujeitos envolvidos no processo de sua organização e construção do espaço por meio dos vários projetos propostos pelos agentes mediadores em confronto com os projetos dos assentados, surgem perturbações e inquietações.

É na produção do espaço que o conflito emerge como resultado das práticas e estratégias coletivas cotidianas, nas assembleias, nas reuniões, na formação da associação/cooperativa, na divisão de lotes, na busca de aportes financeiros, na construção da escola; práticas que trazem, no seu interior, questionamentos da vida

pregressa desses sujeitos e que lhes permitem um novo olhar sobre seu próprio universo cultural.

Os conflitos estão relacionados às relações políticas de poder, de controle social, e com a emergência de relações democráticas, sob a ótica dos agentes representantes, das lideranças e dos assentados, que, por sua vez, (re)produzem valores e informam outras territorialidades.

Os assentados do Roseli Nunes continuam vivendo em barracos de lona, em uma situação de assentamento pré-emergencial e, como se estivessem em acampamentos, não recebem mais a colaboração das entidades. As casas ainda são construídas com embalagem de leite longa vida (impermeabilizadas), lonas pretas, sustentadas por estacas de madeira, sendo que não há encanamento de água. Para beber água ou fazer a higiene básica, é necessário buscar água nas minas existentes no assentamento, não existe esgoto, nem luz elétrica, o transporte também é inexistente. O assentamento fica distante 80 km e a cidade mais perto é Pirai, no Rio de Janeiro.

Segundo Alentejano (s/d), o município de localização do Assentamento Roseli Nunes fica na região sul fluminense, que é marcada pela presença histórica do latifúndio e o domínio da monocultura, seja do café no século XIX, da pecuária no século XX e do eucalipto nas últimas décadas. (Alentejano, s/d: 08)

O Município fica na região conhecida como eixo da via Dutra, na imediações do qual, na década de 1940, surgiram as indústrias de base, siderúrgica e metalúrgica. Em seu entorno surgem várias indústrias como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a CESBRA, que se efetivou no município com uma forte produção de eucalipto para carvão. Isso proporcionou ao Município de Pirai direcionar sua produção na indústria de

papel e papelão. O Município de Piraí pertence à Região do Médio Paraíba, que conforma os municípios de Barra do Piraí, Barra Mansa, Itatiaia, Pinheiral, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença e Volta Redonda.

SILVA (2009) afirma que a área do assentamento Roseli Nunes localiza-se numa região geograficamente denominada ‘Mar de Morros’. De acordo com a autora, o assentamento de reforma agrária contém um passivo ambiental oriundo da monocultura e abandono das áreas degradadas pelo mal uso; assim, o Assentamento possui forte degradação dos solos.

Já o assentamento Mário Lago localiza-se no município de Ribeirão Preto, a 313 km da capital do estado de São Paulo, cuja população rural é de aproximadamente 0,42% de um universo de 558.136 habitantes. O município de Ribeirão, na década de 1980, recebeu o título “Califórnia Brasileira”, o que promoveu uma corrida migratória. O assentamento “Mário Lago” está localizado no município de Ribeirão Preto e foi em maio de 2007 que o Tribunal Regional Federal da 3ª Região concedeu a emissão de posse da Fazenda da Barra ao INCRA. A área tem 1.790,80 hectares e hoje conta com 420 famílias assentadas.” (BELLENTANI, 2010:39).

De acordo com Censo Agropecuário de 2006 (IBGE) a quantidade produzida de cana-de-açúcar (em toneladas) no município de Ribeirão Preto foi igual a 6.305.504, sendo o segundo maior produtor do estado de São Paulo, perdendo apenas para o município de Morro Agudo que produziu cerca de 7.248.703 toneladas, seguido por Jardinópolis com 5.576.428 t, Batatais 4.734.989 t e Pradópolis 4.326.977 t. Neste cenário certamente não há lugar para os trabalhadores, o capital controla completamente as propriedades e com isso a produção controla a circulação e não o contrário. (BELLENTANI, 2010:39).

O que temos percebido até o momento é que o assentamento Roseli Nunes está abandonado pelo MST, ficando em um lugar de difícil acesso, sem possibilidade de escoar a mercadoria, sem condições de plantio, sem liderança, sem uma organicidade.

Como eu vou ti responder isso, espera ai. Nós até tentávamos sermos bem organizados, em núcleos e coordenações e tal e tal. Só que agora de um tempo pra cá quanto movimento eu me sinto abandonada, não to falando escondido porque já falei pros dirigentes que eu to abandona pelo MST, eles riram da minha cara não é nada disso Rita ta ficando doida. Mas não é porque agente acostuma muito a termos problemas, sentarmos discutirmos e tal chegar num acordo. Mas agora ultimamente como não tem coordenação, não tem núcleo sabe. Depois que passou to na minha área não preciso mias. Eles não se conscientizam de que ainda é necessária porque nós não conseguimos nem a metade do que a gente precisa. Ta bem complicado isso. Eu to me sentindo um pouquinho abandonada. (Entrevista com Rita de Cássia, em 17/9/2011, realizada por Amauri T.B. Nogueira)

Já o assentamento Mário Lago, tem energia elétrica, fica relativamente próximo do centro de Ribeirão Preto, possui saída para a rodovia Anhanguera, tem cooperativas, tem transporte próximo (no bairro vizinho) e é a menina dos olhos do MST.

O assentamento Mário Lago constitui um importante foco de resistência pela posse da terra no interior do Estado de São Paulo, sendo de importância sumamente estratégica e simbólica para o movimento sem terra, pois se encontra instalado muito próximo a um município que é considerado centro de uma região, onde a predominância da agroindústria canavieira, com alto padrão tecnológico é praticamente absoluta. Dessa maneira o MST pretende apresentá-lo à sociedade como um modelo alternativo de produção ao implementamento pelo agronegócio local, isto é, como uma alternativa de desenvolvimento local sustentável. (FERRANTE et. al. 2010:05)

Sob esta diferenciação Stédile (1997) afirma que:

É claro que existe um processo de diferenciação econômica e social, por várias razões. Primeiro porque as próprias áreas em que são realizados os assentamentos são diferentes. Existem muitas áreas longe de mercados, terras não-férteis, enfim, a diferenciação da base econômica sobre a qual se faz um assentamento é muito grande desde o sul do Brasil até o Nordeste. Existe uma segunda diferenciação que é originária da própria composição social das famílias. O patrimônio cultural e de tradição agrícola que as famílias possuem. E terceiro, existe uma diferenciação que vai acontecendo depois de as famílias serem assentadas. Como existem muitos fatores econômicos que influem sobre o desenvolvimento dos assentados, alguns deles se desenvolvem de maneira mais rápida, enquanto outros progridem mais lentamente. (STÉDILE, 1997:89)

Nesse caso, abre-se um precedente ético que também os movimentos sociais têm que ter e com o qual devem se preocupar, não basta apenas dizer que é revolucionário, e se arvorar com teses socialistas, se filiar a outros grupos, conquistar financiamentos, conquistar evidência política, colocar na agenda governamental a questão da reforma agrária, mas é preciso agir com ética, com responsabilidade e como revolucionário, a fim de se construir um novo homem, uma nova mulher passa para além do discurso consagrado pelo MST, e repousar na identidade cidadão de todos e de cada um. E somente essa forma de se arvorar de revolucionário não fará com que o movimento saia da pseudoconcreticidade, reduzindo por sua vez a reforma agrária em reforma de escolhidos, iluminados, privilegiados, aqueles não alienados inseridos na vanguarda revolucionária.

Nessa perspectiva, Stédile (1997), em entrevista à revista Crítica Marxista, afirma que a reforma agrária proposta pelo MST de forma alguma é sinônimo de assentamentos. Ele destaca cinco pontos para que a reforma agrária dos sonhos seja implantada no Brasil, que são:

- 1) atender e resolver a complexidade do problema agrário de maneira abrangente, desapropriar todos os latifúndios improdutivos, de forma rápida e ampla;
- 2) democratizar e descentralizar o processo de agroindústria e de comercialização agrícola, redirecionando a produção para o mercado interno, juntamente com o combate do oligopólio;
- 3) apresentar-se casada a um novo modelo tecnológico aplicado à agricultura. O atual modelo é apenas consumista dos insumos industriais produzidos pelas multinacionais, além de ser predatório

dos nossos recursos naturais, da conservação dos solos e de outros elementos;

- 4) ter o conhecimento é tão importante quanto ter terra, é um fator fundamental para que os excluídos possam ser partícipes e cidadãos de uma sociedade cada vez mais dependente do conhecimento científico;

- 5) define que o último componente da reforma agrária com que sonhamos é que ela venha associada a um processo de desenvolvimento harmônico e homogêneo do meio rural, ao mesmo tempo combatendo o êxodo rural, fazendo com que as regiões do interior de nosso país se desenvolvam da mesma maneira que os centros urbanos. (STÉDILE, 1997: 83)

A partir da efetivação passa-se à divisão de lotes. Nessa perspectiva, Lagazzi (1998), ao estudar *A Discussão do Sujeito no Movimento do Discurso*, busca compreender o funcionamento da resistência do sujeito enquanto possibilidade de mudança. Dessa forma, a autora afirma que o lote abre a possibilidade de o assentado enunciar a sua terra, e configura um novo sentido de posse. No interior da lógica capitalista, esse é um gesto político que inaugura um fato jurídico. (LAGAZZI, 1998:119)

Nesse sentido, é o aprofundamento de uma experiência de transformação de suas realidades e como são negociados, no cotidiano do assentamento, os novos elementos de sociabilidades propostos pelo MST (coletivo), pela Igreja (comunitária), pelo Estado (a racionalização dos técnicos) e pelo saber pessoal acumulado pelos trabalhadores rurais, levando em conta suas trajetórias de vida/trabalho.

Trata-se de valorizar as experiências de vida/trabalho, no interior das relações socioespaciais, como fruto das práxis laborativa e existencial, tendo o conflito como

jogo de poder, ou seja, como resultado do embate político recoberto por discursos que procuram dar conta das várias representações de mundo que permeiam o universo simbólico-concreto dos sujeitos envolvidos no processo de assentamento, emergindo daí contradições entre o espaço concebido, vivido e percebido pelos mesmos.

Por isso, consideramos *as chaves espaciais* como um dos pontos essenciais de análise, que será orientada no sentido de entender às práticas, estratégias e discursos, sob a mediação das representações, na produção espacial no processo de representação-representado, da presença (vivido) e da ausência (concebido) a partir da efetivação do assentamento.

De acordo com a afirmação de Kosik (1976), “O homem vive em muitos mundos, mas cada mundo tem uma *chave diferente*, e o homem não pode passar de um mundo para o outro sem a *chave respectiva*, isto é, sem mudar a intencionalidade e o correspondente modo de apropriação da realidade” (KOSIK, 1976:23). Nesse sentido, o autor nos possibilita pensar *as chaves espaciais* como uma prática espacial, uma forma de apropriação e dominação que produz ritmo, movimento e localiza sujeitos/segmentos no jogo do conflito e confere status e legitimidade (tanto dos sujeitos/segmentos que concordam e/ou discordam) no processo de produção do espaço, a partir de um feixe de relações. Isso se dá pois as chaves espaciais fornecem significados e sentidos no espaço simbólico-concreto em construção.

Segundo Kosik (1976), “É possível, portanto, compreender *o sentido objetivo* da coisa se o homem cria para si mesmo um sentido correspondente. Estes mesmos sentidos, por meio dos quais o homem descobre a realidade e o sentido dela, a coisa, são um produto histórico-social” (KOSIK, 1976:23). Portanto, dar significado e sentido às práticas e estratégias na conformação espacial, produz chaves espaciais, pois as ações

que as produzem são espaciais, ou seja, existem a partir da construção de certas espacialidades.

Dessa forma, o espaço geográfico pensado por Méo (1991) é substância social e produto da sociedade, ou seja:

a) a forma espaço, o universo dimensional, dispositivos espaciais, lugares, territórios, regiões, todos significados pelo homem, ou, mais exatamente, pela sociedade que os produziu;

b) a reprodução que opera tal espaço, em espaços diversos, mentalmente organizados e repostos, significados por suas representações e por esta estrutura em três elementos, todo este esforço às vezes de boa vontade e contingente de reconstrução psico-social de um mundo bruto, a ajuda de meios técnicos e de relações de produção específicos.

Para o autor, o espaço obedece a suas próprias leis, sendo produzido pela dialética da substância social (às vezes em si e por si) e do produto social (resultado histórico da atividade socioeconômica). Méo (1991) afirma que o espaço produzido socialmente conforma uma substância em que se impõe a vivência do homem.

Léfebvre (1974) afirma que a produção do espaço, como prática social, se constitui por uma tríade conceitual, qual seja:

A prática espacial que engloba a produção e a reprodução de lugares específicos e conjuntos espaciais próprios, formações sociais que asseguram a continuidade de uma criativa coesão, referem-se ao vivido;

As representações do espaço ligado às relações de produção e à ordem que os impõem e por aí as relações de conhecimento, de signos, dos códigos e das relações, referem-se ao concebido;

Os espaços de representação (com ou sem códigos), os símbolos complexos ligados aos lados clandestinos e subterrâneos da vida social, mas também à parte que poderia eventualmente se definir não como código do espaço, mas como códigos dos espaços de representação, referem-se ao percebido.

Sendo assim, o espaço social encontra-se permeado por relações conflituosas, mediadas pelas relações de representação e práticas espaciais entre o vivido, o concebido e o percebido, advindas das disputas pelo mesmo espaço e das várias formas dos sujeitos se relacionarem no processo de produção do espaço, expressão do movimento da realidade concreta. A partir desta tríade espacial o autor afirma:

A história do espaço não pode se contentar em estudar esses momentos privilegiados: a formação, o estabelecimento, o declínio e a dissolução de tais códigos. Não pode deixar de lado o global: os modos de produção como generalidade, as sociedades particulares que englobam com suas singularidades, eventos e instituições. A história do espaço periodiza os processos produtivos, de uma maneira que não coincidirá exatamente com as prioridades admitidas. (LEFEBVRE, 1974: 59).

Assim, a produção do espaço social, para o autor, produz uma relação entre a realidade e o ideal, ou seja, trata-se de um espaço prático, simbólico e imaginário, não é um espaço qualquer, mas compreende suas relações em sua coexistência e simultaneidade na ordem (relativa) e/ou desordem (relativa), não se reduzindo a um simples objeto. “Na realidade, o espaço social incorpora as ações sociais, as ações dos sujeitos tanto individuais como coletivos que nascem e morrem que sofrem e agem” (LEFEBVRE, 1974:43).

Devido à demora, à lentidão do processo e ao enfraquecimento das lideranças no interior do Assentamento, os assentados do Roseli Nunes resolveram montar uma associação por conta própria, o que gerou constrangimentos entre as lideranças assentadas que se sentiram desprezadas por não serem chamadas a participar do processo de formação da associação. “Enfim, a cooperativa é afirmada como uma grande necessidade para o assentamento, mas é uma proposta que (se) produz (no) conflito.” (LAGAZZI, 1998: 83).

Um outro grupo aqui fez essa associação, mas foi por eles. Outra coisa negativa. Um grupo de companheiros tomou a iniciativa e fez a associação sem uma discussão na comunidade, sem os princípios que a gente pensa e tal, é foi feita essa associação aí. Que atrapalhou muito, tá atrapalhando. Porque o pessoal tomou a iniciativa, não que o fato de criar a associação seja ruim, mas a maneira como criou. Assim de uma maneira isolada um grupo toma a dianteira e cria. A gente tá caminhando tanto tempo junto aí um grupo chega e daqui um dia Ah! Tem associação é muito chato. Isso foi negativo. Um grupo de companheiros aqui. Eles vieram acampados com a gente. Gente nossa, gente assentada aqui, vizinho aqui. (Entrevista com Nelson, em 16/9/2011, realizada por Amauri T.B. Nogueira)

O que podemos perceber é que a voz de Nelson é a voz do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, é a voz territorializada pelo discurso: “pela voz do movimento, então, encontramos no assentamento um espaço político tencionado entre a posição de sem-terra e a condição de assentado, em que a afirmação de necessidade de se organizar coloca sempre em pauta a cooperação, o coletivo, a cooperativa” (RODRIGUES, 2006:94).

Já nas vozes dos que fundaram a associação, a intencionalidade capitalista se exprime neste momento no espaço concebido como ausência da racionalidade dos meios de produção e suas relações de produção, que se traduz no espaço vivido do assentamento como presença, por meios das representações que a mesma produz e reproduz. É uma práxis espacial simbólico-concreta, mergulhada na unidade contraditória e dialética, na produção espacial.

As condições objetivas que determinam a possibilidade de realizar-se com sucesso formas de cooperação agrícola nos assentamentos estão relacionadas com diversos fatores de produção, ou seja: a situação da terra, os meios de produção, o mercado e as potencialidades econômicas da região. As condições subjetivas que determinam a possibilidade da cooperação agrícola num assentamento estão relacionadas com as características dos assentados, da pessoa humana. São elementos fundamentais: a questão da voluntariedade em participar de formas cooperativas, o nível de conscientização, a capacidade de organização e o grau de qualificação enquanto mão-de-obra. (CONCRAB, 1995:5-6).

Segundo Rodrigues (2006), a posição do MST é político-ideológica e marcada discursivamente pela oposição ao estado, ao liberalismo, à concepção da cooperação ligada ao desenvolvimento. No interior do discurso do MST, marca-se como uma luta de classes e estabelece a diferença em relação à interpretação liberal de desenvolvimento cristalizada em nossa sociedade, que se estrutura na racionalização do trabalho para maior produtividade e consequente aumento da produção, com a permanência do trabalhador enquanto empregado. No liberalismo, a cooperação é pensada em termos de aliança e união em blocos, abrangendo os trabalhadores num processo de instrumentalização frente ao objetivo do desenvolvimento (RODRIGUES, 2006:86).

O MST não está conseguindo simbolizar sua forma de pensar o trabalho cooperado e/ou associado, devido ao distanciamento dos militantes líderes da ideia do MST, quanto fundador do discurso alternativo de futuro, ou melhor, da incompreensão por parte dos líderes responsáveis pela presença, da dimensão do significado do trabalho, na solidariedade, na cooperação, na partilha e na comunhão.

Eu fui convidado então naquela ocasião (acampamento) pra fazer parte da brigada pra trabalhar na escola nacional Florestan Fernandes. Eu trabalhei lá dois meses naquela ocasião.

Amauri: Você foi como militante ou pra receber dinheiro.

Não! Todos que foram, foram como militantes trabalhar de maneira solidária e cooperada pra construir a escola; a proposta era esta.

E não era só aqui do Rio de Janeiro, cada estado ficava lá dois meses pra ajudar a construir a escola.

Amauri: O que você achou da escola, você fez curso lá.

Foi uma experiência muito importante.

Primeiro porque eu tive a oportunidade de conviver com vários companheiros de outros acampamentos de outros assentamentos. O pessoal que tava na luta como eu, que tava entrando na luta pela terra como eu, que já estava mais tempo na luta pela terra.

Foi uma experiência muito importante, aprendi muita coisa lá com a relação com o trabalho, o valor do trabalho a Natureza. Porque além da gente trabalhar. Tinha curso de formação, estudava muitas coisas eu aprendi ali. Eu me lembro que tinha um instrutor lá, que de manhã eles cantavam o hino e faziam uma assembléia de manhã. E ele pra distribuir o pessoal, ele perguntava tem tarefas tais, tais e tais.

Quem queria ir para a tarefa, por exemplo, de assentar tijolos, quem queria ir pra tarefa de instalação elétrica, quem queria ir para trabalhar na pintura

Ai as pessoas iam escolhendo aquilo que queria fazer.

Eu me lembro muito bem que um dia ele disse assim:

O companheiro que for assentar tijolo. Se ele assentar mil tijolos por dia ta bom, se ele assentar quinhentos ta bom, mas, se ele assentar cinquenta ta bom também (risos). Então não tinha pressa pra trabalhar, não tinha ninguém controlando quanto você fazia é diferente. É sua consciência que determinava quanto você ia trabalhar.

A outra coisa é o seguinte, me lembro como se fosse hoje.

O companheiro esta assentando azulejo. Então se um azulejo ficou torto. Ai o outro vamos tirar porque ta torto. Ele disse não, não tem que tirar o azulejo que ficou torto. Porque isto ai, é prova que foi feito por homens e não feito por maquinas.É! Cara. Então essas coisas eu aprendi lá na escola Florestan Fernandes o valor do trabalho do trabalho humano. Essas coisas que você carrega. (Entrevista com Nelson, em 16/9/2011, realizada por Amauri T.B. Nogueira).

Por meio da fala do Nelson percebemos que a idéia central do trabalho como valor humano, que valoriza a vida, e segue valorando tanto na produção, na reprodução como no afeto, no drama e na trama, não esta alcançando as lideranças acampadas e assentadas nos momentos de tensão e conflito entre coletivo e individual, nos momentos de instalarem as cooperativas e associações, daí os desgastes, os desânimos e as desavenças, e, por conseguinte as separações e em alguns casos os conflitos chegam até as vias de fato (por exemplo a expulsão).

No jogo do conflito que se estabeleceu no processo de cooperação, associação e cooperativa, houve uma desterritorialização da presença e ausência discursiva do MST, para uma reterritorialização emergencial ancorada nas possibilidades cotidianas de práticas e estratégias apreendidas pelos assentados no decorrer de suas redes de trajetórias de vida e trabalho, orientados por suas chaves

espaciais. “É importante compreender que a condição de assentado desestabiliza o discurso do MST no espaço do assentamento e abre novas possibilidades de relações entre os sujeitos” (RODRIGUES, 2006:94).

Dessa maneira, podemos afirmar que os lugares se constroem segundo as experiências de cada um, e que as redes espaciais de trajetórias individuais modulam e estratificam formas de reações nos diversos comportamentos mediados pelas múltiplas representações no interior dos assentamentos. Ou seja, as chaves espaciais por meio da identificação produzem um espaço de intersecção momentâneo por meio das ações individuais ou coletivas.

Elas são postas em prática ou não, e mais adiante podem colocar os envolvidos no processo em lugares opostos, reivindicando outras ações. As chaves espaciais informam as variações de posição e as ocupações de cada sujeito ou indivíduo, no interior das relações espaciais.

Assim sendo, os conflitos que vão sendo produzidos por causa das atitudes de cada sujeito vão se desdobrando e criando tensões na organicidade do Assentamento. Esta pode revelar e ocultar manipulações de práticas não muito saudáveis para os assentados. É o que podemos observar na fala do Sr. Nelson:

Primeiro foi a perda da organicidade. Nossa organicidade, ela se perdeu com o tempo. Então foi um trunfo. Eu entendo que a organicidade, se ela for respeitada, ela barra muita coisa ruim, se ela for respeitada com seriedade. E aí se a gente for entrar no debate da organicidade, a gente vai chegar num momento, por exemplo, assim que ela serve pra te acobertar entendeu, se eu conheço a organicidade e você não conhece eu que conheço posso te manipular, dizendo que você está fora da organicidade entendeu e posso te segurar. (Entrevista com Nelson, em 16/9/2011, realizada por Amauri T.B. Nogueira).

No livro intitulado: *a história da luta pela terra e o MST*, o movimento descreve como é a organização interna dos acampamentos:

A primeira medida é a constituição de núcleos, com 10 a 30 famílias. Os núcleos organizam os serviços e as tarefas: alimentação, saúde, higiene, educação, religião, finanças, lazer e outras. Para cada função destaca-se um responsável e equipes de serviço que se organizam regularmente para avaliar e planejar suas atividades. Para as relações com a sociedade, negociação com o governo, para os encaminhamentos da luta e para dar uma maior unidade aos grupos existe um coordenador geral do acampamento. Há também a Assembleia Geral que é o órgão máximo e se reúne periodicamente; os líderes de núcleos, que se reúnem também de tempos em tempos, e fazem o encaminhamento diário e a Coordenação do Acampamento que é eleita pelos acampados. (MST, 2002:200)

Barra (2007), ao comentar sobre a organicidade do movimento, afirma que as ações citadas acima, aconteciam no acampamento Mário Lago, mas que os acampados não foram avisados com antecedência destas tarefas o que foi motivo de vários conflitos. Segundo Barra (2007), teoricamente o sistema da *organicidade* deveria proporcionar que todos, participando de reuniões de setores ou do próprio núcleo, colocassem suas opiniões e discutissem sobre as regras e projetos para o acampamento.

Porém, a forma como ela é posta em prática gera problemas a partir do momento em que conversar fora das reuniões significa fazer picuinha (fofoca), mas nos espaços reservados para as discussões, os que falam são poucos, e o fazem com tanta propriedade que inibem outras manifestações. Esse processo nem sempre é muito democrático, pois mesmo acontecendo, em geral, com a presença de todos e permitindo a palavra a quem quiser manifestar-se, a forma com que se fala e a estrutura da reunião excluem a participação da grande maioria que não está acostumada com esta performance. (BARRA, 2007:86).

Estar no interior do assentamento não significa ter os mesmos horizontes se abrindo para cada indivíduo fazer parte do mesmo coletivo do MST, não quer dizer que os sujeitos têm a mesma percepção do MST. A pesquisa tem demonstrado que o

assentado tem em alguns momentos uma visão diferente e uma perspectiva distinta da luta na terra e pela terra, daquela do líder assentado, do religioso e do técnico. Nesse sentido, ser assentado pressupõe percepções diferentes para cada sujeito envolvido no processo do assentamento.

Há, portanto, uma presença que se torna ausência pela incapacidade do discurso e da prática de dar conta dessa complexidade. Esses discursos e práticas se esgotam na distância que vai se formando e, simultaneamente, negando justamente aquilo que devia ser seu porto seguro; o lugar de abrigo e aconchego, onde a utopia se instala e se torna o seu não-lugar e cria uma instabilidade e um adensamento na trama da tensão.

As chaves espaciais construídas no curso espacial, no que tange à implementação, ou melhor, à constituição, à implantação e à consolidação dos assentamentos têm se constituído como pontos de fuga espaciais do sistema capitalista, de resistência, de transformação na vida de cada sujeito, no aprofundamento da aprendizagem de articulações políticas, de reivindicações, de discurso, práticas e estratégias. Essas ações vistas em seu conjunto, transbordam práticas e estratégias que no limite são um reclamo à diferença, que se traduz em um “contra-território” na composição de uma resistência-revolucionária, sob a trama da tensão.

Essa tensão vai impactar na conformação da base territorial dos assentamentos, criando conflitos na produção simbólico-concreta das ações cotidianas, que é o que veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO III

TERRITÓRIO SIMBÓLICO-CULTURAL: lugar de reprodução, abrigo e aconchego

Foto 15: Núcleo de família Zumbi dos Palmares. Fonte: SILVA E COMIN- 2010. Assentados reunidos para elaboração do mapa participativo do solo Roseli Nunes/RJ.

Ah! Todas elas. Nunca faltei em nenhuma. Todas elas. Eu fico triste quando eu não vou. Fico muito triste. Porque eu gosto de falar, de ajudar os outros companheiros. Eu adoro ir. Eu gosto de ir. Agora mesmo no encontro das mulheres que eu não fui. Eu fiquei muito triste. Eu até chorei lá, lavando roupa e chorando, porque eu não fui. Porque meu marido tava até doente falou para eu não ir eu não pude ir. Mas eu fiquei triste porque eu gosto de participar, gosto de ir. Nas ocupações de terra eu ia também. Na Fazenda São Paulo, eu fui fiquei um bocadinho de dia, com a companheirada, ajudando, trabalhando a luta. Enquanto Deus me der saúde eu tô lá; tô junto. Não é porque eu ganhei minha terra, que eu vou esquecer dos outros, que tão lá fora. Porque lá fora não tem nada pra oferecer de bom pra nós, só tem tristeza. E aqui nós temos a APU. As pessoas que não entendem o que é o sem-terra, ficam falando mal. Mas, eles precisam vir pra ver o que é o movimento. É um movimento sério. É um movimento que ajuda a quem não tem nada. Eu mesma nunca tive nada, nunca tive nada. Agora eu vou ter. (Entrevista com Dona Maria, em 16/9/2011, realizada por Amauri T.B. Nogueira)

As experiências coletivas advindas das práticas e estratégias permitiram a construção de lugares de sujeito nas relações espaciais estabelecidas, no interior dos assentamentos. Assim sendo, concordamos com a assertiva de Bosi (2004:175): “O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana e uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserve vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro”.

Isso permitiu à Dona Maria constituir-se como uma assentada territorializada pelas práticas e estratégias do MST, sob o signo de uma construção de identidade coletiva em sua posição-sujeito. Sua capacidade de se apropriar das práticas discursivas a tornou uma liderança. Essas experiências em seu conjunto tornam-se a base territorial de referências e de pertencimentos elaborados cotidianamente, produzidas entre tensões e conflitos, na presença e na ausência, revelando-se emancipadoras e constituintes de sujeitos espaciais.

Por meio de sua fala, percebemos que ela se pronuncia discursivamente, e por sua vez se torna sujeito do discurso. No quadro que se desenvolve, a representação permite que o sujeito se reconheça no discurso do MST, por conseguinte cria-se um novo contexto espacial, no qual se encerra um processo poli-significante de interações espaciais, potencializando as ações individuais e coletivas. “Desta maneira minhas experiências biográficas estão sendo continuamente reunidas em ordens gerais de significados, objetiva e subjetivamente reais” (BERGER e LUCKMAN, 2005:59).

Pudemos apreender deste enunciado que a biografia individual é complexa, infinita em suas possibilidades de pesquisa e, mesmo que minúscula e/ou micro no universo global, nos permite, por meio da análise do discurso, de um lado, definir a si mesmo e, do outro, o todo, que se vislumbra de uma forma ou de outra, caótico, plural, contraditório, desigual ora representante ora representado.

Os assentamentos são entendidos em nossa pesquisa como *base territorial*, como lugar de pertencimento, por meio das relações espaciais. Eles produzem a identidade coletiva dos sem-terra, formada na produção do espaço, imprimindo na construção do território uma dinâmica que lhe é peculiar. O território é fruto das relações de forças que se estabelecem no interior/exterior do assentamento em conflito com as múltiplas territorialidades lá existentes. A incorporação dos elementos das práticas sociais e estratégias de luta é uma das expressões centrais da construção do território ocupado.

*Assim, o território do assentamento torna-se a **base territorial** de reprodução e referência, sob o controle do espaço por parte dos assentados. A territorialidade possui, então, um movimento de resistência a partir das várias dimensões possíveis na conformação do processo de multiterritorialidade. O território é impregnado de simbolismo, lugar do (re)encontro de culturas que convergem no território do assentamento e engendram tensões e conflitos no processo de formação e de organização. (NOGUEIRA, 2007:149)*

Silva (1998), ao se debruçar sobre o conceito de território, faz a seguinte pergunta: o que é o território hoje? E responde de pronto: a simultaneidade imposta pela tecnologia e a ciência passam a ser o condicionante da definição da territorialidade, em que o território da consciência tende a tornar-se consciência do território, mas como espaço mágico. Afirma, ainda, que pode ser também o domínio de um evento natural ou humano, que pode ser compartilhado e habitado.

Méo (1991) também se interroga sobre o território: qu'est-ce que le territoire? Este se define pelo **eu** e pelo **nós** sob a inter-subjetividade, ou seja; no primeiro caso, trata-se de uma relação às vezes pessoal e social entre o indivíduo e o espaço. Essa relação traduz uma verdadeira geograficidade do homem; já no segundo caso, o território se identifica no espacial. É uma relação coletiva do espaço construído pelas práticas de todas as ordens que demarcam os grupos sociais sobre uma base geográfica.

Nesse sentido, os nós, os pontos, as redes se articulam de modo similar e podem ser lugares territorializados igualmente explorados pelos grupos sociais.

Dessa forma, configura-se uma necessidade de recuperação das informações que possam permitir a construção de um perfil das práticas sociais e estratégias de luta na construção do território. Portanto, estabelecer e reconhecer fatos para pensar o conflito é de fundamental relevância no momento atual, seja para a constituição de pressupostos para traçar um contexto mais adequado ao lugar do conflito no interior das práticas e estratégias, seja para a configuração do território.

Assim, associar ao controle físico ou à dominação objetiva do espaço uma apropriação simbólica, mais subjetiva, implica discutir o território enquanto espaço simultaneamente dominado e apropriado, ou seja, sobre o qual se constrói não apenas controle físico, mas também laços de identidade social. (HAESBAERT, 2002:121)

Refletir sobre esse processo é extremamente importante para se compreender o lugar de vivência; sendo o território o melhor instrumento de compreensão do que está

acontecendo atualmente no espaço social do assentamento na busca do controle e do domínio, o que permite pensar o conflito no interior das práticas sociais e estratégias de luta sob o viés da multiterritorialidade.

O que entendemos por multiterritorialidade é, assim, antes de tudo, a forma dominante, contemporânea ou pós-moderna, da reterritorialização, a que muitos autores, equivocadamente, denominam desterritorialização. Ela é consequência direta da predominância, especialmente no âmbito do chamado capitalismo pós-fordista ou de acumulação flexível, de relações sociais construídas de territórios-zona, que marcaram aquilo que podemos denominar modernidade clássica territorial-estatal. O que não quer dizer, em hipótese alguma, que essas formas mais antigas de território não continuem presentes, formando um amálgama complexo com as novas modalidades de organização territorial. (HAESBAERT, 2004:338)

Segundo Haesbaert (2004), se uma noção de território não contempla a dimensão simbólica, compreende só uma parte dos complexos meandros dos laços entre espaço e poder. Assim, baseado-se no conceito lefebvreviano de domínio e apropriação do espaço, o autor propõe que se pense o território a partir da dimensão do simbólico, que engendra o cultural, o político e o econômico, simultaneamente:

O território envolve sempre, ao mesmo tempo, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar e político econômico, deveríamos acrescentar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos. (HAESBAERT, 1997:42)

Portanto, o território é pensado de forma multidimensional e multiescalar, material e imaterial, de dominação e apropriação ao mesmo tempo e, nessa perspectiva, territorializar-se significa criar mediações espaciais que proporcionem efetivo poder na reprodução do grupo social ou de indivíduos (HAESBAERT, 2004:97).

Haesbaert (2004) descreve, também, a dinâmica atual do processo que se encerra na construção do território. Para o autor, a territorialização pressupõe uma

desterritorialização que engendra um processo contínuo de reterritorialização, que pode ser de grupos ou de indivíduos.

Segundo o autor, o mundo “moderno” das territorialidades contínuas/contíguas, regidas pelos princípios da exclusividade, estaria cedendo lugar, hoje, ao mundo das múltiplas territorialidades ativadas de acordo com os interesses, o momento e o lugar em que nos encontramos. (HAESBAERT, 1997:44)

Assim, o território do assentamento torna-se a base territorial de reprodução e referência, sob o controle do espaço por parte dos assentados.

A territorialidade possui, então, um movimento de resistência a partir das várias dimensões possíveis na conformação do processo de multiterritorialidade. O território é impregnado de simbolismo, lugar do (re)encontro de culturas que convergem no território do assentamento e engendram tensões e conflitos no processo de formação e de organização.

O território do assentamento é um reclamo à diferença, marcado pelo conflito entre territorialidades, o qual encontra, nas práticas sociais e estratégias de luta, sua expressão mais aguda, em que a resistência, a luta pela sobrevivência, pela dignidade, pela permanência e pelo pertencimento (re)criam alternativas de sociabilização no território-rede.

O território-rede é fixo e fluxo ao mesmo tempo, é contínuo, descontínuo, fragmentado, superposto, e encerra no seu bojo o fenômeno da compressão do tempo. É, também, material e imaterial, carregado de simbolismo com diferentes significados, com uma permanente imbricação, pois não existe dicotomia entre território e rede, uma vez que ele não está dissociado do movimento. “Nesse sentido a rede pode ser vista como um elemento constituinte do território” (HAESBAERT, 2004: 282).

Numa concepção reticular de território ou, de maneira mais estrita, de um território-rede, estamos pensando a rede não apenas enquanto

mais uma forma [abstrata] de composição do espaço, no sentido de um 'conjunto de pontos e linhas', numa perspectiva euclidiana, mas como o componente territorial indispensável que enfatiza a dimensão temporal-móvel do território e que, conjugada com a superfície territorial, ressalta seu dinamismo seu movimento, suas perspectivas de conexão ação a distância e 'profundidade', relativizando a condição estática e dicotômica [em relação ao tempo] que muitos concedem ao território enquanto território-zona num sentido mais tradicional. (HAESBAERT, 2004:286)

A partir do conceito de multiterritorialidades ancorado nas redes de trajetórias de vida e trabalho, das biografias individuais procuramos apreender como as relações identitárias dos sem-terra se desdobram na configuração da base territorial, como são construídas e reconstruídas no discurso do MST.

Utilizando-se como referencial o sujeito geográfico, o homem/mulher desterritorializa-se pelas práticas e estratégias de permanências espaciais, e atravessa os territórios dos assentados, encontra-se no jogo do conflito, munido de suas chaves espaciais, sob a intencionalidade capitalista, que se traduz atualmente no projeto neoliberal.

Nos dois assentamentos, a inserção do discurso do MST vai se relacionar com as múltiplas territorialidades que os conformam. São resistências espaciais que delimitam territorialidades distintas sob a égide das representações, que influem nas práticas e estratégias inventivas, de dominação, apropriação e da demanda de lugares. Aqui, a relação espaço-tempo nos permite compreender os ritmos de agenciamentos, que conformam as redes espaciais de trajetórias laborativas e existenciais, que, por sua vez, são canais de expressão das representações interdiscursivas.

Na trama da tensão entre vivido, percebido e concebido, se constroem lugares por meio das chaves espaciais, que abrigam individualidades e sujeitos que delimitam o conflito da territorialidade do sem-terra, com territorialidades outras advindas das relações de pertencimento, de poder sob o sentido, acesso e controle espacial. As

representações espaciais se inscrevem territorialmente nas situações e circunstâncias encerradas no espaço sob o jogo do conflito.

Podemos perceber o jogo do conflito, sua configuração territorial e seu poder desterritorializador, no momento da construção e permanência dos espaços dialógicos nos assentamentos.

Nas reuniões, discutem-se várias formas de organizar o espaço a respeito da importância da conquista, e organiza-se a divisão de lotes, os setores, para fazer a formação, cuidarem da saúde, segurança, enfim, uma série de ações que permitem que a base territorial do assentamento ganhe sentido e significado. O assentado Nelson nos ajuda a entender esse quadro:

Eu fiz várias experiências, entendeu. Eu acho que você participa de alguma coisa quando você vê resultado. Eu acho que a gente peca muito nas reuniões, as reuniões nem sempre são programadas às vezes é muita picuinha é muita briga e até as pessoas que estão às vezes dispostas a participar perdem o desejo de participar. Porque as reuniões não são produtivas, aí torna-se uma coisa não séria, entendeu. Então, e depois de um tempo que essas picuinhas, essas brigas, já ficam mais antigas é difícil de você apagá-las. Então chegou um clima que as relações ficaram tão diluídas, tão estremecidas que as pessoas já não queriam mais participar das reuniões. E era confusão de todo lado e tal. E isso mais pela demora das coisas acontecerem. Não tem novidade para as reuniões de núcleos. Porque a gente sempre falava que as reuniões de núcleos eram para decidir as coisas, pra encaminhar as coisas, para a formação essas coisas todas. Mas as pessoas já não estavam mais em fazer isso. Aí foi acabando, acabando e eu fiquei no ar aí. (Entrevista com Nelson, em 16/9/2011, realizada por Amauri T.B. Nogueira)

Os conflitos que podemos apreender dessas falas se dão quando há um vazio no discurso e a representação não tem expressão, assim, os confrontos não se reduzem às escolhas de onde morar, se as ações são do individual, do coletivo, se o trabalho é em cooperativa, se são revolucionários ou reacionários. Mas se configuram mediante a demora da implementação das ações do Estado representado pelo Incra, que a nosso ver é uma estratégia de esvaziamento do discurso do MST, que se descola da realidade tornando-se autônomo.

Nesse contexto, buscaram-se outros interesses para além do assentamento e suas práticas discursivas, ou seja, o MST já não tem autoridade para dar direção ao grupo, criando uma insegurança e desconfiança em relação ao poder que lhe dá legitimidade.

São práticas discursivas que vão se dar no cotidiano sob a influência das ações de curto e longo prazo. Desta maneira Certeau (1998) propõe que, para que se estude o cotidiano e possibilite seu entendimento, deve-se compreender o mesmo em suas táticas e estratégias de cada dia. Dessa maneira, as táticas estão conectadas a curto prazo, ao imediato, ao cotidiano e aos grupos de pessoas que são oprimidos pelas necessidades emergenciais. Nessa perspectiva, as estratégias estão conectadas a longo prazo, ao macro e à meta, sob a orientação daqueles que exercem o controle, o acesso e a dominação. “O que distingui estas daquelas são os tipos de operações nesses espaços que as estratégias são capazes de produzir, mapear e impor, ao passo que as táticas só podem utilizá-los, manipular e alterar.” (CERTEAU, 1998:92).

Assim sendo, a estrutura do MST está em sua organicidade que, nos acampamentos e nos assentamentos, se fundamenta em seus núcleos.

Aí foi se desfazendo. Esses núcleos funcionavam mais quando era acampamento, quando o pessoal tava ali junto na beira da estrada. Quando o pessoal se espalhou na fazenda. Aí esses núcleos foram se diluindo, foram fracassando e tal. Aí tentou fazer sete núcleos. Então o pessoal começou a espalhar na fazenda aí nesse mapa que foi feito e tal. Aí quando o pessoal sentiu que o pessoal não estava se reunindo, tava uma coisa muito ruim. Aí fizeram uma assembleia de reestruturação e criaram então os sete núcleos só que os núcleo ficaram no papel. Eles não se rearticularam essas famílias foram pra assembleia, deram o nome pra participar do núcleo e tal, mas, não se reuniam não se tornavam de fato um núcleo. Aí ficou um período nessa coisa que tem sete núcleos, que vai ter reunião do núcleo tal, uns se reuniam outros não, foi até que o pessoal disse sete não dá vamos voltar para quatro núcleos. Aí nisso que voltou pra quatro eu fui coordenador destes quatro núcleos, mas não consegui fazer com que eles voltassem a se reunir. E estamos hoje nesta situação aí, entendeu. (Entrevista com Nelson, em 16/9/2011, realizada por Amauri T.B. Nogueira)

Uma vez perdida essa prática, perde-se também a estratégia, uma se reverte na outra, uma não exclui a outra. Assim, as múltiplas reuniões não são necessariamente sinais de democracia nos assentamentos, mas de burocracia. Essa demora em se realizar as coisas produz uma perda de significado no interior dos assentamentos, pois fragiliza a dinâmica das ações. No cotidiano, o discurso do MST está impregnado de múltiplas territorialidades que advêm de outras espacialidades, de outras temporalidades, por meio das chaves espaciais de cada sujeito.

De acordo com Barra (2007;49), em seu estudo sobre o Mário Lago, a maioria dos sem-terra não quer se identificar com o discurso do MST: “O que se apresentou na pesquisa de campo é que a maioria destes “sem-terra” não está buscando identificar-se com os aspectos proclamados pelos dirigentes e militantes enquanto formadores de uma identidade sem-terra ou, até mesmo, não se preocupam em preencher os requisitos necessários para serem considerados “do Movimento”.

Sem dúvida, existem pessoas que não aderem ao MST por inteiro, e isso não é porque as pessoas não querem o MST. Mas, é a capacidade que cada pessoa tem de acessar vários territórios de forma simultânea por suas chaves espaciais e de acordo com seus interesses, que podem mudar no processo de acampamento até ao assentamento. Nesse caso, são interações espaciais de identificação e não de identidade.

Nesse sentido, podemos afirmar que as chaves espaciais são produzidas em perspectivas, construídas a partir das interações espaciais, são encontros espaciais, que padecem das des-re-territorializações, das linhas de fuga, que atuam sobre os encontros, produzindo entradas e saídas espaciais, nos espaços, nos territórios e nas regiões.

A identidade dos sem-terra é conformada no enunciado do MST, que sofre revêses durante o processo de assentamento e entra em conflito com outras identidades como, por exemplo, a étnica, a religiosa, a de gênero, a do sistema capitalista, e a de ser

proprietário, ou seja, esses sujeitos são inseridos em práticas discursivas de múltiplas matrizes culturais. Essas identidades, por meio das representações, são em determinados momentos afirmadas, às vezes negadas e, em outros momentos, reivindicadas. Os sujeitos no processo de assentamento lançam mão de uma ou de outra forma estratégica, que ganha sentido no jogo do conflito, que des-re-territorializa de um lugar a outro na presença vivida ou na ausência concebida.

A disputa é da Posição-sujeito, de quem demanda as ações no plano político. A tentativa do Estado é de produzir um deslocamento de princípios programáticos que conformam uma disputa pelos sentidos, significados e a capacidade de simbolização do MST. Por trás desse jogo do conflito se instala uma disputa de sentidos e significados que dá legitimidade a cada discurso (Estado e MST).

É nesse espaço abstrato onde se encontram as disputas de sentidos e significados, do lado clandestino, dos territórios subterrâneos da vida.

Outrossim os conflitos se dão na ordem do dia no interior das relações espaciais, nas disputas pelo reconhecimento, pela personalização, individuação e a afirmação da liderança; é a luta pelo reconhecimento. “Não basta atribuir para si certas posições; ele deve ser reconhecido pelo outro para que possa demandar efeitos de sentidos” (RODRIGUES, 2006:162).

Só aqui em Roseli Nunes, que eu fui primeiro coordenadora de área eu e seu Zé Aleixo, nós éramos coordenadores de área. Então nós saíamos para ver as áreas, para ver os problemas, resolver problemas, depois eu saí da coordenação de área, fui pro núcleo. Eu participei de várias coisas aqui dentro. Meu núcleo era o núcleo Zumbi. No meu núcleo tinha oito famílias. O meu núcleo que eu vou ser sincero pro senhor. Todas as vezes que eu ia fazer reunião eles não vinham. Então eu coordenava o quê? Nada. Porque quando eu marcava reunião uns tavam com dor de perna, outro tava com dor de barriga, outros tinham que sair, e era assim. E era aquela política, uma briga, o senhor tá entendendo. Mas era mais política. Porque eles achavam que eu não tinha capacidade de coordenar a coordenação pra eles. E tudo que acontecia, eu passava pra eles, eu queria passar pra eles, explicar pra eles. Eu tenho que falar a realidade o senhor não quer saber da realidade. Poxa! Se eu era companheira pra resolver os problemas porque que estava me

castigando deste jeito. Porque estava me ameaçando eu fui ameaçada várias vezes aqui dentro de morte. E no entanto eu estou aqui. Graças a Deus. Não adianta a pessoa querer ser mais do que o outro, porque não é. Nós todos somos iguais. Eu sou de uma família negra, a minha família é negra, só porque eu saí com essa mão branca isso não quer dizer nada, o sangue que corre no senhor corre na minha aqui. Nosso sangue igual. Precisou vir o conselho tutelar de Pirai pra me socorrer aqui dentro, por causa da pressão o senhor tá entendendo eu tô falando a realidade. (Entrevista com Dona Maria, em 16/9/2011, realizada por Amauri T.B. Nogueira)

Nesse momento, o assentamento torna-se o lugar de segregação espacial. Nesse discurso, ao mesmo tempo, entrelaçam-se, embaralham-se e confundem-se práticas, estratégias, ideias, ações, e produz-se um ou vários momentos de fricção entre si. Isso dispõe-se como múltiplos trajetos e percursos, tocando-se em várias direções até a primeira de muitas quebras, fraturas, rupturas, para criar, difundir, se fundir com outros elementos, a partir de outros conteúdos, que vão produzindo e reproduzindo distintas formas de des-re-territorialização. O enunciado proposto pelo MST tem como meta a pretensão de englobar os assentamentos/assentados. Então, percebe-se a fala “a memória se enraíza no concreto, no espaço, gesto, imagem e objeto” (Bosi, 2004:16).

A questão de gênero se sobressai neste momento. Segundo Gonçalves (2005), as questões sobre o gênero são muito pouco debatidas no MST, e ainda estão no seu início, quando não ausentes. E isso é verdade mesmo considerando-se que as mulheres frequentemente aparecem nas ocupações de terra, na linha de frente nos confrontos. De acordo com a autora, o MST foi surpreendido na década de 1980 com a organização da Comissão Nacional de Mulheres do MST, que tinha por finalidade forçar o movimento a aceitar que em cada acampamento e assentamento de cada estado houvesse um grupo de mulheres, que fosse apoiado pelas lideranças masculinas. “Apesar de vários documentos estimularem a participação das mulheres em todos os níveis, nas instâncias máximas do movimento, a presença delas é pequena.” (GONÇALVES, 2005: 159).

Os números demonstram a dificuldade das mulheres em ascender no MST. Por exemplo, em 1998, eram cinco mulheres no interior da direção Nacional que contava com um coletivo de vinte e um membros, e isso se manteve até os dias atuais. A autora salienta que houve um avanço no debate sobre o tema: primeiro foi o Coletivo Nacional de Mulheres, depois o Coletivo Nacional de Gênero e finalmente o Setor Nacional de Gênero. Nesse sentido, Gonçalves afirma que, do processo de acampamento ao assentamento, a presença da mulher sofre um recuo. A função da mulher foi mudando neste período; primeiro, ela tinha a incumbência de segurar o marido no acampamento, daí a necessidade de levá-la para o assentamento.

Segundo Gonçalves (2005), na Cartilha *A questão da mulher no MST*, é apresentada uma série de denúncias, que abordam a discriminação das mulheres nos acampamentos, nos assentamentos e interior do movimento, mostrando que elas não se sentiam representadas e salientando a distância que há entre a teoria e a prática. Gonçalves (2005) observou que a preocupação do Coletivo Nacional de Gênero é traduzir o conceito de gênero em uma linguagem que as mulheres dos acampamentos e assentamentos compreendam com mais facilidade e entendam a diferença do debate entre sexo e gênero.

De acordo com Gonçalves, a grande novidade é o surgimento da linguagem simples em quadrinhos, usada pelo coletivo de gênero para discutir as relações de gênero nos acampamentos, assentamentos e no interior do próprio MST, vejamos o quadro apresentado por Gonçalves (2005) tirado do Coletivo de Gênero do MST:

Fonte: Coletivo Nacional de Gênero, (2000: 13).

Com a participação das mulheres, passou-se a questionar as antigas hierarquias. Souza (1999:168) afirma que no assentamento, as mulheres criam e recriam suas relações de trabalho, lugar em que a jornada de trabalho duplica, organizando-se e inserindo-se no processo de produção com a mesma dimensão que o homem, o que provoca rupturas no contexto familiar, em que a mulher deixa de ser a figura da casa, buscando, portanto, um lugar na sociedade e no próprio assentamento.

Brummer (2005), ao estudar como se dão as relações entre homens e mulheres em assentamentos de reforma agrária brasileiros, chama a atenção para a construção social destas relações sob o prisma de gênero. Seu trabalho pautou-se na perspectiva de continuidade da agricultura de base familiar em assentamentos por meio da sucessão geracional, destacando a construção social e a possibilidade de mudanças no tempo e espaço do conflito entre os sexos.

Centrar a preocupação sobre a inserção de homens e mulheres na sociedade implica uma abordagem de gênero, segundo a qual se considera que a atribuição de diferentes papéis, exigências e expectativas a indivíduos de ambos os sexos é social e não biológica. Deste modo, enquanto as características biológicas de homens e

mulheres são herdadas, as diferenças de gênero são construídas socialmente. Devido a esta construção social, os papéis atribuídos aos seres de ambos os sexos, assim como seus direitos, podem variar no tempo e no espaço e estão sujeitos a mudanças. (BRUMMER, 2005:351)

Brummer (2005) salienta que, nos assentamentos em que foram realizadas as pesquisas nos estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul, os conflitos de gênero se davam na segmentação das seguintes atividades: agricultura predominantemente masculina, na qual as mulheres auxiliavam ou não faziam parte dos trabalhos, ficando com todo o trabalho doméstico, dentro da casa e fora, nos quintais (horta, pequenos animais e produto destinado ao consumo familiar), cujos trabalhos passam como subsidiários, tornando-se invisíveis tanto para os próprios membros da família como para os de fora. (BRUMMER, 2005:366)

Nesse sentido, reproduzem-se as relações de poder verificadas na agricultura familiar e na sociedade como um todo, embora com maior homogeneidade do que nestas, pois, diferentemente do que foi observado nos assentamentos, no meio urbano são significativos o número de mulheres chefes de família e a proporção de mulheres que fazem parte do mercado formal de trabalho; e na agricultura familiar, há situações diferenciadas envolvendo maior ou menor participação das mulheres no trabalho destinado à comercialização e no processo de tomada de decisões sobre o trabalho e a utilização dos recursos provenientes das atividades produtivas. (BRUMMER, 2005:367)

De acordo com Gonçalves no assentamento, as mulheres ficaram confinadas à esfera doméstica, e lá também ocorrem novas demarcações entre o público e o privado nos moldes da produção capitalista da agricultura familiar. A autora ainda enfatiza que houve um outro aspecto que contribui para a redemarcação das cercas de gênero, que foi o recuo das mulheres pra a esfera doméstica, que encontra apoio na organização espacial do assentamento. Trata-se de organização diferente daquela vivida nos acampamentos e que faz com que a relação com o tempo também ocorra de uma outra maneira. (GONÇALVES, 2005: 273). A autora afirma que os aspectos políticos e ideológicos ficam subordinados ao econômico.

Neste momento, Dona Maria se porta como uma pequena liderança, que do seu jeito e de sua maneira rompe com discursos pré-estabelecidos e abre outros horizontes para o grupo e sua própria vida. Pinheiro (1999:219) coloca que as pequenas lideranças, ou seja, esposas, irmãs, ou mães de assentados, são fundamentais na luta pela terra e na terra, mas raramente aparecem como protagonistas. Algumas pequenas lideranças têm atuação mais ampla e servem de catalisadoras das insatisfações de certos grupos no interior do assentamento, outras, mais restritas, servem para rachar o consenso que vigia por determinado período no assentamento.

A partir do esboço de Dona Maria, faremos uma leitura do corpo como espaço, pois a mesma expressa uma corporeidade, que se territorializa tanto no gênero, quanto no étnico, tanto no rural, quanto no urbano.

Foto: Amauri T.B. Nogueira: Dona Maria, no primeiro plano da fotografia , com o boné do MST, e a camisa de protesto de outro movimento, e no plano de fundo a Jovem esta sentada.

O nosso olhar está no sujeito e em sua produção espacial por meio de suas redes espaciais de trajetórias de vida e trabalho e em seu corpo espacial, que conformam sua biografia individual, no comportamento espacial que dispõe de sua práxis laborativa e existencial e em sua circunstância e/ou situação que conforma o contexto e a conjuntura em que está envolvido econômica, política, social ou culturalmente. “Os homens agem dentro da situação dada e na ação prática conferem seu significado à situação.” (KOSIK, 1976:220).

Neste caso, não observamos as trajetórias que seguem o curso do tempo, mas sim as trajetórias que seguem o curso do espaço. Aqui o corpo ganha expressão e conteúdo e se estabelece como espaço, é uma relação entre topografia, toponímia e identidade. O corpo é um espaço porque reúne uma expressão e um conteúdo, no primeiro é a representação e no segundo é o representado.

A posição espacial ocupada por cada sujeito não coincide com o ritmo espacial, ou seja, os gestos cotidianos como os movimentos espaciais como, por exemplo, acordar ir às assembleias, às reuniões e outros, produzem o curso espacial que esta às vezes, ou quase sempre distintamente impactado pela dona de casa, militante, negra e mulher.

A forma como cada acampado e cada assentamento se expressa influencia em sua vivência corporal, e (re)produz uma geometria do corpo, que por conseguinte, pode ser cartografada e mapeada em seu curso espacial fruto de suas interações espaciais, ou seja, o corpo espacial é a condição de presença por meio de sua corporeidade. “Assim o homem toma consciência de seu corpo-fragmento de espaço que se articula com o espaço das coisas e com o tecido dos seres vivos; apreende-se como sede de desejos, os mesmos desejos que fundam o valor de uso dos objetos da economia e sabe-se dotado

de linguagem, a partir da qual é possível fundar o discurso humano.” (HAGÉGE, 1985:140)

Neste curso espacial percebe-se como o sujeito geográfico esquadrinha o mundo da vida. A partir do acontecimento discursivo, os acampados e assentados escrevem um novo texto, pois os códigos que se inscrevem no espaço são lidos por cada sujeito individual ou coletivo, produzindo e reproduzindo, formando e desformando as informações. O corpo como espaço representativo nos permite compreender a sociabilidade contemporânea devido a potencia da capacidade da mensagem que os corpos alcançam nas relações espaciais, o corpo emerge como código de cultura desse mundo das representações, se enuncia sob as práticas e estratégias do MST, do gênero, das relações étnicas e outras.

Na produção e reprodução espacial dos acampamentos e assentamentos do MST, produzem-se encantamentos e desencantamentos que são sempre recombinações de forma diferente, numa perspectiva sempre tencionada pelo Outro, em sua interface espacial, que é a sua contradição. De acordo com Orlandi (1997:140), “no mesmo lugar em que há equívoco, o outro, a interpretação, há também o trabalho ideológico da estabilização do sentido, trabalho imaginário de contenção do movimento de sentidos e dos sujeitos”. O corpo é um espaço tridimensional, pois se encontra mergulhado nas contradições de disputas de sentidos e significados na simbolização dos mundos da vida, aqueles da segregação espacial dos cursos espaciais base prática da percepção do mundo, onde se formam, se estruturam e se desfazem, incessantemente.

No universo da percepção se antecipa o mundo futuro e o sujeito sob o jogo do conflito pode negociar na suposta vitória e/ou na suposta derrota não o resultado que esta no futuro, mas, o aqui e agora em relação ao porvir, e esta percepção se traduz nos comportamentos humanos, na segurança, na insegurança, na tensão e no conflito. “A

ação é o próprio homem. Só o homem tem ação, porque só ele tem objetivo, finalidade. A natureza não tem ação porque é cega, não tem futuro.” (SANTOS, 2002:82).

Na trama da tensão que se estabelece a partir do jogo do conflito, os fios são entrelaçados, enredados sob as trajetórias de vida e trabalho, laborativa e existencial. Este movimento espacial, por sua vez, elabora ondulações rítmicas espaciais produzem um ponto de convergência na região representativa objetivada na comunicação, é uma produção espacial experienciada contestada e constituída. Os acampados e assentados mobilizam informações, configurações de símbolos e signos fruto de sua expressividade corporal.

A expressividade humana é capaz de objetivações, isto é, manifesta-se em produtos da atividade humana que estão ao dispor tanto dos produtores quanto dos outros homens, como elementos que são de um mundo em comum. Estas objetivações servem de índices mais ou menos duradouros dos processos subjetivos de seus produtores, permitindo que se estendem além da situação face a face em que podem ser diretamente apreendidas. (BERGER e LUCKMAN, 2005:53).

Essa expressividade corporal, lida geograficamente, produz uma identidade territorial e transforma o corpo individual em corpo coletivo. Nesta linha de raciocínio, os acampados e assentados produzem leituras e releituras dos anseios e desejos intencionais do MST, aqui o desejo é desejado, e na esteira do discurso do movimento os sujeitos inserem os seus desejos, anseios e necessidades.

Estes, em se localizando em suas posições-sujeitos, reconstroem o discurso do MST, e se inscrevem nele a partir do olhar de sujeitos que enunciam, são sujeitos locutores produzindo uma “cena espacial”, por e sobre um mundo da vida fraturado, que são (des)continuamente simbolizados. “Desta maneira minhas experiências biográficas estão sendo continuamente reunidas em ordens gerais de significados, objetiva e subjetivamente reais” (BERGER e LUCKMAN, 2005:59).

Ao rememorar os conflitos, Dona Maria recupera uma face da totalidade concreta, em que a sociedade brasileira está inserida, sobretudo em seu discurso de gênero, racial e étnico, com suas relações mal resolvidas. Por sua vez, essa face não é a do camponês, mas a de um mundo rural, que se encontrou no extenso do urbano, isto é, para nós, um território do caipira, que fica na interface rural-urbano.

O que podemos observar é que as relações espaciais que se dão no espaço social concreto-simbólico são frutos das micro-disputas por espaços mínimos que vão sendo construídos na interface individual/coletivo compondo relações mínimas em um processo de totalidade social contraditório e desigual em suas infinitas possibilidades em um vir-a-ser permanente na contradição espacial da práxis laborativa e existencial que às vezes definem, sugerem ou determinam posições, nos lugares. Sendo assim, a trama da tensão nessa perspectiva é constituída nas redes espaciais da trajetória de vida e trabalho. Nessa perspectiva, analisamos um diálogo entre duas lideranças assentados do Roseli Nunes sobre o saber rural e urbano.

***Nelson:** Esse negócio da área dele, uma das diferenças das outras áreas aqui na região sul que tem na área do Manoel Congo. É que o movimento ocupou esta área que tinha os 315 hectares, então ela fugia do módulo rural daqui. Então a gente sabia que ele não podia ser desapropriada. A não ser que a gente fizesse um acordo com o Incra pro Incra comprar a área que seria muito mais difícil do que a desapropriação. Então povo lá não tinha assim tão cedo a expectativa. E por incrível que pareça, aqui na região era o que mais produzia. Então, isso me fez constatar que a espera por recurso público, na verdade abrasa as iniciativas dentro da comunidade. Fica naquela expectativa vai vir vai vir, não vem nada. Então você já sabe não vem você já parte logo, foi isso que o pessoal fez.*

***Pedro:** Agora a gente tinha uma realidade lá também. Porque no acampamento no Manoel Congo as pessoas que eram acampadas elas eram pessoas mais rurais. Então hoje dentro dos acampamentos que a gente tem feito inclusive aqui Roseli Irmã Dorathy, Terra da Paz, são pessoas mais urbanas. Então não tem esse vínculo com a terra, então tão reaprendendo a trabalhar com a terra. Então agora lá no Manoel Congo as pessoas eram mais rurais.*

***Nelson:** Éh! Essa discussão de quem é rural e quem não é. É o seguinte. Eu vim de Minas Gerais e trabalhei até os dezessete anos na lavoura da cana. Vim pro Rio de Janeiro com dezessete anos fiz um curso no Senai e aprendi a trabalhar em torno mecânico no Senai e trabalhei em torno mecânico vinte e sete anos. Agora você vê, eu que era rural aprendi a trabalhar na indústria. Será que quem é da indústria, ou quem é urbano, é mais difícil trabalhar na terra. Eu acredito que é muito menos complicado as pessoas da cidade trabalhar na terra que, os da terra trabalharem na cidade que é muito mais complicado.*

E se aprende nisso.

O pessoal do Incra argumenta muito isso, de que dar prioridade.

Inclusive na entrevista pra ser assentado, se você tem o vínculo, o histórico de lida com a terra. É lógico se o companheiro já tem é melhor né. Mas quem é urbano eu acho que aprende com facilidade em trabalhar na terra entendeu. O problema que pode ser mais difícil, é a cultura o costume

***Pedro:** O problema é a readaptação.*

***Nelson:** A adaptação entendeu. Agora o aprender eu acho que com poucas conversa a companheirada... Eu trabalhava muito na lavoura da cana lá. Eu vim pra cá já não sabia mais nem capinar, nem roçar. Eu já tava manuseando uma foice muito bem (risos). Então ih! é fácil a companheirada sabe muita coisa, sabe muita novidade.*

Aqui tanto um como outro se torna narrador e passa a disputar seus sentidos e significados a partir de sua posição-sujeito. Eles buscam recursos argumentativos na memória discursiva em suas biografias individuais. Dessa maneira, dispõem-se no interior do assentamento, sob o mesmo plano da realidade, duas formas distintas de experienciar e interpretar o território, em escalas espaciais diferentes.

Tanto o Pedro como o Nelson - e não podemos deixar de frisar que esses sujeitos foram alijados de um processo de produção espacial que os impeliu para fora da nova ordem produtiva, forjando um conflito espacial entre os que possuem os meios de produção e os que não possuem – encontraram no MST a saída espacial.

Podemos apreender das falas que ambos passaram por um processo migratório em suas trajetórias de vida/trabalho até chegarem ao assentamento definitivo. A partir da crise do lugar, da quebra do ritmo cotidiano, influenciado pela ordem distante, o

sujeito geográfico busca novos itinerários e encontra no MST sua saída espacial, estas trajetórias podem, em linhas gerais, ser descritas em fases distintas.

Uma primeira fase se dá quando esses sujeitos resolvem sair do seu lugar de origem e tentar a sorte na “cidade grande”, lugar de estranhos. Estão buscando o mundo urbano, não foram procurar os meios de sobrevivência nos espaços rurais, cujas áreas lhes permitiriam uma adequação melhor pelo fato de terem experiências já acumuladas e uma maior facilidade de reproduzirem sua vida social pregressa, mas, ao contrário, foram em busca de melhores condições de vida nas cidades, na expectativa de reporem a perda dos meios de produção com trabalhos típicos dos meios urbanos.

A segunda fase é o desemprego, a perda do trabalho nas cidades e a difícil reposição no mercado de trabalho devido à baixa qualificação profissional. Nesse período, começa-se a pensar na volta para a terra, ou seja, em voltar para casa (terra natal com trabalho na terra). Contudo, devido às redes de relações feitas entre vizinhos, parentes, igrejas e partidos políticos, passa-se a ser gestada também a ideia de luta pela terra, em que o assentamento surge como uma oportunidade de retomar o rumo perdido nas trajetórias de vida/trabalho, o momento de recuperar, refazer, reconstruir o sonho de trabalhar na terra.

A terceira fase é a de sair de si mesmos e perceber que existem outros caminhos, alternativas, é quando vão encontrar no MST e nos segmentos afins (Igreja e Partidos Políticos) uma oportunidade de realização desse sonho. A partir daí, os trabalhadores rurais vão às reuniões, participam de assembleias, passeatas, ações promovidas pelos representantes. E, por fim, decidem ir para o acampamento, sofrer as agruras de viver de idas e vindas num momento de incertezas, com um único objetivo: a conquista da terra.

A quarta fase é a mais dramática, pois representa um dilema para os assentados. Estes têm, enfim, seu pedaço de chão, mas precisam encarar a dura realidade de saber que

os sonhos de trabalho e de consumo da cidade grande estão mais distantes. Geraldo (2002), ao estudar outros camponeses, em seu trabalho sobre o processo de ocupação da fazenda Boa Sorte, no município de Restinga-SP, destaca: “Deixam para trás o sonho de consumo, de prosperidade que inundou seu imaginário no passado. O sonho agora reside na possibilidade de atuar como sujeito, efetivamente ativo, na redefinição das formas de relação de trabalho, controle sobre as atividades que compõem o processo produtivo, de incluir diferentes atividades no trato da terra e de administrar a produção” (GERALDO, 2002:28). Segundo Tavares (2007):

A maioria das famílias do Roseli Nunes era de origem da periferia urbana e suas atividades anteriores não estavam ligadas à agricultura. Antes de ir para o acampamento, essas pessoas exerciam as mais diversas atividades para garantir a sua sobrevivência, entre essas atividades estão: pedreiro, agricultor, doméstica, eletricista, cozinheiro, operador de máquinas e trabalhador rural. Apresentando as diversidades das atividades desenvolvidas pelos assentados anteriormente, o que é uma característica dos assentamentos Rio de Janeiro Devido ao processo de intensa urbanização do Rio de Janeiro. Muitas vezes as pessoas já deixaram de praticar a agricultura, ou essas atividades eram praticadas por seus pais ou avós. (TAVARES, 2009:37).

De um lado, o Pedro representa o mundo estático, aquele baseado na vocação, determinado por uma relação direta entre sujeito (assentado) e objeto (terra), como se fosse esse encontro um definidor do mundo rural.

Do outro lado, o Nelson representa o mundo dinâmico das migrações onde cada sujeito (assentado) tem a possibilidade de ampliar seu objeto (terra) a partir de suas chaves espaciais que marcam o mundo rural, por suas des-re-territorializações, sejam elas efêmeras, fragmentadas, descontínuas, intensas, densas, ou até frágeis em seus encontros mesmos que sejam transitórias. Os narradores falam de outras posições de localizações, sob outros intensos que foram se definindo ou redefinindo, nas redes

espaciais de trajetórias de vidas e trabalhos sob o jogo do conflito. Nessa perspectiva, se constrói um espaço discursivo, tencionado pelas noções de rural e urbano.

As falas estão sob a tensão da presença e ausência que marcam discursivamente os mundos rural e urbano. Isso, por sua vez, apresenta duas posições da territorialização discursiva do MST, que proporcionam um acontecimento discursivo, no plano da representação. Na fala de ambos se encontra a disputa de sentidos e significados sob a posição-sujeito, na contradição em que estão inseridos do individual e do coletivo, que conforma toda a estratégia e prática discursiva do MST, que por seu turno simboliza a base territorial dos assentamentos. Na apropriação e reapropriação do discurso do MST, produz-se um espaço verbal, é aquele em que o sujeito exprime pela linguagem, pelo discurso e pela fala suas localizações.

Sendo assim, a territorialidade é aqui pensada como uma estratégia de resistência e de sobrevivência, em que, nas trajetórias de vida/trabalho dos assentados, engendra mudanças de espaço-tempo. Territorialidade que se revela flexível, pois é resultado dos espaços e territórios transitórios construídos em redes (circuitos), por meio de relações que expressam sentimentos de pertencimento e identidade coletiva de base territorial.

De acordo com Suzuki (2007), as definições entre campo e cidade devem ser lidas com novos parâmetros desde a introdução do tempo linear, aquele da lógica da indústria, sobre o tempo cíclico, aquele que marcava a lógica da agricultura, que foi acrescido dos complexos agroindustriais. Isso gerou uma fronteira difícil de ser lida e contextualizada separadamente uma da outra, ou seja, o rural e o urbano, o campo e a cidade, e os elementos inseridos, sobretudo, a partir da década de noventa do século passado, tornam insuficiente o simples estabelecimento de uma fronteira e de uma análise separada dessas duas realidades espaciais.

A partir da análise de Suzuki (2007), podemos afirmar que o rural e o urbano devem ser pensados na extensão um do outro, um pelo outro, um no outro, um implicado no outro, na disputa de sentidos e significados. Isso performatiza um encontro de mundos da vida, onde falar comunica intenções e demonstra que no processo se produzem consenso e dissensos, entre sujeitos.

Podemos apreender daí que, na tessitura da língua, “falar é agir” (LEFEBVRE, 1961:284). “A expressão é a palavra, a significação é a linguagem como forma.” (LEFEBVRE, 1961:294).

Podemos afirmar, então, que, no conjunto das falas, a linguagem toma uma forma espacial e adquire um status de estratégia de luta. Dessa forma, pela fala, o movimento dos trabalhadores sem-terra procura significar seu discurso nas bordas do discurso neoliberal.

Segundo Foucault (1986:128-9)

A linguagem está sempre povoada pelo outro, pelo ausente, pelo distante, pelo longínquo; ela é atormentada pela ausência. Não é ela o lugar de aparecimento de algo diferente de si e, nessa função, sua própria existência não parece se dissipar? Trata-se de suspender no exame da linguagem, não apenas o ponto de vista do significado (o que já é comum agora), mas também o do significante, para fazer surgir o fato de que ambos existe linguagem, de acordo com os domínios de objetos e sujeitos possíveis, de acordo com outras formulações e reutilizações eventuais.

Léfèbvre (1991:33) nos leva a pensar sobre os lugares (topos), seus significados (simbólicos) e a relevância da linguagem (signos orais), do permitido e do proibido, que põem em movimento, no cotidiano, a linguagem como uma estrutura de sobrevivência, resistência e inventividade. “A experiência ensina formas mais adequadas do uso da palavra, do sentido e do poder da palavra, do que pode ser dito e do que não deve ser dito; de quando e de onde deve ser dito o que pode ser dito” (GERALDO, 2002:139).

Agora podemos afirmar que o sujeito geográfico tem **seu conteúdo no fluxo**. Assim, ele não vive sem espaço, território, região, paisagem ou lugar, mas está em constante movimento de (re)construção, efêmera, transitória de breve permanência. Está se articulando dando e sofrendo influências de todas as ordens é um presente-ausente, pois vive, concebe e percebe o imediato tornando-o mediato de acordo com suas necessidades materiais, desejos e afetos. Produz e reproduz em seu movimento, um deslocamento de uma ou várias intencionalidades. Por meio das chaves espaciais, ele marca e remarca os lugares em constantes topografias e toponímias.

Assim, o assentamento torna-se a base territorial de todos, mas também de cada um, e aí precisa ser pensado coletivamente (todos), mas tem que sobrar espaço para o sujeito individual (cada um), se realizar territorialmente¹¹, sem perder-se de si mesmo. Isso quer dizer que o sujeito ao abdicar, em nome do coletivo, das pulsões individuais, conduz a um movimento tenso nos corpos vibráteis, que fornece este gesto e permite uma realização comum para todos e não só uma subtração de sua existência espacial. Podemos afirmar com Lefebvre (1974), que o modo de aproximação da realidade é produto das práticas e estratégias do espaço, que reúne as representações espaciais, que por seu turno carrega de sentido e significados os signos, símbolos e códigos entendidos como uma relação múltipla de sensação e ação.

Nesse sentido, por meio da biografia individual, podemos afirmar que na base territorial se conforma o sujeito geográfico, um homem prático-objetivo-sensível.

O MST tem como prática e estratégia ocupar espaços, que até seu surgimento eram alheios ao homem do campo, aos trabalhadores rurais, como, por exemplo, as praças de pedágios, prédios públicos e outros; é o que podemos ver nesta reportagem de

¹¹ *A identidade territorial é um tipo de identidade social que se expressa na relação de pertencimento de um grupo a partir da delimitação de uma escala territorial de referência identitária (Hesbaert, 1988: 1997).*

17 de agosto de 2011, no site oficial da Prefeitura de Ribeirão Preto, encontramos a seguinte matéria:

Prefeita e alguns secretários ouvem solicitações do MST, no Palácio Rio Branco

Prefeita e alguns secretários ouvem solicitações do MST, no Palácio Rio Branco:
Fonte: fotos, Roberto Galhardo

A prefeita de Ribeirão Preto, Dárcy Vera, reuniu alguns secretários municipais na tarde desta terça-feira, dia 16, no Salão Nobre do Palácio Rio Branco, para discutir e encaminhar algumas reivindicações que constam no projeto social entregue por lideranças do Assentamento “Mário Lago”, ligado ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Ribeirão Preto: Prefeitura reúne

secretários e encaminha reivindicações do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. As lideranças do Assentamento Mário Lago solicitaram melhoria na estrutura do assentamento que fica nas proximidades do Bairro Ribeirão Verde, zona Leste da cidade. Querem a construção de uma escola municipal de ensino fundamental, que contemple os quatro assentamentos localizados na região do Ribeirão Verde. Sobre isso, a prefeita adiantou às lideranças, comandada por Kelly Monfort, que a administração municipal já definiu, na lei orçamentária, recursos no valor de R\$ 3 milhões para a construção de uma escola de campo, como sugere o MST. As lideranças reivindicam também a implantação do Programa Saúde da Família, limpeza urbana. “Estamos mobilizados para garantir o desenvolvimento no assentamento, no atendimento à criança e ao adolescentes, como a implantação da escola de campo. Achamos que o encontro encaminhou bem as questões. Algumas solicitações já estão encaminhadas e outras serão mais detalhadas nos próximos dias”, destacou Kelly Monte, liderança do MST, da comunidade “Mário Lago”.

O movimento dos trabalhadores sem-terra ao se territorializar no interior do poder administrativo, faz circular o discurso do MST e, por sua vez, questiona por dentro o sistema neoliberal concretamente, pois na medida em que se coloca por meio de suas lideranças como sujeito e objeto da luta pela terra, não só põe em jogo neste momento as melhorias locais, mas também põe em jogo os precedentes de uma suposta vitória na mesa de negociação o que abre-se para outros acampados e assentados em outros municípios e estados, a possibilidade do êxito.

Essa forma de se territorializar e se enunciar em espaços outros, deixou tanto a imprensa brasileira como um grupo de intelectuais atônitos; é o caso do Sociólogo José de Souza Martins (2002:17).

Daí o caráter ludita das lutas populares atuais, vinculadas ou não a movimentos formais e organizações. As do campo, no corte de cercas, na ocupação de terras, na quebra de postos de pedágio, nos saques, na ocupação de repartições públicas. As da cidade, na depredação e incêndio de trens e estações ferroviárias, na depredação e incêndio de ônibus, também nos saques, na ocupação de prédios abandonados. Em ambas as situações, não raro há o veto à aparição pública dos governantes, a impugnação à opinião fundamentada e crítica dos intelectuais, a distorção da palavra dos outros, nos partidos, na mídia, nos grupos de mediação.

Pensamos que sendo movimentos sociais e populares, até mesmo, aqueles que não tenham vínculos formais, são frutos de manifestações coletivas. Isso significa que “o movimento nasce a partir de problemas locais e imediatos e seu desenvolvimento tende a ampliar as reivindicações para esferas mais amplas da realidade social” (GOHN, 1992:12).¹²

Martins (2002) equivoca-se, ou melhor, exagera em sua análise sobre o MST ao compará-lo com os Luditas. O MST é um movimento que faz da sua prática de ocupação dos prédios públicos e outros, uma estratégia para ganhar e dar visibilidade as suas necessidades políticas e econômicas. Já os Luditas são um movimento do século XIX que tinha como meta quebrar as máquinas como forma protesto, culpando-as por seu desemprego.

O MST usa as mais diferentes formas de luta, que vão desde caminhadas, passeatas, longas marchas, manifestações na cidade, audiências coletivas, ocupações de terra de prédios públicos. Não temos uma única forma de luta, pois desde que sejam massivas podem ter eficácia. O que temos notado é que as formas mais eficazes têm sido as ocupações de latifúndio e dos prédios do Incra, quando a burocracia interna do órgão emperra as desapropriações ou a liberação de dinheiro. Tanto que só vem a público que eles não estão liberando o dinheiro, ou que tal desapropriação está parada, quando ocupamos o Incra. Evidentemente, pagamos um preço alto por isso. A direita e a grande imprensa fazem campanha contra nós, tentando descaracterizar essas ações como se fossem vandalismo. Pagamos um preço, pois o pessoal precisa de dinheiro para fazer a plantação. Então, temos que utilizar todas as formas de pressão para garantir que o governo de fato acelere essas medidas. (STÉDILE, 1997:88)

¹² Não podemos nos equivocar ao analisar, por exemplo, um quebra-quebra contra um trem que chega sempre lotado e as mulheres que nele sofrem assédio com o movimento feminista que queima o sutiã, não é o sutiã, mas a liberdade de usá-lo ou não, mais ainda, é o seu significado simbólico, as mulheres não estão chamando a atenção para o sutiã nem para os que o fabricam (trabalhadoras/trabalhadores), mas para os portadores do poder que o identificam à cultura machista, que oprime as mulheres. Nem se deve confundir a depredação de um ônibus por parte de um grupo de pessoas que se revoltam porque o motorista sempre atrasa e o veículo está em péssimas condições, com um movimento das Sociedades Amigos de Bairro, que os quebra e põe fogo em pneus para interditar as ruas e para chamar a atenção para o debate sobre o transporte público, ou com o Movimento dos Sem Tetos que ocupa prédios públicos para chamar a atenção das autoridades responsáveis para o problema da habitação. Não existe caráter luddita, o que existe são ações de afrontamentos, de contestações. Segundo Stédile (1999), “a ocupação é uma forma de luta contundente, não deixa ninguém ficar em cima do muro, obriga todos os setores da sociedade a dizerem se são a favor ou contra. Não há, enfim, oportunidade para escamotear o problema social” (Stédile, 1999:113).

Neste momento, podemos afirmar junto com Paulo Freire (1987), que essas análises sociológicas superficiais e fatalistas não são os traços de ser de um povo. Essas ações são formas de luta que no decorrer da história do Movimento foram se tornando métodos criativos de pressão social. De acordo com o texto do MST, de 2002, essas ações foram construídas na base pelos trabalhadores, vejamos quais são:

Ocupação: é a forma de luta mais importante, requer organização e base muito bem definidas, o critério fundamental é a escolha do local, a ocupação gera o fato político;

Acampamento permanente: a palavra chave neste caso é resistência, o acampamento só se desfaz quando o último acampado estiver assentado, neste período o MST promove diversas ações para sensibilizar a opinião pública e fazer pressão sobre as autoridades;

Acampamento provisório: cujo objetivo é chamar a atenção das autoridades e da sociedade, estudar e decidir os encaminhamentos e apresentar as reivindicações, após atingida a finalidade de que o moveu, ele se dissolve;

Marchas pelas rodovias: essa forma de luta tem por objetivo chamar a atenção da população para os problemas dos sem-terra, ganhar adeptos e simpatizantes e, conseqüentemente, ser um poderoso meio de pressão sobre os governantes;

Jejuns: o jejum é feito em um tempo determinado e tem como objetivo simbolizar e tornar visível a fome que diariamente é vivida nos acampamentos; por meio deles também fica implícito que os sem-terra usam formas pacíficas de luta e que estão abertos a diálogos com as autoridades;

Greve de fome: é utilizada somente em situações extremas e com muito critério e preparo, onde um grupo permanece, por exemplo, na frente de um palácio de governo

ou de algum órgão pertinente, sem se alimentar por tempo indeterminado, até que as autoridades se disponham a atender às reivindicações;

Ocupações de prédios públicos: é sempre aquele onde está sediado o órgão envolvido na reivindicação, a intenção neste caso é expor ao público que esses órgãos não cumpriram os compromissos assumidos e obrigar os responsáveis a negociar;

Acampamentos nas capitais: como os acampamentos no campo só se tornam visíveis quando geram um fato que interessa à mídia, às vezes os sem-terra vão todos ou mandam um grupo acampar no centro da capital, isso constitui uma manifestação permanente, que expõe abertamente as condições de um acampamento;

Acampamentos diante dos bancos: os assentados enfrentam muitos problemas com a liberação de empréstimos e recursos para organizar o assentamento;

Vigílias: são manifestações também massivas, programadas para um período menor, mas de forma contínua e permanente, mantendo-se dia e noite, são realizadas na frente de fóruns, presídios, delegacias ou vigílias de solidariedade a outros movimentos na luta pela justiça social;

Manifestações nas grandes cidades: o movimento conduz trabalhadores sem-terra às grandes cidades para manifestações e passeatas, na tentativa de chamar a atenção da população para seus problemas e ganhar visibilidade, são manifestações pacíficas que demonstram a organização, a disciplina, e familiarizam a sociedade com seus símbolos. (MST, 2002:199-03)

No plano da intencionalidade capitalista, o movimento questiona o Estado que, na disputa de sentidos com o MST, privilegia um conjunto de práticas e estratégias que tira do coletivo a responsabilidade de lidar com o problema e passa para o plano do indivíduo e não do sujeito, ou seja, passa para o do cidadão de papel. O MST, ao se enunciar no território administrativo público, produz um contra território no plano da

representação. O discurso do MST é o próprio movimento, pois se territorializa, sob tensões e conflitos na disputa por posições discursivas. O conflito entre Estado e MST, revela uma face da sociedade capitalista brasileira em sua conjuntura política, social, econômica e cultural.

Estas práticas se dão sob agenciamentos territoriais que conformam uma região minúscula que produz um movimento dialético individual e coletivo em práticas do MST, como as assembleias e as reuniões, em que a representação engendra um abstrato-concreto no devir e se conforma como mensagem, como canal, como fluxo, como códigos, que se movimentam sob as comunicações. Essa região minúscula articula e combina todas ou a maioria das práticas enunciativas no discurso do MST.

Nessa região, o ponto de partida é uno (discurso), mas o ponto de chegada é múltiplo, e os agenciamentos possíveis são de comunicação que por sua vez funda uma outra região, *a região de representação*, minúscula em sua extensão, mas densa em seu significado.

A Região como um conceito geográfico apresenta diversas e diferentes perspectivas de análises. Corrêa (1987) desenvolve um estudo histórico sobre a Região, demonstrando a importância para a disciplina geográfica e enfatizando sua complexidade. Assim, o autor afirma que a Região, como categoria do espaço, geográfico sofre influência de várias correntes teóricas, a saber:

a) o Determinismo Ambiental, a partir do final do século XIX, a temperatura determina o comportamento dos homens justificando assim o desenvolvimento dos países localizados em áreas meteorológicas mais propícias;

b) O Possibilismo surge no final século XIX, na França, e no início do século XX, nos Estados Unidos, em reação ao determinismo ambiental. À semelhança do determinismo ambiental, a visão possibilista focaliza as relações entre o homem e o

meio natural, mas não o faz considerando a natureza determinante do comportamento humano;

c) A Nova Geografia, que surge na segunda metade do século XX, pós-segunda Guerra Mundial, tem sua origem de forma simultânea na Suécia, Inglaterra e Estados Unidos. A Nova Geografia busca nas leis ou regularidades empíricas a forma de padrões espaciais. Para a Nova Geografia, a Região é um caso particular de classificação, tal como se procede nas ciências naturais. Desenvolve-se o conceito de padrão espacial e toda discussão passa pela crítica do determinismo e do possibilismo;

d) A Geografia Crítica tem seu esboço no final do século XIX, pelos anarquistas Élisée Reclus e Piotr Kropotkin. No século XX, a partir da década de 60, contribuíram para o debate da Geografia Crítica, entre outros, os trabalhos de David Harvey, Yves Lacoste e Milton Santos. A Região passa a ser pensada sob o desenvolvimento desigual e combinado, caracterizada pela sua inserção na divisão nacional e internacional do trabalho e pela associação de relações de produção distintas. Passa a ser considerada uma entidade concreta, resultado de múltiplas determinações, e da efetivação dos mecanismos de regionalização.

Segundo Claval, a nova região do final do século XX, deverá contemplar:

Os tempos livres que se alongam; a vida ativa começa mais tarde e acaba mais cedo; as preferências individuais, as formas de socialidade, os lazeres e a vida cultural presente nas escolhas das pessoas. No Ocidente, o progresso acompanhado de uma queda rápida da natalidade e o envelhecimento da população é mais e mais espetacular. (CLAVAL, 1999:289)

A partir de uma crítica ao paradigma pós-moderno, que afirma o desaparecimento da geografia e com ela o fim da Região, o geógrafo Milton Santos (2002) tenta atualizar o conceito de Região levando em consideração as mudanças espaço-temporais.

Quanto a nós, ao contrário, pensamos que: em primeiro lugar, o tempo acelerado, acentuando a diferenciação dos eventos, aumenta a diferenciação dos lugares; em segundo lugar, já que o espaço se torna mundial, o ecúmeno se redefine, com a extensão a todo ele do fenômeno de região. As regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizam. (SANTOS, 2002:246)

Ao considerar o espaço regional, *locus* da reprodução econômica, política, social e cultural, busca-se apreender as relações sociopolíticas que engendram os conflitos simbólico-culturais. Privilegiaremos a dialética do jogo das escalas (micro/macro), que conjuga o universo concebido, vivido e percebido, o que nos possibilita observar a presença (vivido) e ausência (concebido) na produção regional, levando em consideração que os assentamentos são concebidos em um determinado(s) espaço e percebido e vivido em outro(s).

Assim, compreende-se as identidades territoriais na produção da diversidade espacial, frutos das experiências vividas advindas do processo de identificação. Nesse sentido, compreendemos como são (re)articuladas as chaves espaciais e a representação espacial, considerando as interações sociais por meio das mobilidades dos sujeitos. O objetivo aqui não é achar um padrão comparativo entre as diversidades territoriais, mas buscar na des-ordem-socioespacial até que ponto as práticas e estratégias imprimem significados que possibilitem a inteligibilidade do Outro, para além do local do assentamento. Assim, na diversidade territorial no processo de consolidação do assentamento, se produz o Outro (sujeito geográfico), individual/coletivo.

Acostumamo-nos a uma ideia de região como subespaço longamente elaborado, uma construção estável. Agora neste mundo globalizado, com a ampliação da divisão internacional do trabalho e o aumento exponencial do intercâmbio, dão-se, paralelamente, uma aceleração do movimento e mudanças mais repetidas, na forma e no conteúdo das regiões. Mas isso não suprime a região, apenas ela muda o conteúdo. A região continua a existir, mas com um nível de complexidade jamais visto pelo homem. (SANTOS, 2002:247)

A partir dessas considerações, percebemos que as práticas e estratégias sob as chaves espaciais permitem se apropriar topograficamente da região simbólico-concreta, sob a presença e ausência, concebida e vivida mediada pela representação.

Em nossa análise, privilegiamos o modo de apropriação do sujeito individual/coletivo e seu percurso, seu trajeto no cotidiano é uma relação espacial vivida, concebida e percebida, ou seja, é um espaço praticado, mediado pela presença e ausência discursivas e dialógicas. Essa noção de região simbólico-concreta permite que apreendamos os sujeitos individuais/coletivos que vão a todos os lugares sem deixarem de ser eles mesmos, ela é forjada por meio de ligações, conjunções, conexões, na qual todos e cada um revela uma face, um momento da totalidade concreta (biografia individual), produzindo um movimento de configuração e de tensão.

O assentamento concebido planejado, projetado, se transforma por meio das apropriações dos sujeitos envolvidos no processo por uma polissemia de sentidos, produzindo assim uma tessitura que constitui a região em conjunto com seu discurso, que a amplifica. Isso produz uma co-presença e um processo equidistante, fruto da trama da tensão contida no interior do processo de deslocamento, que se abre por sobre um espaço em um quadro de vida cotidiano, formando no mesmo plano da realidade vivida, o movimento dialético da ordem próxima-distante.

O olhar aqui é sobre as possibilidades infinitas de percursos, trajetos, comunicações, que promovem (re)encontros nas relações espaciais que carreguem curvaturas, vetores, entradas e saídas, diversidades, multiplicidades, ritmos, fluxos, densidades, intensidades e que possuam vibrações, que possibilitem des-re-territorializações simbólico-concretas, por meio das interações espaciais. A crítica da vida cotidiana foi definida primeiramente como região, de apropriação pelo homem não tanto da natureza exterior como de sua própria natureza, como zona de demarcação de

junção entre o setor não dominado da vida e do setor dominado, como região onde os bens se confrontam com as necessidades mais ou menos transformadas em desejos. (LEFEBVRE, 1961:50)

Tais encontros de territorialidades são momentos que servem para a troca de experiências com outros assentados, com os representantes e com outras pessoas, estabelecendo conteúdos de comunicação, reforçando a identidade coletiva e o pertencimento necessário para que o assentamento seja lugar de domínio e de controle, em que o território em construção emerge como base territorial de referência. “Daí a necessidade de olhares sob perspectivas diferentes para garantir a pretensa profundidade e compreender a dimensão da comunicação e da cultura e as formas que operam neste campo, para a construção da hegemonia e do consenso” (GERALDO, 2002:20).

É o sujeito geográfico sem terra, acampado ou assentado que, com suas chaves espaciais, produz e constrói a região simbólico-concreta do MST, por meio de seus possíveis agenciamentos. É uma análise geo-antropológica, ou melhor, é uma região praticada, experienciada e experimentada, com suas contradições. “O homem como ser prático é sujeito objetivo” (KOSIK, 1976:185). De acordo com Claval (1999), “o espaço frequentado pelos homens não se limita jamais àquele revelado pela observação. Eles são feitos de palavras, de imagens, de ideias, de relatos transmitidos de geração a geração” (CLAVAL, 1999: 140).

Gérardot afirma que é com o ritmo definido como a criação de agenciamentos espaciais e temporais específicos, que podemos deixar a complexidade do tempo (Gérardot, 2007:72).

De início um primeiro eixo, horizontal, um agenciamento: um de conteúdo, o outro de expressão. Por um lado, ele é agenciamento maquínico de corpos reagindo uns sobre os outros; por outro lado agenciamento coletivo de enunciação, de atos e de enunciados, transformações incorpóreas sendo atribuídas aos corpos. Mas segundo um eixo vertical orientado, o agenciamento tem de uma parte, lados territoriais ou reterritotalizados que o estabilizam e, de

outra parte picos de desterritorializações que o arrebatam. (DELEUZE e GUATTARRI, 1995:112)

Essa forma de pensar a região minúscula sob agenciamentos de territorialidades está fundamentada na comunicação; Geraldo¹³ (2002) pensa a comunicação como uma dimensão cultural, como o elo de um conjunto de iniciativas que se processam, afirmando que a comunicação é um elo societário na busca de consolidação do espaço social.

A comunicação, enquanto fenômeno indissociável da vida cultural permeia as relações cotidianas, no processo de articulação e mobilização da comunidade. É essencial no processo de organização da produção, na divisão das tarefas. Tudo isso, aparentemente óbvio, é um fenômeno humano em recriação, reconstrução e que se propõe alternativo desde o momento da tomada de decisões, que se constitui em um espaço participativo e solidário. (GERALDO, 2002:28)

Aqui as representações que cada sujeito individual/coletivo faz da realidade espacial em que está mergulhado, produz experiências materiais e imateriais, comunicadas pelo discurso que pode ser lido como texto, por meio de imagens representativas produzidas por estes. “Objetos, gestos, palavras da vida cotidiana encarnam a totalidade, do modo real mais fragmentário: o seu nível” (LEFEBVRE, 1961:61).

A partir do contexto atual em que pese a copressão espaço-tempo, a virtualidade espacial, o fluxo, o dinheiro virtual, o paradoxo do endurecimento das fronteiras e as identidades móveis e plurais, a nossa proposta de *micro-região* simbólico-concreta procura ser conforme agenciamentos fundados nas chaves espaciais cotidianas. “Há pequenas regiões, aquelas que nascem dos ritmos e das complementaridades da vida cotidiana, e de outras mais amplas, que unem aquelas que estão ligadas por relações de tipo diferente, menos frequentes para os particulares, mas também geralmente importantes” (CLAVAL, 1999: 290).

¹³ Geraldo (2002) desenvolve sua pesquisa no assentamento 17 de Abril, fruto da ocupação da Fazenda Boa Sorte, no Estado de São Paulo.

Na trama da tensão entre ordem próxima e ordem distante, entre vivido e concebido e entre presença e ausência, vai se formando uma polirritmia entre textos, práticas estratégias e discursos, agenciados pela presença-ausência dos ritmos possíveis e envolventes. São os diferentes ritmos das práticas e estratégias, nos gestos dos punhos cerrados ou mãos levantadas segurando foices, facões e enxadas com gritos de palavras de ordem, ou das poesias, dos textos, das revistas, das músicas: “Outros símbolos, como o facão, a foice, a enxada e os frutos do trabalho tornaram-se presentes no cotidiano da luta, representando a resistência e a identidade dos sem-terra” (MST, 2002:210). Isto é, são dados linguísticos que envolvem tempos distintos e articulados e que produzem o agenciamento rítmico na comunicação fazendo vibrar as diversidades territoriais e espaciais, na construção regional do MST.

Ou seja, é uma região minúscula fundamentada na representação e que: “o que tem a maior importância é que eu sei que há uma contínua correspondência entre meus significados e seus significados neste mundo que partilhamos em comum, o que respeita a realidade dele” (BERGER e LUCKMAN, 2005:40). São as interações espaciais a conectar uma biografia individual às enunciações discursivas do sujeito coletivo. Santos afirma que: “o fato de ter vida curta não muda a definição do recorte territorial” (SANTOS, 2002:247)

Os assentados e/ou acampados se enunciam como sem-terra, o que lhes permite uma conformação da região do MST. A região do MST se configura pelo discurso de unificação das ações que dão sentido e significado às práticas e estratégias nos acampamentos e assentamentos. É uma prática discursiva que se traduz em uma territorialidade possível de ações concretas em várias localidades, seja nos assentamentos, nos cursos de formação, seja nas universidades e outras.

O discurso e a palavra pronunciada atualizam o território do MST e conformam esta região praticada. Esse movimento potencializa cada sujeito alinhado pelo discurso (sob contradições) e pela prática, a se organizarem e cooperarem uns com os outros, no lugar próximo ou lugar distante, ou seja, é um movimento ritmado, em sua translocalidade, na produção das ocupações, dos acampamentos e dos assentamentos.

Quando os acampados e os assentados fazem os mesmos gestos, se cobrem com bandeiras, usam bonés, camisetas, fazem passeatas, cooperativas, associações, buscam créditos, escolas, e outras ações tanto individuais quanto coletivas, estão agenciando territórios distintos pelo procedimento dessas ações que se pronunciam e significam uma região minúscula em intencionalidade, sentido e experiência. “As consequências de formar um grupo sobrevive às vezes às mudanças ou às interações que tinham suscitado: a região cessou de ser uma realidade objetiva para tornar-se uma representação” (CLAVAL, 1999: 290). A comunicação imprime na região uma produção simbólica, que traz em seu bojo uma polivocabilidade de sentidos e significados sob a base territorial.

A região que temos aqui é comunicada com gestos, palavras, poesias, músicas, textos, pinturas, imagens, símbolos, signos, esculturas e ações que partem do enunciado do discurso do MST, e se encontram mesmo que de forma contraditória com seu interlocutor, ou ainda, a nossa pesquisa é o das “filigranas” espaciais é um ponto de fuga espacial no mundo das estruturas.

Dessa forma, trocamos o espaço unívoco (de um único nível), aquele das classes sociais, ora justapostas, ora sobrepostas, pelos espaços-redes de múltiplos níveis, sob múltiplas escalas que passam uma a outra incessantemente, em malhas espaciais de unidade e escala, das identidades culturais, sob as representações individuais e coletivas.

É uma produção simbólica do espaço em que o jogo do conflito visto em tela, se desdobra na dialética sob três planos da realidade cotidiana unidos distintamente;

- no primeiro plano, aquele do subterrâneo e clandestino da vida, dissimulado, que fica quase na penumbra, à meia luz, como a imagem refletida no espelho d'água, meio retorcida por suas ondulações, onde às vezes os sujeitos vivem o espaço como verdade e outras como engodo, na ambiguidade, onde o que prevalece é um mundo percebido de práticas espaciais com ou sem códigos,

- o segundo plano se torna um fundo, aquele da intencionalidade capitalista esquizofrênico por excelência, meio e não fim, às vezes determinado e outras vezes determinante, aqui condicionado, ali condicionante, que está em todos os lugares, quase onipresente, quase onisciente, quase à revelia de todos e de cada um. Onde as representações do espaço são concebidas pelos planejadores, políticos, urbanistas e tecnocratas. Mas também é lugar de representações que concebem utopias, emancipações, criatividades, ousadias e transgressões, espaço criativo de alguns artistas, músicos, poetas e de intelectuais, lugar das abstrações, é o mundo concebido como representação do espaço;

- o terceiro plano, este que vem se pondo, como um olhar no infinito, no horizonte, como tendência, ainda meio confuso, caótico, mas se destacando, deslocando para fora, em um movimento de fuga, expresso quase em um ritmo de estrangulamento, para passar no gargalo do mundo da vida, é um espaço com hiatos, vem se pondo com ecos, dando a aparência de chegar depois, e às vezes a impressão que temos é que ele chega antes dos eventos, usurpando, por assim dizer, o mundo das estruturas, aquele que é dado a cada dia, da aurora ao crepúsculo, que se concretiza com suas contradições, do homem comum, do homem urbano, do homem do campo, do homem no mundo, do homem ordinário. É o espaço da intimidade, do contíguo, espaço do afeto, da emoção,

lugar das microrresistências, núcleo e lugar das experiências espaciais. Este é o momento da produção espacial que tanto no processo, quanto na relação é o momento da totalidade concreta que engendra o momento relativo da espiral na revelação da parte no todo, e do todo na parte.

Sendo assim, a triálética não exclui a dialética, mas a envolve em uma **racionalidade-rede** e por seu turno forma uma trama complexa, diversa e indeterminada no contexto espacial, e a partir do terceiro termo, a intencionalidade, dá a identidade e a unidade aos outros termos. A triálética aqui se assenta sobre o móvel, múltiplo, combinado e intercambiável, por sua vez, mediador, intermediário e inter-relacionado. Os termos só ganham em sentido e significado quando se unem e se influenciam reciprocamente; separados, são frutos do pensamento ideal.

De acordo com Lefebvre (1991), a rede implica e permite uma racionalização aguçada, mais complexa. Ou seja, o pensamento vai do complexo (analisado por redução) ao mais complexo (captado por re-produção) tal com a própria prática social. A análise do espaço e suas aplicações técnicas vão se deslocar da árvore para a rede, inclusive a análise do espaço mental e social, do conhecimento, da linguagem, dos processos sociais, da realidade urbana. A forma de pensar o mundo a partir da rede permite a atualização da forma de pensar arborescente.

Dessa maneira, os termos estão um em oposição ao outro, se atritando, se chocando um no outro, um pelo outro, um implicado no outro, ou mais, um revertido no outro. Assim, não se produz uma síntese, como na dialética, mas, uma tendência, que carrega neste percurso, o que permanece, mas também deixa de lado o que cai, e por seu turno produz neste curso, o que tende a ser (*o devenir*); são termos liminares. O terceiro termo é o que dá a unidade da identidade, da interação, nesta contradição.

Neste caso, a dualidade de referência cai no carecimento e abre caminho para as ações plurais de comunicação de identidades, de territorialidades e produção de significados, ou melhor, das múltiplas práticas culturais e seus significados e sentidos.

Na medida em que os espaços são produzidos, aqui e ali, são imediatamente ou simultaneamente incorporados por outros sistemas simbólicos mais amplos e complexos. O terceiro termo não produz uma síntese (como na dialética), mas uma tendência, um ponto espacial de fuga, que se apresenta recoberto pelas contradições, em fluxo, isto (re)define o percurso, o transcurso e, por conseguinte, transforma e produz novos momentos espaciais carregados de outros e/ou novos significados e sentidos. Assim, o terceiro termo possibilita tomarmos o processo e suas relações, isto quer dizer que em nossa análise é uma construção, a partir do simbólico engendrado no concreto, ou seja, saímos do simbólico para o concreto e voltamos para o simbólico imerso do concreto, sob a grade dos lugares a conectar a humanidade inteira.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Foto 18: Sem Terrinha. Fonte: MST/RJ -12/10/2010
Assentados reunidos para debater sobre a educação

A Canção dos Povos

Quando uma mulher, de certa tribo da África, sabe que está grávida, segue para a selva com outras mulheres e juntas rezam e meditam até que aparece a “canção da criança”. Quando nasce a criança, a comunidade se junta e lhe canta a sua canção. Logo, quando a criança começa sua educação, o povo se junta e lhe canta sua canção. Quando se torna adulto, a gente se junta novamente e canta. Quando chega o momento do seu casamento, a pessoa escuta a sua canção. Finalmente, quando sua alma está para ir-se deste mundo, a família e amigos aproximam-se e, como em seu nascimento, cantam a sua canção para acompanhá-lo na “viagem”. “Nesta tribo da África há outra ocasião na qual os homens cantam a canção. Se em algum momento da vida a pessoa comete um crime ou um ato social aberrante, levam-no até o centro do povoado e a gente da comunidade forma um círculo ao seu redor. Então lhe cantam a sua canção”. A tribo reconhece que a correção para as condutas antissociais não é o castigo; é o amor e a lembrança de sua verdadeira identidade. Quando reconhecemos nossa própria canção já não temos desejos nem necessidade de prejudicar ninguém. (...) Teus amigos conhecem a tua canção e cantam quando tu a esqueces? Aqueles que te amam não podem ser enganados pelos erros que cometes ou às escuras imagens que mostras aos demais. Eles recordam tua beleza quando te sentes feio; tua totalidade quando estás quebrado; tua inocência quando te sentes culpados e teu propósito quando estás confuso.

Tolba Phan

Iniciamos as considerações a partir dessa canção que pressupõe um outro olhar sobre as construções identitárias culturais, que podem ser lidas sob a égide do jogo do conflito, que conformam uma produção espacial simbólico-concreta. As chaves espaciais produzem o ritmo espaço-temporal que aqui é uma inflexão no mundo contemporâneo, ladeado por músicas, contos, poesias, poemas, romances, histórias e/ou estórias como produto de consumo e troca no mercado capitalista e “descartável” do mundo ocidental.

Aí, o sujeito, quando muito, busca uma identificação, uma bricolagem, uma aderência, uma mimese, um decalque, onde os saberes e o *savoir-faire* escamoteado pelas técnicas se transformam em tautologia em um espaço replicante, onde todos e cada um de nós, nos esvaziamos de esperança, de emoção, de vibração, criando

simultaneamente um outro espaço de ação do signo burguês, o da concorrência, o da competição, “da competência”, cujo significante é opaco, obscuro, frio e sombrio, ou seja, um espaço de intersecções, antropofágico em sua essência só para o consumo, prestígios e relações que encerram um status que nos qualifica a estar ou não, a fazer parte ou não, do grupo seletivo, dos eleitos e iluminados, em uma luta explícita e às vezes surda na busca de um reconhecimento, mesmo que fugaz.

Ou seja, daquela celebridade, daquele espetáculo, daquele lugar... daquele paraíso capitalista com suas esquizofrenias... ou melhor, aquele do “cidadão de papel”, para se reconhecer em uma das modalidades citadas, dando a impressão de que algo está fora de lugar. Esse movimento produz uma sensação, uma percepção, de perda da pessoalização, da humanização, da autoria, da identidade, do espaço, da autoridade, do poder de interação com o outro. Desloca a presença do objeto e o torna ausente, que, por seu turno, produz uma representação independente, autônoma, podendo ser apropriada como qualquer outro objeto de consumo se inserindo nas trocas “econômicas simbólicas.”

Nessa perspectiva, as empresas nacionais, internacionais, multinacionais, conglomerados não vendem mercadorias, ideologias, mas *intenções*, simbolizadas nos produtos. É este confronto que está aqui e acolá, em cima, embaixo, dos lados, dentro e fora simultaneamente, que dá a falsa impressão de que o tempo destruiu o espaço, de que o mundo encolheu, de que só existe um único discurso, uma única senda, o espaço dissipou, e vivemos em uma aldeia global.

Dessa forma, a partir da nossa pesquisa afirmamos que o espaço discursivo dos assentamentos é heterogêneo e não comporta um discurso único. Neste espaço em que se reúnem os sujeitos locutores enunciativos responsáveis pela presença, e os sujeitos locutores enunciadores responsáveis pela ausência nos é permitido afirmar que o

discurso fundante do MST é a Terra como empoderamento para cada assentado, sob o questionamento da Reforma Agrária em curso.

As representações que mediam esse processo sofreram territorializações, desterritorializações e reterritorializações, tanto na ordem organizativa, produtiva, quanto na luta pelo reconhecimento dos assentados e segmentos envolvidos, demonstrando que os sujeitos dos assentamentos podem viver e experienciar diferentes territorialidades contraditórias e desiguais sem deixar de ser eles mesmos, ou seja, os acampados e assentados de forma dinâmica, inventiva, criativa para estabelecer um espaço, ligado, marcado e alcançado em que os mesmos em seu *locus* de ação, subvertem por assim dizer seu próprio “destino” e impõem seu próprio sentido de ordem à realidade vivida, percebida e concebida.

A realidade da vida cotidiana está organizada em torno do “aqui” de meu corpo e do “agora” do meu presente. Este “aqui e agora” é o foco de minha atenção a realidade da vida cotidiana. Aquilo que é “aqui e agora” apresentado a mim na vida cotidiana é o realissimum de minha consciência. A realidade da vida diária, porém, não se esgota nessas presenças imediatas, mas abraça fenômenos que não estão presentes “aqui e agora”. Isto quer dizer que experimento a vida cotidiana em diferentes graus de aproximação e distância, espacial e temporalmente. A mais próxima de mim é a zona da vida cotidiana diretamente acessível à minha manipulação corporal. (BERGER e LUCKMAN, 2005:39).

Os corpos, os gestos, as ações são investidas de sentidos e significados a partir do discurso do MST, que por sua vez, traduz-se na comunicação, ou seja, um ato comunicativo da identidade de sem-terra, tanto no espaço, no território, quanto em uma minúscula região, produto de seu movimento espacial que territorializa com suas práticas e estratégias por sobre um tecido espacial oral, do proibido, do que pode ser dito, do que não pode ser dito, do que pode ser codificado, decodificado e descodificado.

Entende-se por identidade a fonte de significado e experiência de um povo. No que diz respeito a atores sociais, entendo por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. (CASTTELS, 2001:23)

Ou seja, estão nesse processo tanto acampados, quanto assentados, transformando e sendo transformados de forma simultânea sob o signo da multiterritorialidade, mas se mantendo sujeitos do processo. Nessa perspectiva, tanto os locutores quanto os interlocutores lançam mão de suas chaves espaciais, para rejeitar, aceitar, fugir, escapar, transformar ou efetivar o discurso.

Dessa forma, o MST e os demais segmentos envolvidos no processo de assentamento, buscam em cada acampamento/assentamento um produto (ausência), uma expressão, uma representação, uma intencionalidade, um espaço concebido, mas estes acampados/assentados teimam em se realizar quanto obras (presença), ou seja, “é uma atividade participante” (LEFEBVRE, 1961:124). É uma apropriação, um lugar das experiências, um espaço vivido, o que lhes permite encontrar formas estratégicas de (re)configurarem o espaço a sua imagem e semelhança. Assim, podemos afirmar que a produção espacial é experienciada, contestada, transgredida e (re)significada, ou seja, o mundo material é simbolicamente dominado, apropriado e produzido.

Estes acampados e assentados em se localizando em suas posições de sujeitos, reconstroem o discurso do MST, e se inscrevem nele a partir do olhar de sujeitos que enunciam, produzindo uma “cena espacial”, por e sobre um mundo da vida fraturado, onde as suturas são (des)continuamente simbolizadas, no interior de ações angustiantes de produção e reprodução de sentidos, no afeto, no abrigo e no aconchego.

Nesse sentido, acreditamos na necessidade de novos estudos, no sentido de aproximar a geografia agrária em uma perspectiva de análise voltada para o campo dos estudos culturais.

Num viés antropológico, o autor Hall (1992) traz novos questionamentos para a noção de identidade na crise da modernidade. O autor parte do pressuposto de que:

As velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada crise de identidade é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. (HALL, 1992:07)

O mesmo destaca três concepções de identidade: sujeito do Iluminismo, baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado de capacidades de razão, de consciência, o centro era a identidade de uma pessoa; sujeito sociológico, que reflete a complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito era autônomo e autossuficiente, mas era formado na relação com outras pessoas que mediavam para os sujeitos valores e outros símbolos culturais, sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente, em que a identidade torna-se uma celebração do móvel formada e transformada continuamente. (HALL, 1992:11-13)

A geografia também tem interesse nos estudos culturais. A geografia cultural está associada à experiência que os homens têm da Terra, da natureza e do ambiente, estuda a maneira pela qual eles os modelam para responder às suas necessidades, seus gostos e suas aspirações e procura compreender a maneira como eles aprendem a se definir, a construir sua identidade e a se realizar (CLAVALL, 1997:89). Assim, o autor aponta três eixos de análise da geografia cultural, que são necessários e

complementares: primeiro, ela parte das sensações; segundo, a cultura é estudada através da ótica da comunicação, que é compreendida como uma criação coletiva; terceiro, a cultura é apreendida na perspectiva da construção da identidades, insiste-se então no papel do indivíduo e nas dimensões simbólicas da vida coletiva. (CLAVAL, 1997:92)

Um olhar cultural permitira aos geógrafos a incorporação de temas como desejo, sexualidade, corpo, gênero, conflitos étnicos seculares em nossa sociedade. Estudos articulados desta forma impulsionariam a geografia agrária a pensar as relações sociais por dentro do processo que se desenvolve no tecido fino da sociedade e tem como *lócus* o espaço de vivência dos sujeitos, construído longe dos grandes eventos sociais dos heróis, mas próximo do sujeito forjado por meio dos conflitos no interior das práticas e estratégias cotidianas das microrrelações.

O que possibilitaria uma necessidade de valorização de outras fontes, técnicas, métodos de pesquisas inovadoras. Talvez aí se encontre o desafio maior da geografia agrária: pensar o “aparente”, o “insignificante”, o descontínuo, o efêmero das relações socioespaciais, pois aí o olhar é outro, como é outro o contexto socioespacial das relações. Os anseios, as demandas, a nosso ver, residem no “miudinho” da cotidianidade, o impasse da crise moderna do pensamento social que respinga na geografia agrária.¹⁴

O pós-modernismo nega o universalismo, a generalização, qualidades e procedimentos básicos no modernismo. Na medida em que valoriza o caráter único e excepcional, é necessário, então, contar com outras vias de legitimidade diferentes daquelas abertas pela racionalidade: a inspiração, o sentimento, a indeterminação, a polimorfologia, a polissemia, ou seja, vias que negam a razão totalizante, condição de toda generalização. (GOMES, 2003:21)

¹⁴Achamos oportuno (re) visitarmos os textos de HALL (1992), CLAVAL (1997) e GOMES (2003), que terminamos nossas considerações finais da dissertação de mestrado NOGUEIRA (2007), para tentar dentro do possível espaço-tempo, fazer a aproximação da Geografia Agrária com a Geografia Cultural, Sociologia Cultural, História Cultural e a Antropologia Cultural.

Esta aproximação com os estudos culturais possibilitaria aos geógrafos ampliar os horizontes de pesquisas agrárias e uma compreensão extensa do mundo rural: músicas, danças, obras de arte, vestimentas, a “arte de cozinhar”, seus trajetos e vestígios, seus fluxos, suas redes, ou seja, seus modos de vida no cotidiano e na interface rural-urbana no interior do mundo global, o que impõe a revitalização das escalas micro-macro. Isso não quer dizer que um está subsumindo o outro (rural/urbano), mas ampliando um, amplia-se também o outro, trazendo neste processo, modos de vida (rural/urbano), que engendra no seu bojo o modo de produção atual que em alguns momentos determina, condiciona e em outros sugerem conflitos nas ações, práticas e estratégias sem anular o sujeito social individual ou coletivo.

Nesse sentido, um estudo geográfico concernente ao agrário construído em interface com os estudos culturais contribuirá para análises inovadoras internas e externas pensando o mundo rural (modos de vida), o que ampliaria as discussões transdisciplinares com as Ciências Sociais.

O nosso debate é do quase invisível. Nossa preocupação foi tentar apreender o inesperado, a mudança, o fluxo, o instante, o fugaz, o efêmero, o banal, o singelo, o que tende a cair e o que tende a permanecer, o miudinho, no cotidiano e sua cotidianidade. “Toda parcela do conteúdo da vida, do pensamento, da experiência, por menor que seja, pode ser infinitamente analisada” (LEFEBVRE, 1991:162).

Este movimento que se desloca, por meio das representações, práticas, estratégias e discursos estabelecem uma tessitura espacial fina e indelével embora quase invisível, da volatibilidade espaço-tempo das ações micro-geográficas, ou seja, o local, o localizável, o contíguo das relações de vizinhança, de família, da sexualidade, do corpo, do gênero, dos conflitos étnicos, do desejo, do bairro, da rua, da festa, do monumento, da praça, do patrimônio material e imaterial, da religiosidade/religião. “É

um microcosmo: pequeno, mas para seus habitantes imenso, e talvez infinito” (LEFEBVRE, 1961:88).

A nossa proposta passou também pela demonstração de que os grandes eventos, das grandes escalas macro e meta, dão a impressão de apontar grandes mudanças revolucionárias, mas, na verdade, estas se iniciam nos ritmos das práticas e estratégias do cotidiano, que, embora não pareça, transformam, mudam, revolucionam, ou seja, modificam, incorporam e transcendem. Mas, também propõem entradas e saídas no devir histórico, e espacial contemporâneo. “O mundo prático aparece como imóvel por causa do ritmo da vida humana. Não vemos a pedra e o metal se desfazerem sob a ação atmosférica. E, não obstante, eles se desfazem” (LEFEBVRE, 1991:182).

O cotidiano é analisado, na nossa pesquisa como o aparentemente imóvel, por isso a falsa impressão de lentidão das ações, das práticas e das estratégias, das falsas ideias das ambiguidades, das superficialidades, nos planos, nos níveis, e nas esferas da vida, mas, na verdade o cotidiano se revela o lugar dos múltiplos encontros, de cada um consigo mesmo e com o Outro. O lugar onde se revela e se traduz o mundo das representações, do cruzamento das vidas de entremeios, dos jogos de conflitos, seja na ausência, seja na presença, e por isso é, sobretudo, o lugar da profusão da vida minúscula. Assim, é um eterno conflito entre a ordem distante que é iniciada no cotidiano e, por vezes, questionada, reinventada e influenciada e definida pela ordem próxima. Isto é, no cotidiano o local é o quadro de vida imediato e o futuro presente no mediato se desdobrando na constitutividade incessante do Outro em sua transitividade.

O que estamos dizendo é que as microrresistências, que se dão no cotidiano, e que não são mensuradas, e por isso não capturadas nos estudos estruturais, só tem a aparência de estarem imóveis, mas estão sem cessar em movimento constante. Ou seja, “A base da própria geografia é que o mundo está sem cessar em processo de se

redistribuir, e de se regeograficisar” (SANTOS, 1997:113). A partir desta nossa proposta de uma micro-geografia da intencionalidade, no decorrer do nosso debate, (re)visitamos os conceitos de espaço, região e território para redefini-los e mergulhá-los no universo dos microestudos geográficos e culturais.

Aqui, chegamos ao ponto onde o conceito amadurece, onde as águas já não estão mais turvas, a tempestade passou, e conseguimos sair do mergulho inicial e voltamos à superfície, ou seja, saímos do fenômeno para a essência e fizemos o *détour*. “A realidade é a unidade do fenômeno e da essência.” (KOSIK, 1976:12).

E podemos afirmar neste momento que a Geografia da Intencionalidade torna-se uma práxis libertadora emersa no curso espacial de todos e de cada um de nós, fruto do processo de concretização do mundo da vida. Dona Maria: “Eu queria ser libertada. Eu sempre quis voar, viver no espaço, viver livre.” (Entrevista com Dona Maria, em 17/9/2011, realizada por Amauri T.B. Nogueira). “A liberdade não é um estado; é uma atividade histórica que cria formas correspondentes de convivência humana, isto é, de espaço social” (KOSIK, 1976:221). *É por isso que afirmamos; o conflito é sempre um jogo, pois, no limite, no extremo, sempre possibilita um ponto de fuga espacial (a liberdade).*

Ampliar e intensificar os estudos cotidianos de cunho micro-geográficos, nos ajudaria a entender a profundidade da crise espacial da modernidade e seus reverberamentos na pós-modernidade.

Referências

ABRAMOVAY, R. Reforma agrária, desenvolvimento capitalista e democracia. In: Laurindo Leal. (Org.) **Reforma agrária da Nova Republica: um balanço**. São Paulo: Hucitec, 1985.

ALCANTARA JÚNIOR, J. O. A. **Georg Simmel e o Conflito Social**. In: Caderno Pós Ciências Sociais – São Luiz, v.2, nº3, jan/jun.,2005

ALENTEJANO, P. R. R. **Reforma agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbano nos assentamentos rurais**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1997.

_____. **Assentamento Roseli Nunes: uma pequena história**. S/D.

AMARO, E.S. **Tributo ao trabalhador sem terra**. Disponível em <<http://www.landless.voices.org>> acesso em:12/03/2012

ANDRADE, M. C. **Geopolítica do Brasil**. São Paulo: Ed. Ática, 1994.

BARRA, C. S. **Mário Lago encontra Terra Sem Males**. 2007 196 fl. A produção do Outro em acampamentos sem-terra. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) IFHC/Unicamp.

BELLENTANI, N. F. **Indicadores de Desenvolvimento Humano no Campo e na Cidade-Ribeirão Preto**, SP. 2010. 197 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

BERGAMASCO, S. Assentamentos rurais: reorganização do espaço produtivo e processos de socialização. In: MEDEIROS, L. et al. (orgs.) **Assentamentos rurais: uma perspectiva multidisciplinar**. São Paulo: Edunesp,1994

BERGER, P. L e LUCKMAM, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Ed. Vozes. 2005

BETTO, F. BOFF, L. **Mística e Espiritualidade** 6º edição Rio de Janeiro: Rocco, 2005,49-50

BHABHA, H. **O local da Cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

BIRBAUM, P. Conflito In: BOUDON, R. **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar editora, 1995: 247-282

BOGO, A. **Quando chegar na terra**. Disponível em: <http://www.landless.voices.org> acesso em 10/04/2011

_____, A. **Lições de uma luta pela terra**, Salvador: Memorial das Letras, 1999

BOSI, E. **O Tempo Vivo da Memória Ensaio de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê, 2004.

BRUMMER, A. Gênero e geração em assentamentos de reforma agrária. In: FERRANTE, V. L.S.B. e Jr, A. O.(Org.) **Assentamentos Rurais: Impasses e Dilemas** (uma trajetória de 20 anos), São Paulo: INCRA – Superintendência Regional de São Paulo, 2005.

BRUNO, R. & MEDEIROS, L. **Percentuais e Causas das Evasões nos Assentamentos Rurais**. Projeto de Cooperação Técnica. Brasília: INCRA/FAO, 1998.

CALDART, R. S. **O MST e a Formação do Sem-terra**: o Movimento Social como princípio Educativo, Estudos Avançados 15 (43). São Paulo: IEA, USP, 2001:207-224

CARVALHO, H. M. A emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada (resposta a Zander Navarro). In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Os Caminhos da Produção não Capitalista**. Produzir para viver. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

CASTRO, M. H., CARVALHO, M E., OTÁVIO, L. **Reforma Agrária** - um estudo preliminar. Reforma Agrária, Campinas, 18, 1, abr./jul.1998.

CERTEAU, M. **A Invenção do Cotidiano**: artes de fazer. Vol.I Petrópolis: Ed. Vozes, 1998

CHAUÍ, M. **Convite a Filosofia**. São Paulo: Ática, 1999.

CLAVAL, P. A contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na Geografia In: **Introdução à Geografia Cultural**. CORREIA, R. L. e ZENY R. (Org). Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2003.

_____. **La Géographie au temps de al chute des murs**. Essais et études. Paris:L'Harmattan (Coll. « Géographies en liberté ») , 1993

_____. **A geografia Cultural**. Florianópolis:Ed. UFSC, 1999

_____. As abordagens da Geografia Cultural. In: CASTRO Iná Elias de et al. (Org) **Explorações Geográficas**. Percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 1997.

CONCRAB. **Perspectivas da Cooperação Agrícola nos assentamentos**. Cadernos de Cooperação Agrícola, nº4, São Paulo, Dez, 1995.

CORREIA, R. L. **Região e Organização Espacial**, 7ª edição, São Paulo: Ed. Ática, 1987.

COSTA, C. **Sociologia**: Introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Ed. Moderna: 2001.

CUVILLIER, A. **Pequeno Vocabulário da Língua Filosófica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969

DAHRENDORF, R. **O Conflito Social Moderno**: Um ensaio sobre a política da liberdade. São Paulo: Ed. USP, 1992.

_____. **As Classes e seus Conflitos na Sociedade Industrial**. Brasília: Ed. UNB, 1982

_____. **A Lei e a Ordem**. Brasília: Fundação Tancredo Neves, 1987

_____. **Sociedade e Liberdade** Brasília: Ed. UNB, 1981

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. **O que é Filosofia?** São Paulo: Ed. 34, 2005

_____. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. I São Paulo: Ed. 34, 1995

DERRIDA, J. **A escritura da diferença**. 4ª edição, São Paulo: Ed. Perspectiva, 2006.

DIAS JUNIOR, A. C. **“O liberalismo de Ralf Dahrendorf”**. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP, Campinas,

EID, F. **Caminhos da Cidadania**: um percurso universitário em prol dos Direitos Humanos, VALÊNCIO, N. (org.), São Carlos: EDUFSCar, 2001.

ELLISON, R. **Homem Invisível**. São Paulo: Marco Zero, 1990

ESTERCI, N. et. al. Assentamentos Rurais: Um convite ao Debate. **Revista Reforma Agrária**, v, 22, n. 03, p. 4-15, 1992.

FEIX, P. J. **Os Interesses sociais e a concepção política e ideológica dos trabalhadores rurais assentados do MST**: estudo de caso na região de Rondonópolis –MT. 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP, Campinas.

FERNADES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERRANTE, V. L.S.B. et. al. **Reforma Agrária e desenvolvimento**: bloqueios, tensões e perspectivas. 2010 .

FILHO, D. B. FERRANTE, V L. B. **A luta pela posse da terra na região de Ribeirão Preto**: o processo de formação e organização do assentamento Mário Lago. Porto de Galinhas, 2010.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber**. R J. Forense Universitária, 1986

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987
- FRÉMONT, Armand. **La région espace vécu**. Editon Paris: Flammarion, 1999
- FROMM, Erich. **A revolução da esperança: por uma tecnologia humanizada**. Círculo do Livro, 1977.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. L.T.C. 1989
- _____. **Nova Luz sobre a Antropologia** Zahar Editor: 2000
- GERALDO, Sebastião. **O cotidiano no Assentamento da Fazenda Boa Sorte em Restinga/SP**. Departamento da Escola de comunicações Social e Artes da Universidade de São Paulo: ECA/USP2002
- GÉRARDOT, Maie. **Penser en tythmes: pistes de réflexion pour la géographie**. In: *espaces temps*, 2007.
- GILROY, Paul. **Atlântico Negro**: Modernidade e Dupla Consciência. Rio de Janeiro, Editora 34/UCAM — Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.
- GOHN, Maria da G. **Movimentos Sociais e Educação**. Editora cortez, 1999/92
- _____. **Reivindicações Populares e Urbanas**. Editora cortez, 1992
- GOMES, Paulo. César da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 2003.
- _____. Geografia fin-de-siècle: O discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões. In: CASTRO Iná Elias de et al. (Org) **Explorações Geográficas**. Percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 1997.
- GONÇALVES, Renata Cristina. **“Vamos acampar”**: A luta pela terra e a busca pelos assentamentos de novas relações de gênero no MST do Pontal do Paranapanema. Tese Doutorado 320fl. Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 2005
- GORGEN, F. S. A. e STÉDILE, J. P. (org.) **Assentamentos**: a resposta econômica da Reforma Agrária. Petrópolis, Editora Vozes, 1991
- GUATARRI, F. e SUELY, R. **Micropolítica: cartografias do desejo**. R.J Vozes, 2008, 9ª edição.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 2004
- _____. **Des-territorialização e identidade**: a rede gaúcha no Nordeste. Niteroi: EduFF, 1997.
- _____. **Territorios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

HAGÉGE, C. **L’homme de paroles**: contribution linguistique aux sciences humaines. Paris, Fayard, 1985.

HALL, Stuart. **A identidade cultural: na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1992/2006.

_____. **A questão da identidade na cultura**. Textos Didáticos. IFHC/Unicamp, 1999.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

LAROUSSE, B. **Dicionário de Língua Portuguesa**. Nova Cultural, 1999.

LAGAZZI, R. Suzi. **A Discussão do Sujeito no Movimento do Discurso**. Campinas, 1998. Tese (Doutorado em Estudo da Linguística) IEL - UNICAMP

LÉFÈBVRE, Henri. **La Presencia y la ausencia** : Contribución a la teoría de las representaciones. México: Fondo de cultura económica, 1983.

_____. **Lógica Formal/Lógica Dialética** . Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 1991

_____. **La Production de L’Espace** Éditions Anthropos, 1974

_____. **Critique de La Vie Quotidienne II** : Fondements d’une sociologie de la quotidienneté. L’Arche Editeur A Paris, 1961

LE GOFF, Jaques. **História e Memória**. São Paulo: Unicamp, 1990.

LEITE, Sérgio et. al **Impactos Regionais da Reforma Agrária no Brasil**: Aspectos Políticos, Econômicos e Sociais. www.nead.org.br.1998

LINHARES, M. Y. e SILVA, F. C. T. **Terra Prometida**. Editora Campus, :1999

MARCONDES, DANILO. **Iniciação á Historia da Filosofia**; dos pré-socráticos a Wittgenstein. Zahar Editor, 1997

MARTINS, José de Souza. **A Chegada do Estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **Reforma Agrária**: o impossível dialogo. São Paulo: Edusp, 2000.

_____. **O Sujeito Oculto**. Ordem e Transgressão na Reforma Agrária. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2003.

_____. **Fronteira**: A degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo, 1997.

MARX, Karl e ENGELS, FRIEDRICH. **Manifesto Comunista**. CPV, 2001

_____. **O Capital**. Crítica da economia política. V.I 6º edição Civilização Brasileira, 1980

MATHEUS, Delveque. **Uma outra concepção de assentamento de reforma agrária:** A Comuna da Terra, Trabalho de conclusão do curso de Realidade Brasileira a partir dos Grandes Pensadores Brasileiros, Faculdade de Serviço Social, UFJF, Juiz de Fora (MG), 2003.

MEDEIROS, Leonilde S. de e LEITE, Sérgio. **Os impactos regionais dos assentamentos rurais:** dimensões econômicas, políticas e sociais. In: CPDA/Debates, 4, dezembro, 1997.

MEDEIROS, Leonilde e ESTERCI, Neide (1994). Introdução. In: MEDEIROS, L. et al. (orgs.) **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar.** São Paulo, Edunesp, 1994.

MELO, Denise M. **A Construção da Subjetividade de Mulheres Assentados pelo MST:** (Dissertação de Mestrado em Educação) 192 df. Faculdade de Educação/UNICAMP, 2001

MÉO, Di Guy. **I’Homme, la Société, l’Espace.** Editions Anthropos: 1991

MST: a história da luta pela terra e o MST. Expressão Popular. SP. 2002

MST: mística uma necessidade no Trabalho popular organizado. In: Caderno de Formação nº 27. SP. 1998:15

MST: A luta pela reforma agrária e por mudanças sociais no Brasil. SP. 2005:08

NAVARRO, Zander. **O MST e a Canonização da Ação Coletiva.** In: SANTOS, Boaventura. “ Os Caminhos da Produção não Capitalista”. In: **Produzir para viver.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

NETO, Sebastião L. F. V. **A mística da Resistência:** cultura, histórias e imaginários rebeldes nos movimentos sociais Latino-Americanos. 390 f. (Doutorado em História Social), FFLCH-USP/SP. 2007.

NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. **Uma leitura dos conflitos na produção do Assentamento Rural da Fazenda Jupira no Município de Porto Feliz.** 189 f. (Dissertação de Mestrado) Departamento de Geografia da Faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas Universidade de São Paulo, 2007.

ORLANDI, E. P. **O Discurso Fundador.** Pontes Campinas, 1993.

_____. **Interpretação.** Vozes 1996

_____. **Exterioridade e Ideologia.** Cad. Est. Ling. nº30 Campinas, Janeiro/Junho de 1995 (1996)

_____. **“Do não sentido e do sem sentido.”** In: III Encontro Bienal da Sociedade Brasileira de Psicanálise. Novembro de 1996. Anais. São Paulo, 1997.

_____. **Discurso e texto.** Formação e circulação dos sentidos, Campinas: Pntes, 2001

_____. **Análise do discurso**, Princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999

_____. **As formas do silêncio**. No movimento dos sentidos. 4º ed. Campinas-SP:

Editora Unicamp, 1997

PALMEIRA, Moacir e LEITE, Sérgio P. Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas. In: COSTA, L. F., SANTOS, R. (orgs.). **Política e reforma agrária**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

PEREIRA, R. M. F. **Da Geografia que se ensina à gênese da Geografia moderna**. Florianópolis: UFSC, 1999

PINHEIRO, Diógenes. **Batismo de fogo**: lideranças políticas em assentamentos. 273 f. Tese (Doutorado em sociologia) Faculdade de Filosofias e Letras/UNICAMP, 1999.

PINTO, Zé. **Vamos Acampar**. <http://www.landless.voices.org>

QUINTANEIRO, R. ; BARBOSA, M. L. de O.; OLIVEIRA, M. G. M. **Um Toque de Clássicos**. UFMG, 2003

RAGGI, Roberta V. e MARTINS, SÉRGIO M. M. **Contradições do planejamento de assentamentos rurais**: um estudo de caso da comunidade de resistência Roseli Nunes – Pequi/ MG, 2009

RAY, C. **Tempo, espaço e filosofia**. Campinas. Papirus, 1993

RODRIGUES, M. L. **MST: DISCURSO DE REFORMA AGRÁRIA PELA OCUPAÇÃO: acontecimento discursivo**. Campinas. 2006. Tese (Doutorado em Linguística). IEL-UNICAMP

ROLNIK, Sueli. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

ROMEIRO, Ademar, GUANZIROLI, C., LEITE, Sérgio. (orgs.). **Reforma agrária**: produção, emprego e renda. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

SAHLINS, Marshal. **O “Pessimismo Sentimental” e a experiência etnográfica**: porque a Cultura não é um “objeto” em vias de extinção. Revista Mana, vol 3, nº1, Museu Nacional, UFRJ, abril de 1997.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. **A Mística**. 2002. <http://www.landless.voices.org>

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994 Editora HUCITEC. 1994

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. Editora HUCITEC. 1994

_____. **A Natureza do Espaço**. Edusp, 2002/96

_____. **Por uma outra Geografia**. Edusp, 2002

SANTOS, M. . **La nature de l'espace l'espace** : technique et temps, raison et émotion, L'Harmattan, Paris, 1997.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1982

SCHERER-WARREN, Ilse. Novos rumos da pesquisa sobre as ações coletivas rurais. In: COSTA, Luiz Flávio Carvalho da. & SANTOS, Raimundo. (orgs) **Política e Reforma Agrária**. MAUAD, 1998.

SILVA, A. C. **O território da consciência e a consciência do território**. In: SANTOS, M. et. al, Território, Globalização e Fragmentação. 4ª Editora Hucitec, 1998.

SILVA, Nivia R. **Indicadores locais de qualidade do solo base etnopedológica para recuperação de áreas degradadas pela monocultura**. Florianópolis SC. 2009

SILVA, Nivia R e COMIN, Jucinei J. **Avaliação dos agricultores sobre a qualidade do solo: uma visão etnopedológica** Florianópolis SC. 2010

SIMMEL, G. **A metrópole e a vida mental**. In: VELHO, O. (org) O fenômeno Urbano, Editora Zahar, 1976.

_____. **Sociologia estudos sobre las formas de socialización**. Madrid. Alianza Editorial ,1992.

SOUZA, Maria Antonia. **A formação da Identidade Coletiva: Um estudo das Lideranças de Assentamentos Rurais no Pontal do Paranapanema**. 251f. (Dissertação de Mestrado em Educação) Faculdade de Educação/UNICAMP,1994

_____. **As Formas de Produção em Assentamentos Rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. 259. f. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação/UNICAMP, 1999

STÉDILE, João Pedro. **A reforma agrária e o MST**. In: Crítica Marxista. nº 5, 1997a.

_____. **Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Atual, 1997b.

_____. **O MST e a questão agrária**. In: Estudos Avançados. Setembro/Dezembro. vol. 11 nº 31, 1997 c.

STÉDILE, João Pedro. e FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

SUZUKI, Júlio C. **DE POVOADO A CIDADE: A transição do rural ao urbano em Rondonópolis**. São Paulo, 1996 (Dissertação Mestrado) FFLCH – USP

_____. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação**. Revista Nera – ano 10, n.10 Janeiro/Junho de 2007 ISSN: 1806-6755

TAVARES, P. **Análise da contribuição da metodologia do processo de planejamento** e organização dos assentamentos (PPOA) na construção de novas estratégias de desenvolvimento rural em áreas de Reforma Agrária. 2009

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária: A árvore da liberdade**, vol.I, Paz e Terra, 1997.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo. Claret. 1987